



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

**Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades
e Ecologia Social (EICOS)**

MARIANA MOURA MAGALHÃES

**RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS NA VIGÊNCIA DO CASAMENTO: SENTIDOS
ATRIBUÍDOS POR MULHERES COM IDADES ENTRE 50 E 65 ANOS, DOS
SEGMENTOS MÉDIOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE NITERÓI**

**Rio de Janeiro
2018**

MARIANA MOURA MAGALHÃES

**RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS NA VIGÊNCIA DO CASAMENTO: SENTIDOS
ATRIBUÍDOS POR MULHERES COM IDADES ENTRE 50 E 65 ANOS, DOS
SEGMENTOS MÉDIOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE NITERÓI**

Tese de doutorado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Simone Ouvinha Peres

Rio de Janeiro
2018

M188 Magalhães, Mariana Moura.

Relações extraconjugais na vigência do casamento: sentidos atribuídos por mulheres com idades entre 50 e 65 anos, dos segmentos médios dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói / Mariana Moura Magalhães. Rio de Janeiro: 2018.

157 f.

Orientadora: Simone Ouvinha Peres.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2018.

1. Adultério. 2. Infidelidade. 3. Relação sexual. 4. Casamento. I. Peres, Simone Ouvinha. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD. 306.736

FOLHA DE APROVAÇÃO

RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS NA VIGÊNCIA DO CASAMENTO: SENTIDOS
ATRIBUÍDOS POR MULHERES COM IDADES ENTRE 50 e 65 ANOS DOS SEGMENTOS
MÉDIOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE NITERÓI

Mariana Moura Magalhães

Tese submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Prof.^ª Simone Ouvinha Peres
Dr.^ª Simone Ouvinha Peres (Orientadora)
Instituto de Psicologia – Programa EICOS/UFRJ

Prof.^ª Elaine Reis Brandão
Dr.^ª Elaine Reis Brandão
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva/UFRJ

Prof.^ª Anna Paula Uziel
Dr.^ª Anna Paula Uziel
Instituto de Psicologia/UERJ

Prof.^ª Marcos Nascimento
Dr.^º Marcos Nascimento
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente/ Fernandes Figueira
(IFF/FIOCRUZ)

Prof.^ª Mariana de M e A. Barcinski
Dr.^ª Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob o número do parecer 2.171.495 e registro no CAAE 69984817.0.0000.5582.

AGRADECIMENTOS

No filme “O abecedário de Gilles Deleuze”, o filósofo dizia sobre o que ele entende por amizade:

“[...] é uma questão de percepção. [...] Não é a partir de ideias em comum, ou de uma pré-linguagem em comum. Há pessoas sobre as quais posso afirmar que não entendo nada do que dizem, mesmo coisas simples como: ‘passe-me o sal’. Não consigo entender. E há pessoas que falam de um assunto totalmente abstrato, sobre o qual posso não concordar, mas entendo tudo o que dizem. [...] Tenho uma hipótese: cada um de nós está apto a entender um determinado tipo de charme. Ninguém consegue compreender todos ao mesmo tempo. Há uma percepção do charme: um gesto, pensamento de alguém, mesmo antes que este seja significativo, um pudor de alguém são fontes de charme que têm tanto a ver com a vida, que vão até as raízes vitais que é assim que se torna amigo de alguém. [...] Há frases insignificantes que têm tanto charme e mostram tanta delicadeza que, imediatamente, você acha que aquela pessoa é sua, não no sentido de propriedade, mas é sua e você espera ser dela. Neste momento nasce a amizade. Há de fato uma questão de percepção. Perceber algo que lhe convém, que ensina, que abre e revela alguma coisa. [...] Acho que todas as amizades têm esta base: ser sensível aos signos emitidos por alguém. A partir daí, pode-se passar horas com alguém sem dizer uma palavra ou, de preferência, dizendo coisas totalmente insignificantes. Em geral, dizendo coisas... A amizade é cômica”.

Assim, sensível aos signos emitidos, agradeço...

... pelo carinho, pelos abraços, pelos beijos, pelas parcerias, pelos incentivos, pelas ligações, pelo colo, pelo trabalho em conjunto, pela presença, pela ausência necessária, pela espera, pelos sorrisos, pelo cuidado, pela preocupação, pela confiança, pelo apoio, pela paciência, pelas trocas, pelas “supervisões”, por ouvirem o choro de angústia e de alívio e por estarem ao meu lado. A todos aqueles amigos que de alguma forma fizeram parte desta tese e me tornaram doutora: muito obrigada!

Angela Maria Moura Magalhães, Ilton Marques Magalhães, Carolina Moura Magalhães, Daniel de Carvalho Souza, Danichi Hausen Mizoguchi, Tiago Régis, Eliane Arenas, Simone Ouviaha Perez, Anna Paula Uziel, Mariana Barcinski, Marcos Nascimento, Elaine Reis Brandão, Wendell Ferrari, Cintia Carvalho, Paula Coutinho, Gabriela Bastos, Marcelo Santana, Beatriz Meneses, Ricardo Fernandes, Raphaella Daros, Camila Araujo Alves, Patrícia Castro, Lorena Castelan, Rodrigo Viana, Leandro Marques, Valéria Bitencourt, Betânia Marques, Gabriel Lacerda de Resende, Frederico Magalhães, Lilia Moriconi, Juliana Junger, Graziela Domingues, Anne Cláudia Felix da Silva, Maria Cristina de Carvalho e tantos alunos queridos.

*“Se você assume que não existe esperança, então você garante que não haverá esperança.
Se você assume que existe um instinto em direção à liberdade,
então existem oportunidades de mudar as coisas.”*

Noam Chomsky

MAGALHÃES, Mariana Moura; PERES, Simone Ouvinha (Orientadora). **Relações extraconjugais na vigência do casamento: sentidos atribuídos por mulheres com idades entre 50 e 65 anos, dos segmentos médios dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.** Rio de Janeiro, 2017. Tese de Doutorado. Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) / Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

O presente trabalho trata da motivação e das circunstâncias envolvidas nas experiências extraconjugais de mulheres casadas, com idades entre 50 e 65 anos, da classe média, dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói. Tem por objetivo compreender o que as motivou e como se deram suas experiências extraconjugais na vigência do casamento – formal ou informal –, enfocando os eventos e as repercussões, diretas ou indiretas, para as suas vidas. Realizou-se um trabalho de campo, através de entrevistas individuais semiestruturadas. O grupo que participou da pesquisa é bastante homogêneo: quatro entrevistadas nasceram na década de 1960 e uma nasceu na década de 1950; três tiveram, até então, um único casamento; todas tiveram casamentos duradouros; todas se casaram com idades entre 20 e 30 anos; quatro entrevistadas tiveram seus primogênitos nos primeiros 5 anos de casamento; apenas uma entrevistada não teve filhos. Os relacionamentos extraconjugais variam quanto ao tempo de duração, sendo alguns deles de apenas um encontro e outros que duraram meses. Duas entrevistadas disseram que o motivo para viver a experiência foi a curiosidade, uma vez que nunca tinham se envolvido sexualmente com outros homens além do marido. Duas outras entrevistadas disseram que a causa foi o “desgaste” do casamento em curso. Uma delas se disse compelida a trair para “provar a si mesma que não dependia do marido”. Nenhuma das experiências extraconjugais levou, em si, à ruptura do casamento vigente. Apenas uma entrevistada se separou para viver outra relação, mas acabou reatando com o marido. Quatro entrevistadas disseram que o relacionamento com o marido era bom e que tinham uma vida sexual satisfatória. Três entrevistadas viveram a experiência do “casamento aberto” e não precisavam manter suas relações extraconjugais em segredo. Ainda assim, histórias de traição aparecem nos relatos de todas as entrevistadas.

Palavras-chave: Extraconjugalidade. Conjugalidade. Sexualidade. Casamento. Infidelidade.

ABSTRACT

This study is about the motivation and circumstances involved in the extramarital experiences of middle class married women, aged between 50 to 65 years, in the municipalities of Rio de Janeiro and Niterói. Its objective is to understand the reasons that motivated them and how their extramarital experiences came to be during their marriages – certified or de facto –, focusing on the events and direct or indirect repercussions in their lives. It was a field work, with semi-structured individual interviews. The group studied is very homogeneous: four were born in the 1960s and one in the 1950s; three had, so far, one single marriage; all had long-lasting marriages; all got married between the ages of 20 and 30 years; four had their first children within the first five years of marriage; only one did not have children. The extramarital relationships varied in duration, being some of them only one encounter and others that lasted months. Two women stated the reason they had the experience was curiosity, since they had never been sexually involved with other men besides their own husbands. Two women stated the reason was that their current marriage was strained. One of them was compelled to cheat to “prove to herself that she did not need her husband”. None of the extramarital relationships themselves lead to the marriage breaking down. Only one woman got divorced in order pursue another relationship, but ended up reuniting with her husband. Four women stated that they had a good relationship with their husband and they had a satisfactory sex life. Three women lived an “open marriage” and did not need to keep their extramarital relationships secret. Nonetheless, stories of betrayal are present in the reports of all women.

Key words: Extramarital. Conjugal. Sexuality. Marriage. Infidelity.

RESUMEN

Esta investigación se interroga sobre la motivación y las circunstancias involucradas en las experiencias extraconyugales de mujeres casadas, con edades entre 50 y 65 años, de la clase media, de los municipios de Río de Janeiro y de Niterói. Tiene por objetivo comprender lo que las motivó y cómo se dieron sus experiencias extraconyugales en la vigencia del matrimonio-formal o informal-, enfocando los eventos y las repercusiones, directas o indirectas, para sus vidas. Se realizó un trabajo empírico, a través de entrevistas individuales semiestructuradas. El grupo que participó en la investigación es bastante homogéneo: cuatro entrevistadas nacieron en la década de 1960 y una nació en la década de 1950; tres tuvieron, hasta entonces, un solo matrimonio; todas tuvieron matrimonios duraderos; todas se casaron con edades entre 20 y 30 años; cuatro entrevistadas tuvieron sus primogénitos en los primeros 5 años de matrimonio; sólo una entrevistada no tuvo hijos. Las relaciones extramatrimoniales varían en cuanto al tiempo de duración, siendo algunos de ellos de apenas un encuentro y otros que duró meses. Dos entrevistadas dijeron que el motivo para vivir la experiencia fue la curiosidad, ya que nunca se habían involucrado sexualmente con otros hombres además del marido. Dos otras entrevistadas dijeron que la causa fue el “desgaste” de la boda en curso. Una de ellas se dijo obligada a traicionar para “probarse a sí misma que no dependía del marido”. Ninguna de las experiencias extraconyugales llevó, en sí, a la ruptura del matrimonio vigente. Sólo una entrevistada se separó para vivir otra relación, pero acabó reanudando con su marido. Cuatro entrevistadas dijeron que la relación con su marido era buena y que tenían una vida sexual satisfactoria. Tres entrevistadas vivieron la experiencia del “matrimonio abierto” y no necesitaban mantener sus relaciones extramatrimoniales en secreto. Sin embargo, historias de traición aparecen en los relatos de todas las entrevistadas.

Palabras clave: Extraconyugalidad. Conyugalidad. Sexualidad. Matrimonio. Infidelidad.

RÉSUMÉ

Cette recherche s'est intéressée à la motivation et aux circonstances des expériences extra-conjugales des femmes mariées âgées de 50 à 65 ans, des classes moyennes, des municipalités de Rio de Janeiro et de Niterói. Il vise à comprendre ce qui les a motivés et comment leurs expériences extraconjugales se sont produites pendant le mariage - formel ou informel - en se concentrant sur les événements et les répercussions, directes ou indirectes, sur leur vie. Le travail empirique a été fait à travers des entretiens individuels semi-structurés. Le groupe qui a participé à la recherche est très homogène: quatre interviewés sont nés dans les années 1960 et un est né dans les années 1950; trois avaient jusque-là un seul mariage; tous avaient des mariages de longue durée; tous mariés entre 20 et 30 ans; quatre personnes interrogées ont eu leur premier-né au cours des cinq premières années de mariage; une seule personne interviewée n'avait pas d'enfants. Les relations extra-conjugales varient en longueur de temps, certains d'entre eux seulement datant et d'autres pendant des mois. Deux répondants ont dit que la raison de vivre l'expérience était la curiosité, puisqu'ils n'avaient jamais eu de relations sexuelles avec des hommes autres que leurs maris. Deux autres répondants ont déclaré que la cause était «l'usure» du mariage en cours. L'une d'entre elles a dit qu'elle était obligée de trahir «pour se prouver qu'elle ne dépendait pas de son mari». Aucune des expériences extra-conjugales en soi n'a conduit à la rupture du mariage en vigueur. Une seule personne s'est séparée pour vivre une autre relation, mais a finalement été rattachée à son mari. Quatre répondants ont dit que la relation avec son mari était bonne et qu'ils avaient une vie sexuelle satisfaisante. Trois personnes interrogées ont vécu l'expérience du «mariage ouvert» et n'ont pas eu à garder secrètes leurs relations extraconjugales. Pourtant, des histoires de trahison apparaissent dans les comptes de toutes les personnes interrogées.

Mots-clés: Extra-conjugalité. Conjugalité. Sexualité. Mariage. Infidélité.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – PASSAGENS DA CLÍNICA PARA O CAMPO SOCIAL: SOBRE O QUE DETERMINOU A MOTIVAÇÃO DO ESTUDO.....	16
Quanto ao nascimento da tese.....	16
Sobre a importância e a dificuldade de realizar um deslocamento.....	17
Sobre o encontro de novos caminhos de investigação: o fim necessário da crença da igualdade de gêneros.....	21
INTRODUÇÃO	24
1. CONJUGALIDADE E ATUALIDADE: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM AMPLO DEBATE	27
Transformações recentes no âmbito da conjugalidade	28
Conjugalidade e individualismo: transformações em curso	29
Diferença de valores da conjugalidade a partir do pertencimento social e cultural de grupos distintos	33
As mudanças em curso e os novos arranjos da conjugalidade	36
Rompimentos, rupturas e quebra de relações: divórcios, separações conjugais e outras uniões	42
Conjugalidade, extraconjugalidade e gênero: o fiel da balança?	44
2. CONJUGALIDADE, EXTRACONJUGALIDADE E SEXUALIDADE: DEFININDO UMA PROBLEMÁTICA.....	49
Notas introdutórias sobre uma velha questão: as relações extraconjugais	50
Sexualidade na contemporaneidade.....	53
Sexualidade e práticas sexuais	55
Sobre as relações extraconjugais e a (in) fidelidade	63
Breve panorama histórico referente a algumas transformações do casamento	64
Infidelidade e gênero: um recorte imprescindível	66

3. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO: O PERCURSO TRILHADO PARA A REALIZAÇÃO DESTE ESTUDO	70
A preferência pelo estudo qualitativo de natureza compreensiva para a análise dos processos psicossociais relacionados à experiência extraconjugal.....	71
A técnica da entrevista	73
Como se deu o processo de realização das cinco entrevistas	74
Notas sobre a realização das entrevistas	75
Os critérios usados para a seleção das entrevistadas e o “perfil” do grupo estudado.....	77
Ser familiar e também “estrangeira”: sobre a proximidade com as entrevistadas.....	80
O método proposto de análise das entrevistas	82
4. A PESQUISA DE CAMPO: O QUE FOI ENCONTRADO E PERCEBIDO.....	87
A narrativa da vida conjugal e das experiências extraconjugais das participantes da pesquisa.....	89
• Débora: “ <i>O motivo nunca foi sexo [...] não era motivada pelo prazer [...] era meio compulsivo</i> ”	89
• Roberta: “ <i>Ai eu tava lá brincando [...] e de repente me aparece aquele homem [...] eu entendo isso como uma época mais desgastada com o Paulo</i> ”	95
• Maria Beatriz: “ <i>Eu não tenho vida sexual [...] encontrei essa pessoa e fiquei encantada [...] encontrei o grande amor da minha vida</i> ”	101
• Laura: “ <i>Ah, pelo sexo [...] como eu me casei nova [...] ter uma relação com outra pessoa seria natural</i> ”	106
• Giovana: “ <i>Era uma relação de curiosidade [...] todas foram ruins [...] pura sedução</i> ”	113
Considerações preliminares	120
5. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	124
As experiências extraconjugais no interior da conjugalidade: sentidos, contextos de ocorrência e distinções de gênero	126
• Motivos condutores da experiência extraconjugal.....	126
• A imposição da “exclusividade sexual” no âmbito dos diferentes regimes de casamento e sua “contrapartida”	131
• Em relação ao homem a quem se uniu: a presença do sentimento de amor e ternura	134

• As concepções de infidelidade e a experiência de traição para o grupo pesquisado .	136
Relações extraconjugais: a permanência de valores de gênero conservadores e sua materialização nas práticas amorosas e sexuais.....	139
• Quando a traição põe em xeque a retórica do uso da liberdade	139
• A presença do medo da solidão por parte das mulheres entrevistadas.....	142
• O longo tempo de união	144
• As “veladas” travessias conjugais.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

APRESENTAÇÃO – PASSAGENS DA CLÍNICA PARA O CAMPO SOCIAL: SOBRE O QUE DETERMINOU A MOTIVAÇÃO DO ESTUDO

Quanto ao nascimento da tese

Tudo começou na clínica. Foi a partir dessa escuta que as interrogações e as curiosidades no âmbito da extraconjugalidade foram criando espaço para pensar uma tese no campo social. As experiências de mulheres que buscavam relações sexuais ou amorosas para além de uma conjugalidade já estabelecida por meio de contratos formais ou informais, ou que desejavam ardentemente transbordar, brotavam a todo instante. Não foi apenas na clínica que a pesquisadora observou que o tema aparecia com frequência. Conversas com amigas ratificavam o que ouvia das pacientes. Apesar da problemática psicológica e idiossincrática em questão, de cada paciente atendida, o tema era reiteradamente observado no contexto cotidiano das relações de amizade, em conversas de bares ou por meio de uma procura mais intimista que, ora se configurava como uma confissão, ora se desenhava como uma necessidade de desvelar, de forma orgástica, uma “transgressão”. Michel Bozon (2004) aponta que, de modo geral, as mulheres falam mais de suas vidas amorosas que os homens e que suas confidências costumam ser feitas às outras mulheres, não se restringindo às atividades sexuais, mas à própria relação, aos sentimentos e aos problemas enfrentados pelos parceiros.

Por este viés, mulheres de variadas idades e diferentes trajetórias – jovens, mulheres no início de seus casamentos, outras com uma longa jornada conjugal, com filhos, sem filhos, especialistas em maneiras discretas de “pular o muro” ou pouco preocupadas em serem reservadas – traziam histórias de relações com uma terceira pessoa. Foi dessa forma que as relações extraconjugais, atreladas à conjugalidade e à sexualidade, tornaram-se tema privilegiado deste estudo.

A ideia da pesquisa se consolida a partir de um caso clínico. Uma mulher, entre 45 e 50 anos de idade, relata viver um casamento aberto com o marido. O tema trazido para o espaço clínico não se configurava como demanda da cliente, mas fazia parte do contexto de outra questão qualquer. Ela não vivia mais aquele tipo de relacionamento, mas falava sobre ele como

uma “proposta libertária de relação”, caracterizado por encontros casuais e episódicos com outras pessoas fora do casamento. Pouco tempo depois, por iniciativa da paciente, as sessões foram encerradas. Cinco ou seis anos após a interrupção dos atendimentos, a história, que naquele momento tinha chamado a atenção da pesquisadora por sua “excentricidade”, é rerepresentada com riqueza de detalhes por essa mesma paciente, uma vez que ela se encontra entre as entrevistadas da pesquisa.

O tema escolhido como objeto deste estudo, portanto, não é inédito. Pelo contrário, mantém-se como uma relevante problemática da atualidade, vinculada às relações conjugais amorosas e sexuais, bem como à família, à violência sexual e às desigualdades de gênero. Trata-se de um tema permanentemente debatido pelo público, na mídia, no âmbito das famílias, entre mulheres e homens, entre casais e familiares, suscetível de embates, comoção, paixão, violência, passionalidade e denúncia.

Cabe ainda salientar que, ao longo da trajetória acadêmica da pesquisadora, lhe interessava, sobretudo, os estudos e temáticas que se relacionavam com as imposições sociais e/ou que se vinculavam com os estereótipos e as representações acerca de um determinado grupo. No mestrado, o estudo com mulheres que optaram pela não maternidade revelou dores e angústias causadas por uma opção tão criticada socialmente.¹ A escolha pela temática das relações extraconjugais inevitavelmente convocaria o olhar da pesquisadora para questões que fossem alvo de crítica, intolerância, julgamentos e desaprovação social. Elegeu-se trabalhar com mulheres que no decurso da conjugalidade vivenciaram relações sexuais fora do casamento, a fim de desvelar qual era o significado dessas relações para essas mulheres.

Sobre a importância e a dificuldade de realizar um deslocamento

Era nítido que seria desafiador. Migrar do campo clínico para o campo social significava fazer uma travessia apinhada de belezas, mas também de limites e dificuldades, inevitáveis para uma transposição dessa ordem.

Apaixonada pelas singularidades dos indivíduos, a pesquisadora, que iniciava o seu trabalho de doutorado e que tinha a clínica por formação, se embasava em pressupostos

¹ Cf. MAGALHÃES, Mariana Moura. **Sobre a obrigatoriedade do amor materno**: um estudo com mulheres que optaram por não ter filhos. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2012.

existenciais e fenomenológicos. Por estar comprometida em não submeter o singular ao universal e, como diz Ana Feijoo e Myriam Protasio (2008), compreendendo o homem em suas diferentes possibilidades de ser, não o tomando como um objeto que se dá pelos padrões culturais, tal pesquisadora se debruçava em fatores que estorvavam o deslocamento necessário para apreender que, para além do sujeito, existe uma macroestrutura.

No texto “As Expressões das Singularidades e as Categorias Universais” (2008), Feijoo e Protasio, tomadas por uma lente existencial, colocam em questão o diagnóstico prescrito pela psiquiatria tradicional que categoriza o comportamento humano desviante dos padrões determinados pela ordem médica vigente, estabelecendo uma padronização do comportamento por meio de manuais. Nessa perspectiva, a conclusão diagnóstica é estabelecida por meio de critérios quantitativos que, com base em um determinado número de sintomas, permite identificar um “transtorno” descrito pelos manuais médicos, estabelecendo que a singularidade do sujeito seja secundária ao universal. Ou seja, por mais que o diagnóstico dado pela psiquiatria tradicional tenha uma escuta clínica, ela é estabelecida a partir de sintomas universais, a despeito das singularidades do indivíduo. Na contramão desse paradigma, as abordagens clínicas que têm por base uma perspectiva existencial-fenomenológica partem do pressuposto de que relacionar o indivíduo a uma categoria representa um abandono do homem. Por esta razão, estão atentas às expressões individuais de cada indivíduo, sendo as singularidades valorizadas em detrimento do universal.² Essa lente é utilizada não apenas para estabelecer o diagnóstico clínico, mas também para entender a existência única de cada indivíduo. A partir do momento em que se compreende o homem como um constante “vir a ser”, não há como encaixá-lo em uma categoria fixa, seja por uma questão diagnóstica, seja pela forma com que ele interage no mundo. Dentro dessas perspectivas teóricas, o homem não é modelado pelo meio, embora esteja em constante relação com o mesmo. Isto posto, por mais que o olhar clínico fundamentado pelos pressupostos existenciais e fenomenológicos não desvalorize o que é universal, seu interesse está focado na experiência particular do indivíduo.

Entretanto, no campo da psicologia social é imprescindível que as singularidades dos indivíduos sejam, de alguma forma, colocadas em suspenso e a atenção esteja voltada para as construções sociais fundamentadas pelo contexto cultural no qual o sujeito está inscrito, uma

² Importante ressaltar que este tipo de escuta clínica, voltada para as singularidades do sujeito e muito pouco para as universalidades e o meio social, é um pressuposto-chave para as abordagens humanistas, o que não ocorre, necessariamente, em outras abordagens.

vez que os produtos culturais e históricos contribuem para constituir e modificar as subjetividades de uma determinada ordem. Essa perspectiva, além de desafiadora para uma psicóloga clínica embasada por pressupostos existenciais e fenomenológicos, provocava curiosidade: o que estaria por trás daquilo que a pesquisadora sempre se debruçou? Ou ainda: o que mais existe além daquilo que é trabalhado na clínica embasada por esses pressupostos?

Dois textos mitigaram a tensão que aflorou na pesquisadora. No primeiro, “Notas para uma genealogia da Psicologia Social”, Rosane Neves da Silva (2004) faz considerações cruciais para se pensar o campo de atuação da psicologia social. Para a autora, o social não deve ser reduzido às simples relações que vinculam os indivíduos àquilo que eles partilham entre si e que constituem seu espaço comum – ele precisa ser entendido como uma multiplicidade necessariamente construída, apoiada em relações de forças históricas e em constante mutação. Deve ser problematizado partindo do princípio de que, por haver uma historicidade, é forjado a partir de uma configuração específica de práticas que variam de acordo com as características de cada coletividade. E, ainda, por ser um objeto construído e produzido por suas diferentes práticas, o social sofrerá transformações diversas ao longo do tempo. Influenciada pelo filósofo Michel Foucault, Silva considera que a problematização do social implica necessariamente uma pesquisa genealógica, pois marca a singularidade de um certo tipo de configuração do tecido social. “A pesquisa genealógica busca [...] explicitar como determinados objetos passam a ganhar uma certa consistência e operacionalidade em alguns contextos históricos específicos” (SILVA, 2004, p. 14). Assim, conforme aponta a autora, não é possível falar de apenas uma configuração social, mas sim de diferentes composições, produzidas por cada formação histórica, criando um campo de possibilidades do qual emerge certa problemática que engendra, ao mesmo tempo, uma configuração específica do social. Na medida em que o social é formulado como um problema pode-se concluir que haverá diferentes intervenções específicas, criadas a cada momento, isto é, “é a partir do momento em que certos disfuncionamentos de uma sociedade não são mais regulados de uma maneira relativamente informal no tecido dessa sociedade que podemos falar de uma problematização do social” (SILVA, 2004, p. 14). O que Silva quer esclarecer é que o social não pode ser entendido meramente como o campo de atuação da psicologia, ele é aquilo que torna possível a constituição desse campo de conhecimento, ou seja, a psicologia deve ser explicada pelo social, e não o inverso.

No segundo texto, “O que é mesmo psicologia social?”, Pedrinho Guareschi (2012) busca esclarecer qual é o âmago da psicologia social. Faz um percurso histórico discutindo suas origens e mostra os elementos centrais que foram se incorporando em sua constituição. Sem intenção de apresentar o caminho percorrido pelo autor, uma consideração basilar, dada pelo mesmo, amplia o horizonte na elaboração deste trabalho. Na trajetória percorrida por Guareschi, o autor aponta, em um primeiro momento, que na visão cartesiana o ser humano é entendido como um indivíduo. Não existe o social – existe apenas o individual e o social seria a soma dos individuais. O grupo é, então, compreendido como um amontoado de elementos e cada indivíduo mantém sua unidade e singularidade sem se relacionar com os outros. Já em uma cosmovisão totalitária e coletivista, argumenta o autor, o grupo e o coletivo são a verdadeira e única realidade. Assim, as pessoas presentes no grupo têm valor significativo pela sua pertença nele, como peças de uma máquina, ou seja, “não importa a consciência individual: importa a consciência coletiva” (GUARESCHI, 2012, p. 40). Mas, influenciado por Moscovici, Guareschi concebe e defende outra importante maneira de entender o social. Nessa visão, o social é entendido como uma relação, ou seja, não pode ser entendido sem “*outros*”.³ Isso significa que há uma dialética entre o sujeito e o social: o social é singular e ao mesmo tempo múltiplo. “É esse o social que constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa. Ele é o ‘entre’ de todos esses processos” (GUARESCHI, 2012, p. 41).

Compartilhando com o autor tal maneira de entender o social, é possível compreender que as singularidades dos indivíduos não são descartadas; elas são elementos fundamentais na constituição do sujeito social. No entanto, não são apenas as singularidades dos sujeitos que determinam o social – a cultura e a historicidade nessa relação com o indivíduo são elementos substanciais para compreender o campo social.

Seguindo esta vereda apontada por Silva e Guareschi, trata-se aqui de apostar na desmontagem da dicotomia indivíduo e sociedade, clivagem estratégica, como outras, que serve de base a alguns discursos *psi* que tentam objetivar o sujeito a fim de melhor entendê-lo; dicotomia esta que emerge como central com o advento da modernidade. Ao invés do sujeito individual, podemos pensar e operar daqui em diante com a noção de subjetividade e de processos de subjetivação. Isso porque a noção de processo enfatiza exatamente a questão de

³ Guareschi entende esse “outros” como um direcionamento intrínseco, do próprio ser, em direção a outro(s).

um “vir a ser”, não de um produto. Dessa forma, o processo histórico e social, através dos quais as subjetividades são construídas, toma lugar do indivíduo como entidade fixa da modernidade.

Ao tomar este direcionamento, pode-se afirmar a subjetividade não como uma interioridade, experiência típica ao homem do oitocentos, mas sim como uma processualidade histórica possível que emerge de forma distinta em cada configuração do espaço-tempo. Portanto, o intuito é ter uma compreensão do ser humano não como a “base eterna da história e da cultura humanas, mas um artefato histórico e cultural” (ROSE, 2001, p. 33) que prescinde de uma linha evolutiva e contínua do tempo, ou seja, trata-se de percebê-lo como um sujeito da história.

Sobre o encontro de novos caminhos de investigação: o fim necessário da crença da igualdade de gêneros

Para a realização da pesquisa, em um primeiro momento, elegeu-se trabalhar com as “relações sexuais episódicas” de mulheres em relações conjugais, que se caracterizariam por encontros sexuais eventuais e/ou inesperados com outras pessoas, sejam essas do sexo masculino ou feminino, sem o estabelecimento de um limite para o número de encontros e sem, necessariamente, a presença de um sentimento amoroso. No entanto, na fase de seleção do grupo que participaria da pesquisa foi divulgada apenas a intenção da pesquisadora em realizar um trabalho com mulheres que haviam vivenciado tais relações na vigência de sua conjugalidade, sem estabelecer, *a priori*, se as relações com outras pessoas faziam parte ou não de um acordo entre o casal, e sem grandes esclarecimentos do que a pesquisadora chamava de relações episódicas. Essa decisão foi intencional, em busca de compreender o que as entrevistadas compreendiam pela expressão e de que maneira elas caracterizavam as relações “marginais” à sua conjugalidade, bem como ainda de conhecer os significados das relações episódicas para as entrevistadas, objetivo central do trabalho, naquele momento.

Alicerçada pelas conversas de bar, pelos relatos compartilhados com amigas e especialmente por uma escuta clínica, a pesquisa foi produzida partindo do pressuposto de que as relações sexuais episódicas de mulheres envolvidas em uma relação conjugal poderia significar a busca de prazer motivada pelo hedonismo e pela afirmação de uma liberdade individual em primazia. Quando eleitas pelo casal, tais práticas representariam não apenas a conquista de liberdade, mas também uma igualdade entre mulheres e homens na relação de

conjugalidade, como se as relações fora do casamento, enquanto um acordo, o dotassem de um cunho mais democrático e igualitário de gênero, diferente das relações monogâmicas.

Ao longo do trabalho foi observado que, enquanto para algumas entrevistadas tais relações eram acordadas pelo casal, para outras era uma escolha pessoal, sem o conhecimento do parceiro. As diferentes concepções já evidenciavam um material não homogêneo que exigiria cuidado na análise da pesquisadora. Ao final das entrevistas, evidenciaram-se contradições no que diz respeito às hipóteses iniciais. Em primeiro lugar, as relações sexuais episódicas não eram fundamentais ou centrais nas narrativas das entrevistadas – a discussão girava em torno da vida sexual daquelas mulheres que, em algum momento, também tiveram relações sexuais episódicas. Em segundo lugar, a premissa inicial do estudo se revelou equivocada. As relações partilhadas com a pesquisadora, e que hipoteticamente seriam mais libertárias, democráticas e/ou igualitárias, por vezes eram fundamentadas em um rigor e em um regramento que pareciam mais aprisionadoras do que algumas relações monogâmicas, no que diz respeito às mulheres cujas relações fora do casamento eram acordadas pelo casal. Entre as mulheres que experimentaram algum tipo de relação casual, sem o conhecimento do marido, foi revelado uma espécie de liberdade compulsória, o desejo de quem sabe atestar certa “modernidade”, e a necessidade de provar que existia uma liberdade em busca de uma satisfação pessoal. Ou seja, a pesquisa empírica indicava a presença de algumas amarras que impediam a compreensão da conjugalidade alicerçada em uma relação de liberdade ou igualdade entre os gêneros.

Além de decepções que transformaram em ruínas uma perspectiva talvez utópica da pesquisadora, após as entrevistas, essa foi tomada de encantamentos por aquilo que foi anunciado nas narrativas. A necessidade de alterar o caminho já percorrido fez lembrar o pequeno texto de Jeanne Marie Gagnebin, “O Método Desviante”, escrito em 2006. Inspirada pela filosofia de Walter Benjamin, a filósofa fala sobre os desvios importantes de serem trilhados em sala de aula, solapando alguns imperativos ditos categóricos e racionais como a pressa, a produtividade, a previsibilidade, as certezas e as imposições. De modo leve e descontraído, Gagnebin traz algumas “regras” reconfortantes ao jovem professor, mas que se aplicam com excelência à jovem pesquisadora desta tese. “Não temer os desvios e as errâncias”, diz a autora. Pare por um tempo, descreva o impasse e poderá perceber que algo que não havia se pensando pode começar a ser vislumbrado: “pensar é, antes de mais nada, criar caminhos,

perder-se na floresta e procurar por outro caminho, talvez inventar um atalho” (GAGNEBIN, 2006, s/p). Já dizia Elaine Brandão (2003) que “a sedução de uma pesquisa reside no fato de suportar as incertezas que se mesclam à descoberta de caminhos nas investigações empíricas e teóricas para desvelar, ao final, os sentidos que a tornam inteligíveis” (p. 16).

Diante das tensões, dos paradoxos e das contradições observadas nas falas das entrevistadas, seria imperioso mudar o jogo. As hipóteses iniciais foram colocadas em suspenso para que a pesquisadora pudesse focar nas relações extraconjugais de mulheres, em busca de compreender os sentidos e os significados que fizeram com que elas buscassem essa forma de relação. Nesse sentido, a ideia da experiência extraconjugual como uma premissa de liberdade individual é posta de lado para que o olhar da pesquisadora estivesse atento àquilo que era revelado.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de tese tem a intenção de analisar as experiências extraconjugais de mulheres casadas. O objetivo do trabalho foi investigar os sentidos e significados que fazem com que tais mulheres se envolvam em experiências sexuais fora do casamento. Com base no grupo que participou desta pesquisa, a tese que se quer defender é que para as mulheres que nasceram entre as décadas de 1950 e 1960, e que fazem parte da classe média, os valores relacionados à conjugalidade e às relações extraconjugais ainda são muito atravessados por princípios conservadores.

A conjugalidade parece estar atravessada por ambiguidades, afirmam Vieira e Stengel (2010, 2012). Nos relacionamentos amorosos da Pós-Modernidade, encontram-se presentes, simultaneamente, formas tradicionais, modernas e pós-modernas de constituir um casal.

O individualismo se apresenta como ideologia predominante para os sujeitos. Contudo, a valorização da liberdade, da realização pessoal e da satisfação dos desejos individuais convive com a vontade de se estabelecer uma relação estável e duradoura. Nessa perspectiva, nos relacionamentos amorosos da contemporaneidade, os indivíduos enfrentam a dificuldade de conciliar suas livres escolhas com o espaço partilhado do casal, constituído com base em valores comuns entre os parceiros.

A Pós-Modernidade, que tem o indivíduo como referência, é caracterizada por sujeitos que primam por interesses individuais. A liberdade individual é supervalorizada e forma indivíduos extremamente preocupados consigo próprios, sem depender do outro. Esse viés narcisista se traduz em um modo de indiferenciação dos valores sociais e coletivos. Para Zygmunt Bauman (2004), os relacionamentos amorosos são vistos como produtos de consumo que não são feitos para durar e que só serão mantidos enquanto trouxerem satisfação para o indivíduo. Serão descartados, portanto, quando se tornarem desinteressantes ou quando novas formas mais excitantes de relacionamentos se apresentarem. Por essa lógica, os relacionamentos amorosos estáveis e duradouros representam a possibilidade de se perder alguma novidade excitante, quando se está “preso” a alguém.

Porém, a fragilidade, a flexibilidade e a liquidez dos laços amorosos, que dificultam a formação de vínculos, têm gerado insegurança entre as partes envolvidas em um

relacionamento conjugal. A busca incessante pelos prazeres individuais tem provocado nos indivíduos sentimentos de angústia e solidão. A construção de relacionamentos amorosos mais seguros parece, então, necessária.

A contemporaneidade acaba, então, sendo marcada por rupturas e continuidades dos tempos passados. No que diz respeito à conjugalidade, verifica-se que na Pós-Modernidade existe uma convivência dos ideais amorosos do amor líquido – da Pós-Modernidade – e do amor romântico, que marcou a era moderna. O modelo de conjugalidade da Modernidade, época que inaugura o modo de pensar individualista, estabelece uma interdependência do compartilhamento do amor e da sexualidade entre o casal. Tal modelo valoriza os desejos e as necessidades individuais, mas se alicerça na formação do casal. Diferentemente da ideologia presente na Pós-Modernidade, na era Moderna, ainda que o valor dado à liberdade fosse primário e que os indivíduos buscassem afirmar sua singularidade, a tensão se instaurava na tentativa de conciliar as individualidades e as exigências do par amoroso.

A extraconjugalidade não é um tema inédito. Contudo, o interesse deste estudo foi desvelar qual sentido que a prática assume, na contemporaneidade, para as entrevistadas. Com esse objetivo, a pesquisadora se inspirou em alguns autores como Gilberto Velho (1981), Louis Dumont (1993), Michel Bozon (2003, 2004), Maria Luiza Heilborn (1992, 2004), François Singly (2007), além da pesquisa de campo realizada com mulheres que vivenciaram experiências sexuais fora do casamento. Sendo os indivíduos atravessados por ideologias distintas, o interesse da pesquisa era tentar esclarecer em que medida as experiências extraconjugais são motivadas pelo hedonismo, a despeito da relação conjugal, ou em que medida tais experiências funcionam como uma forma estratégica de satisfazer os desejos sexuais pessoais, cuidando, ao mesmo tempo, da manutenção da conjugalidade. Ou seja: tais práticas se caracterizam mais pelas rupturas ou pelas permanências da tradição?

O trabalho será apresentado da seguinte forma: o primeiro capítulo versará sobre alguns aspectos fundamentais da conjugalidade. Suas transformações serão debatidas mostrando de que maneira foram criadas novas formas de se pensar as relações conjugais e os relacionamentos amorosos, a partir da ideologia individualista. No segundo capítulo, o tema da extraconjugalidade ganha centralidade. Ele será discutido com base na sexualidade. Diferentes práticas sexuais serão apresentadas, mostrando algumas das estratégias que foram criadas, dentro dos relacionamentos amorosos, como modo de se valorizar os interesses individuais tão

almeçados na contemporaneidade. No terceiro capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa e os percursos trilhados para sua produção. Os resultados coletados com base nas entrevistas realizadas serão apresentados no quarto capítulo. Com base nos dados que foram apresentados no capítulo precedente, o capítulo cinco contará com a análise do material empírico obtido por meio da pesquisa de campo. Para encerrar o trabalho, as considerações finais trarão as conclusões que foram alcançadas através da pesquisa.

1. CONJUGALIDADE E ATUALIDADE: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM AMPLO DEBATE

Inúmeros são os fatores que podem ser investigados quando se elege falar sobre a conjugalidade. Nesta pesquisa de tese, o tema em questão está diretamente vinculado ao interesse da pesquisadora em investigar o significado das relações extraconjugais para mulheres que vivenciaram tais experiências. Mas para mergulhar neste objeto – a extraconjugalidade – é fundamental compreender aspectos da conjugalidade para que, em um segundo momento, a atenção seja direcionada para o tema do estudo.

Além disso, é imprescindível considerar que o objeto das ciências sociais é histórico. Desse modo, os comportamentos, condutas, pensamentos e ideologias de uma sociedade sempre ocorrerão dentro de um espaço/tempo. Em vista disso, o argumento de Maria Cecília de Souza Minayo (2008) é substancial ao destacar que toda investigação social, além de registrar a historicidade humana, precisa respeitar a especificidade da cultura que traz em si os traços dos acontecimentos. E, mesmo os estudos contemporâneos, precisam considerar a simultaneidade de diferentes culturas, tempos e espaços, uma vez que servirão como influência e como base tanto para se pensar as permanências quanto para se pensar as transformações que ocorrem. Nesta tese, o olhar se volta para a contemporaneidade e o Ocidente. Com relação à investigação empírica, o estudo foi realizado com mulheres residentes nos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

Após realizar as entrevistas, duas questões apareceram como elementos importantes a serem analisados. A primeira diz respeito às amarras conservadoras que podem estar presentes nas relações mais “liberais”, mostrando como certas relações ditas “abertas” estão sujeitas a ser aprisionadoras. A segunda trata-se da ênfase no indivíduo como referência, priorizando aspectos como a liberdade de escolha, a realização pessoal, a obtenção de sensações prazerosas e a possibilidade de viver sem depender do outro, como bem ressaltam Vieira e Stengel (2010, 2012).

Transformações recentes no âmbito da conjugalidade

Não há como negar que as transformações que a intimidade do casal vem atravessando há pouco mais de meio século abriram portas para que mudanças significativas acontecessem nas relações conjugais, possibilitando a criação de novas demandas e maneiras de pensar os relacionamentos amorosos, o casamento e a sexualidade. Já no início do século XX, Anthony Giddens (2007) defendia que, “entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família” (p. 61). Essas mudanças resultam de fatores diversos. Reivindicações dos movimentos feministas por direitos e pela igualdade de gêneros (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992; FARIA, 1997; ALVES; PITANGUY, 2003), assim como a criação da pílula anticoncepcional, dissociando o sexo da reprodução e favorecendo a emancipação feminina, foram fatores fundamentais que contribuíram para que a conjugalidade assumisse uma nova modelação (JABLONSKI, 1998; BOZON, 2004; DEL PRIORE, 2011).

Quanto à sexualidade, Michel Bozon (2003, 2004) aponta que o sexo tornou-se o motor da conjugalidade e as relações amorosas voltaram-se para a satisfação do casal, enfatizando a autonomia entre os cônjuges. Conforme o autor, a construção social tem um papel fundamental na elaboração da sexualidade, visto que esta não deve ser entendida como um dado da natureza. Sendo assim, é necessário considerar que a sexualidade será fruto de uma construção social que se fundamentará no contexto cultural em que ela estiver inscrita. Nesse sentido, diz o autor, a sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui para estruturar as relações culturais das quais depende, na medida em que as incorpora e as representa, ou seja, a sexualidade vai expressar o papel de legitimação da ordem estabelecida entre os sexos. Para Bozon (2004) é necessário atentar que é o não sexual que confere significado ao sexual e nunca o contrário, o que nos permite entender que os limites da sexualidade são moveáveis. Ou seja, os saberes sobre a sexualidade, produtos culturais e históricos, contribuem para moldar e modificar os cenários sobre a sexualidade.

É importante esclarecer, no entanto, que as transformações na conjugalidade não podem ser interpretadas como o total desmantelamento de valores tradicionais e conservadores, uma vez que estes ainda permanecem vigentes no âmbito da conjugalidade e da família. Também não se pode concluir que as mudanças atingem a sociedade de forma homogênea. Para tecer essa discussão, a pesquisadora adotou como ponto de partida de reflexão os estudos de

Maria Luiza Heilborn, em especial o livro “Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário” (2004), no qual a autora aborda os mecanismos constitutivos da conjugalidade no universo social das camadas médias urbanas. A razão em dar atenção para esse grupo, neste capítulo, ocorreu em virtude de todas as mulheres entrevistadas fazerem parte dessa camada social. É no âmbito desse segmento, especificamente para aquelas que apresentam um perfil moderno, que poderão ser observadas mudanças significativas na desconstrução de um modelo tradicional de conjugalidade. Como relata a autora, os segmentos médio e alto foram os mais beneficiados pelas transformações da segunda metade do século passado, não apenas pelas mudanças citadas acima, mas pelo próprio capital simbólico que possuem.

Nas páginas seguintes serão discutidos aspectos fundamentais da conjugalidade na contemporaneidade, eixos teóricos que orientam o tratamento do material empírico da pesquisa, cuja análise dos dados será apresentada no quinto capítulo. Com esse propósito, este capítulo abordará temas como o individualismo, a conjugalidade nas camadas médias, alguns tipos de conjugalidade, o divórcio na atualidade, além de se pensar sobre as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito da conjugalidade e da extraconjugalidade.

Conjugalidade e individualismo: transformações em curso

“Em nosso mundo de furiosa ‘individualização’, os relacionamentos são bênçãos ambíguas.” Esta é uma frase de Zygmunt Bauman logo nas primeiras páginas do livro “Amor Líquido” (2004). Discutindo sobre a fragilidade dos laços amorosos na contemporaneidade, o autor considera que, atualmente, as atenções dos indivíduos “tendem a se concentrar nas satisfações que esperamos obter das relações precisamente porque, de alguma forma, estas não têm sido consideradas plena e verdadeiramente satisfatórias” (p. 9). Não há dúvidas de que a discussão de Bauman é bastante familiar. No caso do Brasil, torna-se ainda mais presente nas sociedades mais urbanizadas. De acordo com o autor, de modo geral, as relações – e não apenas os relacionamentos amorosos – estão se tornando cada vez mais frágeis e flexíveis, o que tem gerado insegurança entre as partes envolvidas, em virtude da possibilidade de ausência de criação de vínculos. Os contatos estabelecidos, principalmente pelos relacionamentos em “rede” através de internet, e-mail, mensagens de texto e bate-papo, podem ser facilmente desfeitos. A busca pelos “relacionamentos de bolso” se torna frequente, pois deles pode-se fazer uso quando necessário e depois voltar a guardá-los, pontua o autor. As relações de longo prazo

são evitadas por significar fechar as portas para outras que seriam mais prazerosas. Nesse sentido, elas são encaradas como produtos que não são feitos para durar – sempre haverá um produto mais interessante, mais estimulante, mais excitante. A liquidez dos relacionamentos é consequência de uma incessante busca de liberdade, em detrimento das relações mais estáveis. A possibilidade de enraizamento pode ser entendida como opressora. Todavia, de forma paradoxal, observa-se uma crescente busca pelos relacionamentos e a necessidade de segurança desses encontros. Bauman trata, então, da ambivalência presente nas relações afetivas: o desejo pelo amor eterno e por segurança se contrapondo ao medo do que se pode perder quando se está “preso” a alguém. Ou seja, se a busca por um relacionamento tem por intenção eliminar a insegurança gerada na solidão, vivenciar uma relação configura novas formas de insegurança, na medida em que se deixa de estar livre para experimentar novos sabores da vida.

No entanto, os apontamentos de Bauman que se destacam para a discussão deste estudo dizem respeito à vontade de liberdade e à busca pela individualização. Para estabelecer um diálogo com Bauman, outros autores são convidados para essa discussão.

Tecendo sobre a questão do individualismo e mostrando como as sociedades ocidentais são delineadas pela singularidade, Dumont (1993), nessa direção, vem mostrar que o individualismo é uma marca da Modernidade. Baseado nas sociedades de castas da Índia, defende que a hierarquia pode ser entendida como o princípio organizador de uma sociedade. A posição definida por cada ser humano ocupa um lugar já preestabelecido, obedecendo aos fins descritos pelo social. Não há possibilidade de mobilidade, o que configura um exemplo das sociedades tradicionais, isto é, não há espaço (ou há pouco espaço) para escolhas individuais. Nesse sentido sinaliza Heilborn (2004), fazendo referência a Dumont, que a distinção classificatória descrita pelo autor não se trata de uma simples disposição taxonômica das categorias sociais. Deve ser entendida como uma atividade que traz no seu cerne a existência de um valor que funciona como o operador da diferença, ordenamento que configura a hierarquia. Também inspirados em Dumont, Vieira e Stengel (2012) apontam que nas sociedades tradicionais a hierarquia domina no plano ideológico. A pessoa é definida por um universo relacional, não havendo relação direta com a realidade social. Essa mediação é feita por diferentes esferas, como a família, e as identidades são construídas com base na posição de grupos, ordenado hierarquicamente.

Para discutir o processo de individualização, Dumont faz uma distinção entre as sociedades holistas (ou tradicionais) e as sociedades individualistas da Modernidade. Vieira e Stengel (2010, 2012) apresentam uma síntese das ideias centrais da obra dumontiana. No que diz respeito às sociedades holista e individualista, os autores mostram que, enquanto para a primeira, a totalidade do campo social tem valor supremo, para a segunda, o indivíduo por si só é mais valorizado, sendo centro e foco do universo social. Nas palavras de Dumont, o individualismo faz referência “ao ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente), não social, tal como se encontra, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade” (p. 75). Isso significa que, nas sociedades modernas, a ideologia dominante é a individualista e a liberdade e a igualdade se fazem presentes. O indivíduo enquanto valor tem sua identidade formada a partir de sua própria história e escolhas pessoais.

Vieira e Stengel (2010, 2012) mostram que dois tipos de individualismo podem ser descritos. O primeiro se dá por volta do século XVIII, época de clamor por liberdade e igualdade e de busca pela libertação dos laços políticos, agrários e religiosos, entendidos como ligações violentas, opressoras e sem sentido. Foi a partir dessas relações que a boa natureza do ser humano se revelou, mostrando o quanto a sociedade a havia deformado. A segunda fase do individualismo ocorre no século XIX, inspirada pelo Romantismo. Já naquele momento, partia-se da premissa de que, quando os homens estão libertos dos laços tradicionais, podem, então, se diferenciar uns dos outros, havendo, com isso, a valorização de sua singularidade. Como não há lugares sociais prescritos para uma estrutura social, a sociedade torna-se uma associação de indivíduos autônomos (VIEIRA; STENGEL, 2012). Como aponta Heilborn (2004), “o individualismo – nome que se dá ao sistema moderno pela afirmação da representação estruturante concedida ao indivíduo, desprivilegia a totalidade mediante o deslocamento valorativo para a singularidade e a autonomia das partes” (p. 25). No entanto, é importante ressaltar que elementos relativos às sociedades holistas e individualistas podem conviver concomitantemente, e o predomínio de uma forma sobre a outra dependerá de cada sociedade.

Vieira e Stengel (2010), versando sobre os nós do individualismo e da conjugalidade e mostrando de que maneira características macrossociais influenciam nas relações conjugais, argumentam que a era Pós-Moderna⁴ é marcada por permanências e rupturas da era Moderna.

⁴ A era Pós-Moderna descrita por Vieira e Stengel (2010, 2012) diz respeito a uma fase que se inicia nos anos de 1960. Para estes autores, partindo desta data até os dias atuais, delimita-se um período chamado por muitos estudiosos, como Lipovetsky (1983), Giddens (1991), Kumar (1997) e Chaves (2004), de Pós-Modernidade.

A partir dos anos de 1960, os indivíduos continuam a ser um valor supremo, ou seja, o indivíduo é referência primária, sinalizam os autores. Os interesses individuais tendem a suplantar a atenção voltada para o bem-estar do coletivo, diferente da era Moderna, onde havia uma tentativa de conciliar as tensões entre as necessidades individuais e as exigências coletivas do Estado, dando ênfase à ordem e à valorização da razão. Na Pós-Modernidade, o bem-estar individual passa a ter um viés narcisista, uma vez que o valor é direcionado para a sua saúde e qualidade de vida, a despeito do bem-estar coletivo, revelando uma indiferença com as questões da sociedade. A liberdade individual é supervalorizada; desse modo, “o indivíduo é responsabilizado pelo seu próprio bem-estar, pela construção de seu projeto de vida, pela satisfação de suas necessidades, pelo planejamento de sua vida” (VIEIRA; STENGEL, 2010, p. 149). Se para Dumont o individualismo pode ser entendido como uma ideologia da Modernidade, uma vez que enfatiza a liberdade e a responsabilidade individual, Vieira e Stengel, nos dois artigos citados, afirmam que a sociedade Pós-Moderna também é individualista. Contudo, salientam os autores, o individualismo da era Pós-Moderna é caracterizado por indivíduos preocupados, sobremaneira, consigo próprios, em busca de um crescimento pessoal, pela expansão da consciência e pelo monitoramento da saúde. Há enfraquecimento do tempo histórico, gerando um repúdio ao passado e a suas idiossincrasias tradicionais, e dificuldade de se pensar em um futuro – se o futuro não existe é fundamental que o indivíduo se concentre no presente, se fixando em seus desempenhos particulares. Na era da produção e do consumo em massa, argumentam os autores, a sociedade não valoriza exatamente o indivíduo, mas aquilo que lhe falta, como forma de fomentar o consumo.

É nesse sentido que a pesquisadora retoma as discussões apresentadas por Bauman (2004), ao dizer que os relacionamentos amorosos estão sendo valorizados pelo prazer que cada

Esse mesmo período recebe denominações diferentes, como “Modernidade Tardia” (HALL, 2003) e “Modernidade Líquida” (Bauman, 2004). Para Jacqueline Cavalcanti Chaves, no texto “Contextuais e pragmáticos: os relacionamentos amorosos na Pós-Modernidade” (2004), essa fase não pode ser entendida como o fim da Modernidade ou uma ruptura radical com a mesma. A Pós-Modernidade é, então, descrita como um período marcado pela exacerbação de algumas características da Modernidade, como o individualismo e a ética hedonista, assim como pela reorganização, ressignificação ou abandono de ideias anteriores, para a formulação de outras distintas. Além de outros fatores, a autora mostra que a Pós-Modernidade pode ser pensada a partir do modernismo, inspirado pelo Romantismo, e defendendo valores como a exaltação do eu, da autenticidade e do prazer. Para Vieira e Stengel, a década de 1960 pode ser descrita como marco inaugural da Pós-Modernidade, a partir do advento do movimento feminista, das revoltas estudantis, dos movimentos juvenis contraculturais, das lutas pelos direitos civis e dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. A expressão Pós-Modernidade é utilizada pelos autores na medida em que entendem que essa fase possui continuidades e descontinuidades da Modernidade.

cônjuge pode oferecer ao outro, ou seja, as relações são produtos de consumo. São descartadas quando se tornam desinteressantes ou não trazem satisfação suficiente para se permanecer juntos. Tais perspectivas podem ser encaradas como resultado da ideologia individualista, através da qual a busca do prazer, motivada pelo hedonismo, sobressai, a despeito da relação com o outro. Porém, independentemente do descarte que pode ser feito com as relações pouco ou não satisfatórias, o que se observa dentro da concepção individualista é uma busca pelos próprios prazeres, desejo e bem-estar pessoal. Para Chaves (2004), na medida em que a liberdade individual é supervalorizada, no sentido de haver várias opções e ser livre para fazer escolhas, pode-se pensar também no aumento da angústia pela dificuldade em se fazer tais escolhas, o que vai ao encontro do que Bauman demonstra ao falar sobre as sociedades de consumo. Conforme salienta Vieira e Stangel (2012):

Há também um constante apelo para a inovação, para a experimentação, para a busca de novas sensações, para o imediatismo. Na Pós-modernidade a incerteza está sempre presente. A perda do sentido da noção de Estado e a fragmentação da família geram uma crescente insegurança, configurando um cenário de imprevisibilidade e instabilidade (p. 349).

Se os compromissos estão sendo cada vez mais desvalorizados, inclusive o compromisso com uma identidade escolhida, apontam Vieira e Stengel (2012), a aventura de estar sempre em movimento parece uma tarefa cansativa. Os rompimentos não reduzem os riscos e podem aumentar as ansiedades experimentadas. Como dizem os autores, “fazer renúncias para escolher um caminho em detrimento dos outros está cada vez mais fora de moda” (p. 352).

Diferença de valores da conjugalidade a partir do pertencimento social e cultural de grupos distintos

Ainda na linha de discussões da ideologia individualista, é imprescindível tecer alguns comentários sobre classe ou pertencimento social, estabelecendo uma referência ao grupo que fez parte da pesquisa empírica desta tese. Isso se torna fundamental para este estudo na medida em que, como ressalta Gilberto Velho (1981), o grupo social do qual o indivíduo está inscrito o

coloca como parte de uma categoria social que poderá ser valorizada, discriminada ou estigmatizada, com base em um determinado contexto.

De acordo com Heilborn (1992, 2004), nas últimas décadas, as transformações pelas quais as famílias passam são muito visíveis, especialmente entre as camadas médias nas quais os ideais instaurados na Modernidade se aceleraram. Buscando explicar esse processo, a autora cita alguns fatores que favoreceram intensamente ao grupo pertencente àquele segmento social.

Esse fenômeno correlaciona-se com uma multiplicidade de outros, podendo se mencionar: uma dinâmica econômica intensificada com forte concentração de renda presente no país, nas décadas de 1960 e 1970, uma redução da família em tamanho e significado, a ampliação da educação superior, uma intensa exposição do Brasil à comunicação de massa, o surgimento do feminismo e um incipiente movimento de liberação homossexual (HEILBORN, 2004, p. 107).

Os valores relativos à família não são resultados apenas das transformações dos próprios modelos familiares, como mostram os estudos sobre as camadas médias, mas também pela menor valorização do papel que a família extensa desempenha para os sujeitos (VELHO, 1981; HEILBORN, 2004). Essas mudanças se embasam em uma ideologia igualitarista que contesta a diferença de gênero nas dinâmicas conjugais, e que é premissa básica do individualismo, ressalta Heilborn.

Todas as participantes desta pesquisa faziam parte da classe média urbana, e, por isso, torna-se necessário falar desse grupo, uma vez que nele o *éthos* individualista se sobressai. De acordo com Heilborn (2004), os indivíduos de classe média são os mais atravessados pelo desafio ideológico do individualismo, de sua ambição igualitária, além de serem aqueles que teriam condições práticas e econômicas para a concretização de seus ideais. Com base na discussão que vem sendo apresentada, o mesmo pode ser dito para a valorização de liberdade. Esta, por sua vez, não é democraticamente distribuída ou aumentada indiscriminadamente na Pós-Modernidade, salientam Vieira e Stengel (2012). “A liberdade é intensificada entre os fortes, entre os que possuem mais recursos materiais e habilidades que possibilitem uma ação efetiva no mundo” (VIEIRA; STENGEL, 2012, p. 350). Portanto, a liberdade não pode ser reconhecida como algo que é igualmente distribuído por todos que fazem parte de uma sociedade, ou seja, nem todos são dotados das mesmas condições e privilégios para a construção e a manutenção da identidade, ressaltam os autores.

Não se trata, no entanto, de designar um “fixismo” classista que determine atitudes e comportamentos. É valioso trazer, neste momento, o comentário apresentado por Velho (1981),

quando diz que, mesmo dentro de um universo em que critérios socioeconômicos como renda e ocupação circunscrevem um determinado grupo que poderia ser visto como hegemônico, existe uma série de descontinuidades em termos de *éthos* e visão do mundo. Contudo, ainda segundo este autor, as sociedades desenvolvem mecanismos para definir o lugar do indivíduo. Este tende a assumir papéis, responsabilidades e deveres de acordo com a posição hierárquica na qual faz parte. Isso significa que, em grupos distintos, há a existência de sistemas simbólicos e de representação que acabam por constituir costumes e práticas característicos que marcam sua especificidade cultural. “Os dados sociológicos de similaridade e de inserção social passam a autorizar a postulação de uma identidade moral compartilhada” (HEILBORN, 2004, p. 73).

Heilborn (2004) argumenta que, nas camadas médias, por haver maior fragmentação dos papéis sociais e formas menos densas de controle social, o indivíduo encontra espaço para exercitar suas escolhas. Para a autora, de modo geral, a classe média é menos tradicional, atuando conforme os ideais da Modernidade. Embora não tenha a intenção de presumir uma relação de causalidade, Heilborn pontua que, quanto mais diversificada é a trama social, mais moderna é a sua moralidade.

François de Singly (2007), em “Sociologia da Família Contemporânea”, ao dissertar sobre questões relacionadas à autonomia, aponta que os cônjuges de classe média e classes superiores valorizam a autonomia, uma vez que querem circular entre outros espaços em que são reconhecidos. Nesse sentido, investem sobremaneira na divisão dos territórios pessoais. Para o autor, embora o casal seja aberto para a autonomia do seu parceiro(a), ele também permanece aberto às negociações. De acordo com Singly, os grupos de classe média são sensíveis ao fato de ser reconhecidos como modernos, e a autonomia pessoal é um valor que pertence a esse registro.

Mesmo sem a intenção de aprofundar-se nesta discussão, uma vez que este capítulo não versa sobre a questão, é nítido perceber que as possibilidades empregadas aos segmentos médios – e também aos superiores – mostram as desigualdades entre as classes. Como revela Pierre Bourdieu (2013), ao tratar do capital simbólico, pode-se considerar que o estilo de vida das camadas médias faz com que esse grupo seja sublimado e, assim, suas atitudes e comportamentos sejam legitimados. De acordo com o autor, as propriedades materiais e simbólicas, isto é, o volume de dinheiro acumulado e os prestígios que determinado grupo possui, respectivamente, definem sua posição social. Dessa forma, o que é reconhecido e

esperado nas classes médias, como a postura individualista e a valorização da autonomia, não se realiza da mesma maneira quando se trata das classes populares. A estrutura social daqueles segmentos é valorizada por seu poder e prestígio, não apenas pelo capital material e econômico que possui, mas também pelo capital simbólico e cultural, como o *status* e o nível de escolarização. Assim, as atitudes e os comportamentos adotados pelos indivíduos da classe média serão infinitamente menos estigmatizados que o grupo das camadas populares. Como diz Bourdieu, o capital simbólico assegura formas de lucro e poder.

As mudanças em curso e os novos arranjos da conjugalidade

A conjugalidade pode ser entendida como um dos maiores pilares de uma organização social, sofrendo influências e modificações à medida que a sociedade passa por transformações. Desde o final do século XX, a partir das mudanças ocorridas na sociedade ocidental, embasada pelos ideais contemporâneos, observa-se a formulação de novos relacionamentos, estabelecendo, desse modo, novos esquemas de conjugalidade. Como ressalta Marcos Alves Silva (2013), em conformidade com Heilborn (2004), a partir dos modelos plurais de família houve a superação da ideia de conjugalidade, na qual o casamento civil era a única forma-padrão de união reconhecida pelo Estado. Assim, neste estudo de tese, a conjugalidade não deve ser entendida como aquilo que emerge de um fato jurídico.

Heilborn (2004) apresenta uma definição de conjugalidade na qual a pesquisadora desta tese se apropria para discutir a temática em questão. Para a autora, a conjugalidade deve ser entendida como “[...] uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado em uma dependência mútua e em uma modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico [...]” (p. 11). Heilborn segue dizendo que a conjugalidade trata-se de uma relação social que se institui em um par, admitindo a opção por uma determinada gestão de sexualidade.

Em busca de explicitar o que faz de dois indivíduos um casal, Maria Luiza Heilborn, no livro “Dois é par” (2004), com base em pesquisas com casais heterossexuais e homossexuais das camadas médias, apresenta uma série de atributos e particularidades que designam a conjugalidade, mostrando características típicas de uma relação conjugal. Tais atributos e particularidades retratados pela autora denotam não apenas qualidades para se estabelecer a união de um par, como razões para a dissolução e a permanência do casal. Não se trata, no entanto, de uma discussão embasada em causalidades. Com base em sua pesquisa, Heilborn relata alguns mecanismos sociológicos comuns que desenham a vida a dois.

Dentre os mecanismos citados pela autora, ela começa enunciando que a relação conjugal opera com base em um contrato – não necessariamente consciente – que chancela uma dependência recíproca entre os parceiros, considerando os valores da singularidade e da igualdade, visando confirmar a unidade conjugal. Nesse sentido, no que diz respeito ao casal moderno, a relação de amor não é exatamente o que dá origem ao casal, mas a possibilidade de igualdade entre o par. Não se trata de dizer que o amor perdeu a sua importância, mas, especialmente para os casais da classe média, o apaixonamento deixa de ser o sentimento primário para fundar a relação, isto é, “o casamento não pode ser debitado totalmente ao sentimento amoroso” (HEILBORN, 2004, p. 136). No entanto, ainda assim, é no domínio das emoções que o casal encontra motivos para casar. Nesse sentido, pode-se observar que o que caracteriza a união contemporânea não é apenas o sentimento de amor, mas os domínios e os interesses daqueles que se unem, fundamentados pelos novos modelos de família e de conjugalidade. Porém, como ressalta Singly (2007), ainda que o “eu” seja mais importante que o “nós”, isso não indica o desaparecimento do grupo conjugal, nem das famílias. A criação de diversos arranjos conjugais, visando, sobretudo, à autonomia e à satisfação dos cônjuges, possibilitou o estabelecimento de relações mais compatíveis com as peculiaridades e necessidades dos parceiros. A manutenção das relações passa a ser definida pela satisfação do casal, enfatizando muito mais a autonomia entre os cônjuges do que os laços de dependência entre eles (GIDDENS, 1993; BOZON, 2003, 2004; FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009).

Para Terezinha Féres-Carneiro e Cilio Ziviani (2009), a constituição de um casal demanda a criação de uma zona comum de interações. Essa zona é confrontada por duas forças paradoxais: a estimulação da autonomia e individualidade dos cônjuges, promovendo o crescimento e o desenvolvimento de cada um, *versus* a necessidade de vivenciar a conjugalidade, considerando a realidade comum do casal, seus desejos e projetos.

No artigo “Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade” (1998), Féres-Carneiro argumenta que

[...] todo fascínio e toda dificuldade de ser casal reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 1998, s/p).

Ainda embasada pela autora é possível dizer que a presença de duas individualidades para a formação de uma conjugalidade é, inevitavelmente, formadora de embates. Na medida em que os espaços individuais são valorizados há uma fragilização dos espaços conjugais. Por outro lado, fortalecer a conjugalidade significa abrir mão das individualidades, conseqüentemente, a relação se mantém enquanto for prazeroso para o casal.

Bozon (2003, 2004), com base em pesquisa realizada na França sobre os comportamentos sexuais dos casais, também constata fases na relação conjugal, o que ele chamou de “casal nascente” e “casal estabilizado”. O “casal nascente” corresponde aos dois ou três primeiros anos de vida em comum. A atividade conjugal é inteiramente voltada para a construção do casal. As atividades sexuais mais presentes, grande importância atribuída à exclusividade sexual, paixão, compartilhamento da iniciativa das relações sexuais, são algumas características dessa fase. Além disso, quando ainda não há filhos, o casal tende a estar mais disponível um para o outro. Esse entusiasmo pontua Bozon, parece estar mais presente entre as partes quando se trata da união recente dos cônjuges. Quando o casal se estabiliza surge uma nova fase. Além das especificidades de cada casal, essa estabilização costuma advir com a chegada dos filhos, com a compra de moradia e bens duráveis, com o desenvolvimento de hábitos conjugais e com a constituição de uma rede social comum. O “casal estabilizado” tem sua satisfação sexual reduzida, se tornando um hábito que materializa o laço conjugal. O envolvimento afetivo diminui, os valores individuais sobressaem, o valor dado à fidelidade enfraquece, e é a partir desta fase que as relações extraconjugais tendem a acontecer.

As ideias apresentadas por Bozon (2003) e por Féres-Carneiro e Ziviani (2009) parecem indicar que na medida em que os anos de relacionamento vão aumentando, o casal tende a investir menos no parceiro(a), voltando a atenção para sua individualidade. Se a realização das próprias individualidades for um problema para a relação, pode levar à separação ou ao investimento da vida pessoal, a despeito do parceiro, esvaziando os laços afetivos do casal. Nesse sentido, aponta Singly (2007), quanto mais existirem atributos para serem valorizados fora da relação conjugal – e que esteja em concordância com os desejos individuais – mais estreitos são os limites de troca de parcerias.

Conjugalidades: três arranjos predominantes

Casamento

Como dito, o casamento formal, isto é, estabelecido de forma jurídica, até bem pouco tempo atrás, constituiu o único tipo de conjugalidade aceito pelo Estado. Ao longo da história, ele foi sendo moldado por diferentes regimes, sejam eles políticos, sociais, econômicos e religiosos, ganhando diferentes roupagens e contornos.

Conforme Bruna Suruagy do Amaral Dantas (2010) e Marilena Chauí (1991), até a Idade Média, o casamento, no Ocidente, era uma instituição laica e privada, firmada entre famílias que tinha por intenção estabelecer um contrato comercial e político entre as partes. O propósito primário era a formação de uma descendência e a transmissão de um patrimônio, fazendo com que a reprodução fosse fundamental na formação dessas alianças, assim como a monogamia, para garantir a paternidade dos futuros herdeiros (ARAÚJO, 2002; CANEZIN, 2004; GIDDENS, 2007).

O casamento passou a sofrer a intervenção da Igreja Católica entre os séculos XII e XIII, que começou a valorizá-lo como um paliativo para aqueles que não conseguiam dedicar-se à abstinência. Após sacramentalizar o ritual e tornando-o uma instituição pública e religiosa, a Igreja passou a ter plenos poderes sobre a intimidade do casal e domínio de sua sexualidade (CHAUÍ, 1991). A reprodução permanecia como atributo essencial do casamento, com o objetivo de garantir a propagação da espécie.

O amor e a escolha do cônjuge não eram componentes que estabeleciam a união matrimonial. A ruptura do casamento arranjado e a importância do amor como fundador do casamento demoraram bastante tempo para se impor (SINGLY, 2007). Apenas no final do século XVIII, como destaca Singly, que o amor passou a ser conciliado ao casamento, deixando de ser um arranjo entre as famílias. Tal transformação é motivada pelos ideais burgueses e as ideias de liberdade individuais que começaram a marcar presença no final do século XVIII, como apontam Bernardo Jablonski (1998) e Maria de Fátima Araújo (2002). Conforme Araújo, o amor foi ascendendo na escala social até a era moderna, quando se tornou regra básica do casamento, sendo este atravessado pelos princípios do amor romântico.

Já no final do século XX, uma nova forma de conjugalidade e de sexualidade se estabeleceu. O sexo, tradicionalmente autorizado apenas no casamento visando à reprodução, se desvinculou desta instituição e tornou-se o motor da conjugalidade. “A sexualidade,

considerada um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da união” (BOZON, 2003, 2004).

Como mostra Singly (2007), a ideologia individualista de liberdade e igualdade e a importância da autonomia dos cônjuges estabeleceram um casamento pautado na equivalência social e na complementaridade sexual. Ainda segundo o autor, a partir dos anos de 1960, o casamento deixou de ser uma instituição que marca o início da vida em comum. A era Pós-Moderna é, então, caracterizada por um domínio maior do destino individual e familiar. Entre uma série de fatores já citados, a criação da pílula anticoncepcional, dissociando o sexo da reprodução e favorecendo a emancipação feminina, foi fundamental para que os padrões da conjugalidade fossem reformulados (JABLONSKI, 1988; BOZON, 2004; DEL PRIORE, 2011). É a partir desse período, declara Singly (2007), que começam a crítica do modelo da mulher “dona de casa” e as reivindicações marcadas pela “pressão do movimento social das mulheres e do feminismo; pela desestabilização do casamento, com a instauração do divórcio por consentimento mútuo (lei de 11 de julho de 1975) e pelo crescimento da coabitação fora do casamento” (p. 130). A partir daí, a conjugalidade transfigurou-se em um domínio relativamente autônomo da família, já que a reprodução deixou de estar, necessariamente, vinculada ao casamento. E este deixou de ser o lócus exclusivo da sexualidade, uma vez que homens e mulheres iniciam suas atividades sexuais antes de casar-se. O prazer tornou-se a finalidade máxima do sexo (BOZON, 2003, 2004).

Em concordância com Singly (2007), pode-se dizer que, na era Pós-Moderna, estabeleceu-se uma grande dissociação entre o casamento e a conjugalidade. Assim como Bauman (2004), o autor aponta que a vida do casal tornou-se mais instável e mais frágil. O casamento foi deixando de ser um atrativo na medida em que a sociedade individualista o concebe como uma instituição repleta de amarras, próprias de períodos passados. Não se trata, porém, do desaparecimento ou do declínio das uniões conjugais. Como mostra Bozon (2003, 2004), nas últimas décadas, o casamento por amor foi substituído pelo ideal de estar “juntos por amor”, e, embora a instituição do casamento sofra um enfraquecimento, o desejo de se estabelecerem relações conjugais não diminui.

Bozon (2004) e Singly (2007), ambos baseados em seus estudos realizados na França, apontam para as mudanças nas relações conjugais daquele país. Além de falar sobre a diminuição do número de casamentos, Bozon mostra que estes ocorrem tardiamente, entre

aqueles que se casam formalmente, ocorrendo muitas vezes depois de um período de coabitação e da presença dos filhos. Muitos dos que vivem juntos não se casam formalmente e têm filhos sem estar casados. Ademais, de acordo com o autor, as relações tornaram-se mais instáveis e muitas acabam em divórcio. Apresentando mudanças análogas às de Bozon, como a diminuição dos casamentos, o aumento do divórcio, do número de nascimentos fora do casamento e da coabitação, Singly ainda menciona a diminuição do número de filhos por família e o crescimento das famílias monoparentais.

Coabitação

A coabitação é outro tipo de arranjo conjugal muito presente na Pós-Modernidade, nos países do Ocidente. Féres-Carneiro e Ziviani (2009) declaram que esse tipo de relação conjugal se estabeleceu no Brasil na mesma época descrita pelos autores citados anteriormente, ao mencionarem os estudos realizados na França. Conforme Féres-Carneiro e Ziviani, essa forma de relacionamento assumiu em nosso país, na década de 1970, um estilo de vida alternativo nas camadas médias dos centros urbanos, sendo escolhido por casais que se identificavam com valores menos tradicionais e, especialmente, entre aqueles que não possuem religião. Já no início da década de 1980, relatam os autores, a coabitação se constituiu como uma espécie de “casamento experimental”, isto é, um ritual preliminar ao casamento, sem haver uma formalização em termos legais. Leonardo Boff (2012) considera que cada vez mais cresce o número de casais que estabelecem a vida conjugal fora do marco institucional, permanecendo juntos enquanto houver parceria entre as partes. Singly (2007) parte da crença de que as relações consensuais não formais, como a coabitação, podem ser percebidas como uma forma mais flexível e passível de ser adaptada aos interesses individuais.

União estável

Além da coabitação, a união estável, que difere do casamento principalmente pelos seus direitos sucessórios, é outro tipo de conjugalidade muito comum no Brasil, segundo Bianca de Azevedo Lima (2013).⁵ Conforme Féres-Carneiro e Ziviani (2009), embora esse arranjo conjugal exista no plano social desde a Antiguidade, seu reconhecimento como um fenômeno

⁵ Aos interessados em ler mais sobre a união estável, ver: LIMA, Bianca de Azevedo. **Controvérsias relacionadas à união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

jurídico ainda é novo. Para firmar seu estabelecimento, os parceiros devem ser reconhecidos como um casal a fim de que a relação seja constituída juridicamente e possam incidir sobre eles os direitos e deveres previstos por lei. É importante ressaltar que a união estável é aceita no Brasil entre os casais homossexuais, enquanto o casamento no civil ainda não é autorizado.

Rompimentos, rupturas e quebra de relações: divórcios, separações conjugais e outras uniões

“Nunca antes as pessoas se separaram tanto quanto na atualidade.” Esta frase é de autoria de Carolina Castelleti (2014), que, ao pesquisar sobre as transformações da família, entrevistou mulheres que haviam enfrentado a separação e o divórcio. Embora o campo empírico da pesquisa ocorra na cidade de Santa Fé, na Argentina, tal colocação certamente pode ser aplicada em todo o Ocidente.

Ainda que a separação e o divórcio não sejam temas demasiadamente relevantes neste estudo, é importante tecer algumas considerações sobre essas questões, uma vez que estão presentes nas transformações contemporâneas da conjugalidade e da família.

O ideal de autonomia, a primazia do individualismo, a emancipação e a independência feminina são fatores essenciais para favorecer as separações e os divórcios ante a insatisfação pessoal nas relações, o que confirma a liquidez dos laços, descrita por Bauman (2004).

Com base na autonomia individual no âmbito de um grupo estável, Singly (2007) aponta que a insatisfação que leva aos divórcios pode ter duas origens diferentes. A primeira, diz respeito aos ideais da Pós-Modernidade ligados à premissa básica de igualdade entre os pares, presente no individualismo, fazendo com que nem todo acordo seja aceito entre o casal. O autor destaca como um dos acordos “o compromisso mais frequente nos casais de classe média e superiores que é o de só tolerar a dupla atividade profissional sob condição de que a hierarquização dos investimentos masculinos e femininos na esfera profissional não seja posta em questão” (p. 160).

A segunda origem descrita por Singly diz respeito ao fato de os parceiros não conseguirem desempenhar satisfatoriamente os compromissos “obrigatórios” do casal, aumentando, com isso, o nível de contradições. Em consonância com o autor, Heilborn (2004) aponta que o casal igualitário visa garantir a mutualidade entre deveres, obrigações e concessões

entre as partes. Nesse sentido, o descumprimento da contabilidade conjugal⁶ torna-se um forte fator para o descontentamento no casal.

Essas duas razões não precisam estar dissociadas e, sem dúvida, não representam os únicos motivos geradores de divórcio. No entanto, Singly ressalta que, “quanto mais forte é a adesão ao sistema de valores em que as relações devem sustentar permanentemente o indivíduo na busca de si mesmo, mais o casal é frágil” (p. 162).

Heilborn (2004) destaca outros fatores que podem ser entendidos como estopins para as separações. Sem a intenção de explorar todos os fatores problematizados pela autora, alguns serão apresentados. De acordo com Heilborn, se no início das relações observa-se um esforço de socialização das diferenças, ao longo da relação é comum uma tentativa de “reforma do outro”, visando amenizar as disparidades. Da mesma forma que o processo de reforma do outro pode acontecer de modo positivo, ao configurar escolhas comuns, também pode gerar o cerceamento do valor da liberdade e da singularidade, favorecendo o desejo de separação.

A diminuição ou o absentismo da vida sexual é um fator que tende a gerar uma crise na identidade do casal. Heilborn conclui que se trata de um indicativo da necessidade de acabar com a relação. Em discordância com a radicalidade da autora sobre a necessidade do término do relacionamento, uma vez que a vida sexual dos atores sexual pode não ser compreendida como algo fundamental na relação, de fato o que se estabelece é uma “relação de irmãos”, que vai contra a natureza do casal.

Importante destacar que a emancipação e a independência da mulher – sobretudo a financeira, especialmente entre as mulheres de camadas médias, capazes de se autossustentar – permitem que elas não mais precisem sucumbir aos ditames de um casamento insatisfatório. Essa constatação vai ao encontro das palavras de Castellitti (2014), ao dizer que o aumento do divórcio e as transformações da família são mudanças das quais as mulheres têm um papel ativo.

A permanência nos casamentos, mesmo quando não são satisfatórios, também pode ser representada por diferentes motivos. Dois deles são destacados. O primeiro diz respeito à forte influência do casamento como uma instituição para vida toda – ideia ligada aos

⁶ A contabilidade conjugal é descrita por Heilborn (2004) como um recurso de conferência de trocas ou “serviços prestados” entre o casal. Incide especialmente sobre o desejo da companhia do outro e mantém a relação embasada pela ideia do acordo de dependência mútua presente na conjugalidade. Em casais hierárquicos, pontua a autora, a cobrança pode ser acionada, evidenciando a distinção estatutária entre os parceiros, revelando o não cumprimento real ou imaginário que fundamenta a relação.

pressupostos do amor romântico (CASTELLITTI, 2014; GIDDENS, 1993). E o segundo motivo se deve à influência de certas religiões que defendem que o casamento não deve ser desfeito. Além disso, é essencial destacar que a presença de filhos pode ser um fator que instaure a perenidade da relação (SINGLY, 2007; HEILBORN, 2004). A idade da prole também pode definir a permanência ou a ruptura das relações. À medida que os filhos têm mais idade e são capazes de compreender a separação dos pais, e que os gastos materiais com os filhos passam a diminuir, as chances das separações e dos divórcios tendem a aumentar.

Conjugalidade, extraconjugalidade e gênero: o fiel da balança?

Mudanças sociais, econômicas, políticas e demográficas das últimas décadas ocasionaram inúmeras transformações, especialmente nas relações de gênero. De acordo com Araújo (2002), as mulheres tiveram papel fundamental na expansão da intimidade, ao reivindicarem igualdade e proporem mudanças nas relações de gênero. Nesse sentido, o que começou com uma luta das mulheres por direitos políticos e trabalhistas culminou na reivindicação por participação na vida pública, melhores condições e redução das jornadas de trabalho, direito ao voto, proteção à maternidade, direitos à cidadania, direito de gerir o próprio corpo, ou seja, numa batalha por direitos de igualdade de gênero (GOLDENBERG; TOSCANO, 1992; FARIA, 1997; ALVES; PITANGUY, 2003).

As conquistas femininas foram fundamentais para as mudanças que ocorreram na conjugalidade. Heilborn (2004) pontua que o movimento de liberação das mulheres está intimamente comprometido com a ideologia individualista, uma vez que os princípios de igualdade e liberdade foram pilares da crítica feminina.

Como ressalta Heilborn (1994), não há dúvidas de que, ainda hoje, existe uma ideologia da desigualdade de gênero, discriminatória e segregacionista, que utiliza diferentes teorias, como os preceitos religiosos ou os princípios biológicos, com a finalidade de chancelar a desigualdade de gênero. Nesse sentido, as representações sobre o masculino e o feminino assumem uma função reguladora, alimentadas por ideologias dominantes (AMÂNCIO, 1993; HEILBORN, 1994). Às mulheres, subalternas, não são concebidos os mesmos direitos dados aos homens, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou sexuais. E mesmo que não se trate de embasar-se nessas prerrogativas, uma série de concepções acaba por determinar o que é próprio

do homem e o que é próprio da mulher, evidenciando as diferenças e as desigualdades entre os sexos, que não se trata de uma ordem na natureza, mas que estão atreladas às relações de poder.

Porém, há de considerar que, desde a metade do século XX, tais concepções vêm sendo enfraquecidas, especialmente entre mulheres de classe média que, como visto, são mais beneficiadas. Ainda assim, a autonomia dessas mulheres não prescreve uma igualdade de gênero. As conquistas realizadas, seja no campo social, econômico, político ou sexual, fazem com que a desigualdade de gênero sofra uma invisibilidade. Contudo, considerando que esta tese não tem por objetivo discutir as relações de gênero, serão feitas apenas algumas considerações atreladas àquilo ao que ainda se espera do comportamento de homens e mulheres, quando o assunto é a conjugalidade e a extraconjugalidade, pontuando algumas permanências e algumas transformações na contemporaneidade.

Para iniciar essa discussão, a pesquisadora se reporta aos estudos realizados por Mirian Goldenberg (2006), ao discutir a infidelidade. Segundo a autora, atualmente, mulheres vivenciam uma variedade sexual, assim como experiências fora de seus casamentos, numa proporção muito similar à dos homens. Se antes dos anos de 1960 as relações extraconjugais femininas eram consideradas uma violação gravíssima, no caso dos homens eram compreendidas como uma necessidade fisiológica ou uma fraqueza lamentável (GIDDENS, 1993; BOZON, 2004). Crimes passionais, com a consecutiva absolvição dos assassinos, segundo o argumento da “legítima defesa da honra”, eram comuns no Brasil na década de 1970. Muitas mulheres foram assassinadas por ser infiéis, por causa do ciúme de seus companheiros – fossem eles maridos ou amantes –, ou por apresentarem condutas não aceitas por seus cônjuges. A infidelidade feminina era crime (DEL PRIORI, 2011). Na visão de Giddens (1993), o apetite sexual conferido apenas aos homens significava dizer que essa característica fazia parte de uma categoria própria que definiria a masculinidade, isto é, o desejo sexual masculino e a necessidade de satisfação seriam da ordem da natureza e, por isso, o homem saudável não poderia se livrar disso. No caso das mulheres, o sexo só era concebido por amor. Nesse sentido, pode-se dizer que as representações sociais sobre a vida sexual de homens e mulheres evidenciavam pensamentos tradicionais, conservadores e moralistas, que se fundamentavam em uma concepção binária de gênero que se desdobrava em dois tipos de papéis sociais, distintos e discriminatórios.

A ideia de que o sexo é um elemento indispensável e não dissociado do homem é herança de uma concepção essencialista e natural que se impõe a partir do século XVIII. Embora o final deste século tenha sido marcado pela difusão dos ideais de igualdade e liberdade, trazidos pela Revolução Francesa, observava-se, na contramão das lutas igualitárias, uma intensa preocupação, principalmente por parte dos médicos, em reafirmar a diferença entre homens e mulheres com base na natureza. Isso se traduz em um determinismo biológico que deliberaria uma essência feminina e uma essência masculina demarcando habilidades fundamentais, inatas e próprias dos homens e das mulheres (ARAÚJO, 2005; FERNANDES, 2009; ZUCCO; FRAZÃO, 2011). Como aponta Bozon (2004), o pudor, a continência sexual, a moderação e a ausência de desejo seriam qualidades naturais das mulheres, assim como o desejo e a agressividade seriam atributos naturais dos homens. Ou seja, os paradigmas naturalizantes defendem que as diferenças anatômicas dos corpos masculino e feminino justificam as desigualdades entre homens e mulheres.

Tais ideias acabaram criando o mito de que homens buscam apenas o sexo em suas relações, enquanto as mulheres buscam apenas o amor (MALCHER, 2002; ZUCCO; FRAZÃO, 2011). Com as transformações da intimidade e a abertura do direito ao prazer como componente básico para os relacionamentos, tais representações, de certa forma, caem por terra. De acordo com Giddens (1993), essa antiga observação já poderia ser modificada. No entanto, é importante ressaltar que essas mudanças não ocorrem de maneira homogênea e que os ideais de amor romântico ainda se fazem presentes. Isso pode ser observado tanto nos grupos mais tradicionais e conservadores quanto nos mais modernos, ainda que de forma mais branda.

As mulheres querem sexo? Sim, pela primeira vez as mulheres coletivamente, e não como especialistas em uma *ars* erótica, são capazes de buscar o prazer sexual como um componente básico de suas vidas e de seus relacionamentos. Os homens querem amor? Certamente, apesar das aparências em contrário – talvez mais que a maioria das mulheres, embora de formas que ainda precisam ser investigadas (GIDDENS, 1993, p. 79).

Leonardo Fabiano Souza Malcher (2002) realizou uma pesquisa com homens jovens de camadas médias urbanas de Belém (PA), com idades entre 18 e 25 anos, analisando de que maneira eles concebem a noção de amor e vivenciam suas práticas amorosas no contexto da construção da masculinidade. Aponta Malcher que, para os entrevistados, falar de amor não é uma coisa natural e que conversas desse tipo são consideradas por eles como “coisa de mulher”. Acreditam que aqueles que discutem esse tipo de assunto podem ser vistos como afeminados.

No entanto, os entrevistados falam da fidelidade como elemento fundamental para que uma relação tenha continuidade e seja duradoura, assim como entendem o amor como a complementação de algo que está incompleto, isto é, a busca por sua cara-metade. No entanto, o autor também mostra que “galinha”, “safada” e “puta” foram adjetivos utilizados para fazer referência às mulheres que se envolviam com os homens sem conhecê-los previamente. As representações sobre as mulheres oscilavam entre dois polos: as mulheres fáceis e as mulheres difíceis, aquelas que prestam para casar ou para namorar. Essas mesmas ideias foram apresentadas por Giddens (1993), quando pontuava que as mulheres eram divididas entre virtuosas e perdidas, e que as perdidas só existiram à margem de uma sociedade respeitável. A virtude, então, pontua este autor, se define em termos da recusa da mulher em sucumbir à tentação sexual.

A pesquisa de Malcher (2002) evidencia contradições no que diz respeito às concepções apresentadas pelos jovens. Ao mesmo tempo em que falam da importância do envolvimento amoroso em suas vidas, entendem esse sentimento como uma “coisa de menina”. Além disso, o pensamento machista ainda presente no imaginário social revela que mulheres que buscam o sexo não são pessoas respeitáveis, como pontua Giddens. Moralmente falando, a infidelidade por parte dos homens ainda é mais bem aceita do que por parte das mulheres.

Felizmente, pressupostos culturalistas, que marcaram o século XX, advogam que, por mais que existam machos e fêmeas na espécie humana, a qualidade de ser homem ou mulher seria uma condição construída culturalmente. Haveria um corpo neutro sobre o qual se inscreveriam as identidades (HEILBORN, 1994; MISKOLCI, 2005). Então, o que se passa a afirmar e a problematizar é a construção de identidades que se transformam ou que se mantêm através de instituições, práticas e discursos. Por esta lente, aponta Maria das Graças Melo Fernandes (2009), o que se apresenta é um corpo social atravessado por fatores culturais e sociais diversos que esculpem o que será representado, ou seja, um corpo docilizado e controlado pelo ambiente em que o indivíduo está inserido.

Com base nessas novas concepções, é de assombrar que na contemporaneidade muitos discursos ainda sejam embasados por ideologias de outrora. Fabiola Rohden e Jane Russo (2011), realizando um estudo etnográfico complementado por análise documental de material impresso referente ao X Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, e ao VIII Congresso Brasileiro sobre

Inadequações Sexuais, promovido pela Associação Brasileira para o Estudo das Inadequações Sexuais, realizados em 2005, observaram a presença de teorias e hipóteses que há tempos deveriam ter sido extintas. Segundo as autoras, a ideia tradicional do homem centrada na noção de sua potência sexual e sua capacidade de poder estabelecer uma sexualidade “não relacional” estava em pauta. Em plena Pós-Modernidade, alguns discursos ainda defendem que o desejo masculino pelo sexo se deve a um impulso autônomo e incontrolável e que ocorre independente da presença de afetos nas relações. Já as mulheres, mostram as autoras, possuem uma sexualidade “relacional”, inexistente se não houver conjugalidade; nesse sentido, seus desejos dependem muito mais de um contexto social do que do seu funcionamento genital.

De fato, tais ideias ainda subsistem no imaginário social. O que deve ser ressaltado é que, se os comportamentos e condutas de uma sociedade se pautam em uma construção social, é inadmissível associá-los à natureza. Nesse sentido, deve-se considerar que tanto os homens quanto as mulheres podem dispor dos mesmos tipos de desejos e necessidades.

Ainda que valores tradicionais, conservadores e retrógrados permaneçam em muitos grupos e sociedades na contemporaneidade, as diferenças são bastante significativas, se comparadas com a era Moderna. Além da aceitação do divórcio, ressalta Heilborn (2004) que a Pós-Modernidade é tomada por um ideal que contesta a “diferenciação de gênero como conformadora de unidade e dinâmica conjugal, pela liberdade do exercício da sexualidade para os dois sexos fora dos parâmetros de uma relação estável, pela proliferação conjugal [...] e da maternidade fora do casamento” (p. 108); temas que serão abordados no próximo capítulo.

2. CONJUGALIDADE, EXTRACONJUGALIDADE E SEXUALIDADE: DEFININDO UMA PROBLEMÁTICA

A extraconjugalidade, como objeto de estudo desta tese, pode ser entendida como uma relação que se ampara sobre dois pilares: a conjugalidade e a sexualidade. Maria Luiza Heilborn (2008) já dizia que a conjugalidade se expressa por uma relação social que se institui em um par. Trata-se de duas pessoas que se unem com o propósito de uma vida mútua, com interesses e construções comuns, na qual o elemento sexual pode ou não estar presente, seja por motivos de procriação, de prazer ou de ambos. Já a extraconjugalidade diz respeito às relações que ocorrem fora do que é estabelecido em um vínculo conjugal. De modo geral, pode ser compreendido como as relações amorosas e/ou sexuais que ocorrem fora do relacionamento conjugal. Uma vez que esta pesquisa foi realizada com mulheres que anunciavam o caráter sexual em suas relações conjugais, torna-se essencial que o tema da sexualidade seja abordado.

Para discutir sobre a sexualidade, a pesquisadora se ancorou, basicamente, nos pensamentos do sociólogo Michel Bozon, autor reconhecido nas ciências sociais por seus estudos no campo da sexualidade. O autor mostra quanto os saberes sobre a sexualidade – produtos culturais e históricos – contribuem para moldar e modificar os cenários sobre a sexualidade.

Considerando o que diz Bozon, e por se tratar de um assunto tão essencial para esta tese, a pesquisadora deste estudo achou pertinente fazer uma síntese histórica sobre o tema, em vez de se ater apenas aos ideais contemporâneos. Como dizia Maria Cecília de Souza Minayo (2008), os objetos das Ciências Sociais são históricos, desse modo, ainda que a pesquisa de um universo social esteja circunscrita por configurações sociais específicas, o presente é marcado pelo passado e projetado para o futuro, trazendo em si “marcas pregressas, numa reconstrução constante do que está sendo dado e do novo que surge” (p. 39). Em consonância com esse pressuposto, Gustavo Figueiredo Pires Corrêa (2013) também reconhece que a sexualidade terá significações diversas de acordo com o momento histórico que é analisado. Como mostra o autor, mesmo que se trate de um mesmo momento histórico, culturas diferentes determinarão tonalidades múltiplas para pensar o mesmo objeto de estudo.

Segundo Michel Foucault (1984), o termo “sexualidade” surgiu no início do século XIX, sendo estabelecido e articulado a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de saberes diversos, a instauração de regras e normas, sejam elas novas ou tradicionais, que se apoiam em diferentes instituições como as religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas, assim como às mudanças através das quais os indivíduos são levados para dar sentido e valor à sua vida. Desse modo, para o autor, a sexualidade pode ser entendida como uma experiência, isto é, “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984, p. 10). Nesse sentido, diz o autor, os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos de uma sexualidade. Portanto, complementa Corrêa (2013), a sexualidade, enquanto um construto social atravessado por diferentes discursos, incidirá sobre nossa subjetividade.

Notas introdutórias sobre uma velha questão: as relações extraconjugais

Bozon (2004) diz que, enquanto as relações entre os sexos foram vistas por meio de um modelo hierárquico, era impensável uma relação amorosa equilibrada entre homens e mulheres, ou até mesmo o amor dentro do casamento. Mas até o século XVIII, momento em que os casamentos começaram a ser vinculados aos ideais de amor, o principal papel do casamento era servir de base para a formação de alianças que se sobrepunham ao amor e à sexualidade. O amor e a escolha do casal não eram componentes que estabeleciam a união matrimonial, e a sexualidade, voltada para a reprodução, era parte da aliança firmada (ARAÚJO, 2002). Conforme Bozon, a invenção do amor conjugal aconteceu dentro de um processo de criação para intimidade, sendo a noção do espaço íntimo historicamente recente. De espaço pouco diferenciado passou, aos poucos, para uma organização doméstica que separava dentro das casas os cômodos de uso privado dos de uso público. O quarto do casal parental passou a fazer parte do domínio privado, o lugar secreto da sexualidade legítima.

Essa nova concepção conjugal, que associava o casamento ao amor e à sexualidade, nasce com base nos princípios do amor romântico que, segundo Giddens (1993), pela primeira vez vinculou o amor à liberdade. A partir desse momento, os casais, fundamentados pelo amor, poderiam escolher seus parceiros. De acordo com Araújo (2002), o amor romântico remete ao apaixonamento, ao desejo e à veneração pelo ser amado. Ele é fundamental para a relação do

casal. Assim, a sexualidade também passou a ocupar um lugar fundamental dentro do casamento, embora o elemento do amor predominasse sobre a sexualidade.

Já no século XIX, instituiu-se um discurso disciplinar em busca de suprimir as sexualidades que não eram voltadas para a reprodução e que não tinham no casamento o seu lugar legítimo. Técnicas disciplinares de poder sobre os corpos regulavam as condutas, definindo o que era normal ou anormal, além de endossar a oposição sobre os sexos, ao estabelecerem habilidades inatas e próprias de homens e mulheres (ARAÚJO, 2005; FERNANDES, 2009; ZUCCO; FRAZÃO, 2011). Como mostra Araújo (2002),

no século XIX, os códigos de delitos sexuais se alteraram, e a justiça deu lugar à medicina. Aumentaram as instâncias de controle e vigilância instauradas pela pedagogia ou pela terapêutica. A medicina passou a interferir nos prazeres do casal, inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais. O poder exercido pelos médicos e pedagogos voltou-se para o controle da sexualidade infantil, interdição do incesto e caça às sexualidades periféricas (sodomia, homossexualismo e outras perversões) (ARAÚJO, 2002, p. 7).

Em concordância com os autores citados, Corrêa (2013) acrescenta que do século XIX até meados do século XX, os discursos científicos e jurídicos tornaram-se os normatizadores da sexualidade, tendo no advento da mídia em massa um veículo para ditar os padrões de comportamento referentes à sexualidade.

As instituições religiosas perdem força. Como mostra Corrêa (2013), se antes a autoridade moral das religiões do Ocidente, principalmente a religião judaico-cristã, exercia forte influência sobre os indivíduos, estabelecendo o que era permitido ou o que era pecaminoso, hoje essas instituições não possuem grande influência, com exceção das comunidades mais ortodoxas. Com o forte enfraquecimento das instituições tradicionais religiosas e, conseqüentemente, da influência de seus valores, emerge uma relação mais individualizada e questionadora, especialmente após o advento do Iluminismo e do Modernismo.

Mas, no final do século XX, uma nova forma de conjugalidade e de sexualidade se estabeleceu. O sexo, tradicionalmente autorizado apenas no casamento visando à reprodução, se desvincula desta instituição e torna-se o motor da conjugalidade, isto é, a relação sexual baseada no desejo passa a ser uma peça fundamental para a manutenção do casal (GIDDENS, 1993, 2007; BOZON, 2004). “A sexualidade, que era ontem um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da

união” (BOZON, 2003, 2004). Tal “revolução sexual”, descreve Anthony Giddens (1993), possibilitou a revolução da autonomia feminina, assim como o florescimento da homossexualidade masculina e feminina, e possibilitou a formação de novas formas de casamento que, segundo o autor, têm como base a igualdade e os princípios democráticos. Dialogando com Giddens e tecendo algumas críticas sobre suas colocações, é importante ressaltar que a abertura para a criação de novas formas de conjugalidade, sendo elas mais igualitárias e democráticas, não significou a ruptura integral de modelos tradicionais e conservadores, muito menos fez com que todos os tipos de arranjos conjugais da Pós-Modernidade passassem a ter esse caráter. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, novas possibilidades foram instauradas, convivendo de forma concomitante com modelos embasados por princípios de outrora.

As transformações do século XX se deram em longo prazo, apresentando uma aceleração em suas últimas décadas. Ainda segundo o autor, a entrada do afeto nas relações fez surgir o ideal e a prática do casamento por amor, o que se tornou dominante no século passado. Aos poucos, a conjugalidade transfigurou-se em um domínio relativamente autônomo da família, já que a reprodução deixa de estar, necessariamente, vinculada ao casamento. Além disso, o casamento deixa de ser o locus exclusivo da sexualidade, uma vez que homens e mulheres iniciam suas atividades sexuais antes de casar-se.

De acordo com Bozon (2004), a partir da década de 1960 difundiram-se formas de contracepção mais confiáveis, medicalizadas e que poderiam ser controladas pelas próprias mulheres, ampliando a autonomia social feminina. No momento em que os métodos contraceptivos evoluíram, passando a ser controlados pelas mulheres e possibilitando que estas regulassem sua gravidez, foi produzido um sentimento de confiança e domínio que elas jamais haviam experimentado. A fecundidade se tornou um projeto pessoal: elas decidem se querem ou não ter filhos, o momento de tê-los, a quantidade de filhos, o intervalo entre um filho e outro. A decisão pela maternidade é coordenada junto com outras escolhas, como a profissional. Contudo, sem dúvida, a gravidez não desejada ou não prevista não desapareceu totalmente e continua a existir, especialmente na adolescência, sendo considerada um problema social. Além disso, é importante ressaltar que tais mudanças não se realizam de forma homogênea, estando mais presentes entre grupos e sociedades mais “liberais”.

Desse modo, na contemporaneidade, as relações sexuais destinadas à procriação passaram a ser pensadas como uma realidade muito diferente das relações não destinadas à reprodução. Para Bozon (2004), atualmente, as práticas sexuais costumam acontecer com a proteção contraceptiva, mesmo que os indivíduos formem um par. A sexualidade com a finalidade de procriar torna-se uma decisão do casal. Ainda conforme o autor, as práticas de inseminação artificial e fecundação *in vitro*, sem relações sexuais, fala da evolução contemporânea através da qual o desejo de ter filhos não está mais inscrito ao calor do desejo sexual. Contudo, o autor mostra que no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, a existência de uma vida sexual pré-conjugal banalizou-se entre as mulheres jovens sem que o uso de anticoncepcionais passasse a fazer parte dos costumes no mesmo ritmo. Isso motivou o aumento de nascimentos na adolescência, uma vez que o aborto é proibido.

Assim como foi descrito por Heilborn (2004) e Vieira e Stengel (2012) logo no início do capítulo, Bozon (2004) também parte do princípio de que o que distingue o casal contemporâneo não é apenas a presença do sentimento amoroso, mas a importância da preservação dos interesses individuais dos cônjuges, inclusive no que diz respeito à sexualidade.

Sexualidade na contemporaneidade

Por um lado, as transformações dos comportamentos sexuais, a partir da década de 1960, decorrem de mudanças que, em princípio, não diziam respeito à sexualidade, como a massificação da educação ou o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, as transformações das relações sociais, na e pela sexualidade, talvez não sejam tão radicais quanto se afirmava. “Elas antes constituem uma interiorização do que um relaxamento dos controles sociais” (BOZON, 2004, p. 59).

Como mostra Bozon (2004), a sexualidade não ocorre mais apenas no casamento, tornando-se uma experiência interpessoal indispensável à existência do casal. Se outrora a sexualidade era o toque final na elaboração do casal, a partir dos anos 1960 e 1970 esse modelo desaparece. Até então, as primeiras relações sexuais coincidiam com o casamento ou ocorriam pouco tempo antes, mas posteriormente à decisão do matrimônio. Após a década de 1970, a relação sexual passou a constituir uma regra para a formação dos pares. As relações sexuais passaram a iniciar-se no momento em que os casais começam a sair juntos, o que não os leva, necessariamente, à coabitação (GIDDENS, 1993, 2007; BOZON, 2004).

As relações sexuais que se iniciam logo no início do relacionamento marcam a primeira etapa para a constituição do casal, e a conjugalidade passa a ocorrer de forma mais gradual. Para Bozon (2003, 2004), a sexualidade assume o papel não apenas de unir os casais como de mantê-los. Se em outro momento havia uma dependência da sexualidade e do casamento, já que o matrimônio dava direito à sexualidade, na contemporaneidade essas ideias caem por terra e a sexualidade torna-se o motor interno da conjugalidade.

De acordo com Bozon (2004), outra característica marcante da sexualidade e conjugalidade na contemporaneidade é que a relação do casal não é mais concebível sem a atividade sexual entre os cônjuges. Na visão institucional mais clássica, a preocupação estava voltada para os casamentos não consumados ou sem filhos. Não era raro que os casamentos se conservassem na ausência da atividade sexual. Atualmente, a atividade sexual conjugal é o elemento central que impulsiona os cônjuges um em direção ao outro. Mesmo os casais mais idosos continuam mantendo a atividade sexual. A ausência dessa atividade pode representar problemas na relação do casal, podendo levar à separação, quer existam ou não filhos.

Segundo Bozon (2004), cada fase de vida tem seus atributos particulares: adolescência, juventude e terceira idade. Na atualidade, existe uma valorização do ideal de juventude. A construção biográfica da sexualidade se altera: há um alongamento do calendário da vida sexual dos indivíduos, uma vez que a sexualidade começa precocemente e se estende até a terceira idade. A vida sexual adulta apresenta mais irregularidades, havendo fases conjugais, período de celibato sem castidade e novas formações conjugais. Nesse sentido, as biografias conjugais e afetivas dos indivíduos se diversificaram e fragmentaram. O período que o sujeito permanece sexualmente ativo aumentou em virtude da precocidade com que a vida conjugal inicia-se, mas também pelo prolongamento da atividade sexual em idade avançada (BOZON, 2003, 2004). As rupturas das relações conjugais, as separações e os divórcios não levam, necessariamente, a uma solidão conjugal ou sexual. A maior parte dos indivíduos que se separam volta a formar um novo casal. Nos períodos intermediários pode corresponder a fases de relacionamentos com parceiros eventuais. Mesmo aqueles que não formam um novo casal não estão fadados à ausência de uma vida sexual. Esses fenômenos marcam uma nítida distinção da sexualidade com a conjugalidade.

O número de pessoas que tiveram mais de uma vivência conjugal aumenta, assim como o tempo de permanência sem viver uma vida conjugal, após a separação. O curso da vida sexual

das segundas relações apresenta as mesmas características, mas as uniões formadas após os 40 anos apresentam um tempo mais rápido de estabilização. Tensões entre conjugalidade e parentalidade ocorrem, inclusive, quando um dos cônjuges assume um papel de pseudoparente. Viver sozinho na idade adulta pode corresponder a modos diversos de organização: não ter parceiro, ter um relacionamento estável não conjugal, ter uma sucessão de parceiros eventuais.

Com base em estudos realizados na França, Bozon aponta que, no que diz respeito à mulher, o lapso de tempo entre a primeira relação sexual e o nascimento do primeiro filho passou de dois (durante o século XIX) para cerca de 10 anos. Além disso, os pais passam a intervir menos na relação sexual da prole – passando a se concentrar mais na vida escolar e profissional dos filhos –, o que também fez que os jovens permanecessem por mais tempo na casa dos pais. Além disso, os pais deixam de ser vistos como pessoas sem sexualidade, especialmente quando esses últimos se separam para refazer sua vida amorosa.

Conforme Corrêa (2013), diferentemente do que foi vivido em outros períodos históricos, “onde os interditos com relação ao prazer, o corpo e à sexualidade eram evidentes, atualmente estas interdições são menos claras, havendo até mesmo uma inversão de valores, onde da proibição se coloca a injunção” (CORRÊA, 2013, p. 18). As orientações normativas, cada vez mais flexíveis e evolutivas, acompanham o processo de individualização dos comportamentos. Ainda que a reciprocidade entre os parceiros ganhe grande importância, ela funciona atrelada ao valor da autonomia individual. Nesse sentido, pode-se dizer que a autonomia sexual precede e anuncia a autonomia social (BOZON, 2004).

Para Corrêa (2013), a busca pela satisfação sexual, na contemporaneidade, acaba sendo pautada no livre consumo sexual, correspondendo às exigências pessoais e à satisfação dos próprios interesses. Nesse sentido, a Pós-Modernidade evidencia valores que legitimam tanto o individualismo quanto o hedonismo, operando a favor de um anseio narcísico da realização pessoal imediata.

Sexualidade e práticas sexuais

Como se pode observar, desde o final do século XX, a partir das mudanças ocorridas na sociedade ocidental, embasadas pelos ideais contemporâneos, observa-se a formulação de novos relacionamentos e práticas sexuais estabelecendo, desse modo, novos modelos de conjugalidade.

O modelo de monogamia, por tanto tempo imposto ao casamento, é entendido, por alguns casais, como uma forma de calar os desejos individuais. Nessas relações, os desejos são compartilhados entre as partes que podem, inclusive, estabelecer algum tipo de contrato conjugal. De acordo com Giddens (1993), nesses contratos, a liberdade, a lealdade e a confiança são princípios fundamentais para o casal, consentindo que o outro possa gozar de outros prazeres, a despeito da relação amorosa. Assim, outros modelos de relacionamentos procuram alternativas para a satisfação do casal, quando estas individualidades dizem respeito à vida sexual, buscando outras formas de práticas sexuais, uma vez que estas são vistas, por alguns casais, como uma maneira de privilegiar a satisfação sexual daqueles que integram a relação (PILÃO, 2002, 2015; VON DER WEID, 2006, 2009, 2010; BÉRTOLO, 2009; SILVA, 2013; PILÃO; GOLDENBERG, 2012; FONTOURA JR, 2013; SILVÉRIO, 2014).

Tais práticas consideram a possibilidade de exercer a atividade sexual fora do casamento, o que, conforme a definição estabelecida no início do capítulo, constitui uma relação extraconjugal. Em parceria com o cônjuge ou por meio de um “contrato” estabelecido entre as partes, o casal se autoriza a viver essas relações ainda que, em alguns casos, normas sejam convencionadas para que o acordo seja firmado.

Práticas como o *swing*, o relacionamento aberto (RA) e o poliamor, que abrem espaço para a possibilidade de se lançar em outras preferências, experiências e experimentações fora do casamento, são comuns na atualidade. Importante ressaltar que à medida que as pessoas apostam em uma vida sexual mais liberal, o número de indivíduos que se lançam a estes relacionamentos aumenta.

A abertura para tais formas de relacionamentos conjugais não configura, no entanto, uma total quebra de paradigmas. Para Marcos Alves Silva (2013) representa, sem dúvida, novas possibilidades de pensar o relacionamento conjugal, embora tais modelos possam ser atravessados por discursos tradicionais.

A seguir, três formas de relacionamentos extraconjugais serão apresentadas. Vale ressaltar que essa apresentação será feita de modo descritivo, com base em estudos que versam sobre o tema. Nesse sentido, é imperioso considerar que, qualquer experiência vivida por um casal, é constituída pelo próprio casal, ou seja, não segue, necessariamente, um formato preestabelecido; vai ganhando contorno com base nos desejos, nas possibilidades e nas concessões determinados pelos pares.

A prática swing

O *swing* é uma atividade de casais heterossexuais que, como mostra Maria Silvério (2014), pode ser enquadrado dentre as novas práticas de conjugalidade. Destacou-se nos Estados Unidos, em meados do século XX, sendo conhecido neste país como *wife swapping* (troca de esposas), difundido por meio das “festas de chave”⁷ (BÉRTOLO, 2009; SANTOS, 2010).

Herança dos EUA e de alguns países europeus, a prática teve seus primeiros registros no Brasil no início da década de 1970. O país, que transformava sua intimidade desde a Revolução Sexual, passava por um momento de divergência de valores no que diz respeito à sexualidade e aos papéis de gênero. Como afirma Mary Del Priori (2011), se por um lado o direito ao prazer virava norma, instaurando a defesa da liberação para realização pessoal, por outro, mantinha-se o discurso conservador, valorizando a manutenção do casamento e os papéis sociais conferidos a homens e mulheres no casamento.

Segundo Antônio Fontoura Jr. (2013), naquela época, havia uma preocupação dos praticantes em preservar sua imagem pública. Consequentemente, falavam pouco sobre a prática com medo de ser descobertos. Sendo assim, não era tão simples que os casais se conhecessem. Segundo Fontoura Jr. (2013), por meio de anúncios pequenos e discretos, geralmente publicados em jornais – que ao mesmo tempo em que teciam informações sobre este movimento declarando a liberação sexual e as novas formas de experiências sexuais, discutiam sobre o casamento, sua manutenção e os papéis sexuais de homens e mulheres –, casais se apresentavam e convidavam outros para viver uma experiência a quatro. Os primeiros contatos eram feitos por meio de cartas, em que confidências e fotos “sem rosto” eram trocadas, e cujas assinaturas eram pseudônimos. Os primeiros encontros, geralmente, eram marcados em ambientes públicos, como bares e restaurantes, para, depois, se restringirem a círculos fechados e pouco divulgados. Segundo o autor, tratava-se de casais da classe média alta, especialmente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessa época, as casas de *swing* ainda não existiam, nem outro lugar público onde os adeptos podiam se encontrar para viver a experiência da “troca de esposas”.⁸

⁷ Nestas festas, os maridos depositavam a chave de seu carro dentro de um recipiente. Em seguida, as esposas sorteavam uma chave ao acaso, formando, assim, o casal que teria relações sexuais naquela noite.

⁸ Embora o *swing* seja conhecido pela expressão “troca de esposas”, é importante ressaltar que, atualmente, ele não se configura dessa maneira. Os casais que vivenciam essa experiência buscam incluir mais pessoas na relação, o que não significa, necessariamente, estabelecer uma troca entre os casais, nem mesmo exercer a

Alguns estudos mais recentes, como os de Olivia Von de Weid (2006, 2009, 2010), Sônia Rodrigues Bértolo (2009), Marcelo Alves dos Santos (2010), Antônio Cerdeira Pilão e Mirian Goldenberg (2012) e Antônio Fontoura Jr. (2013), partem do princípio de que a prática do *swing* apresenta um caráter conservador, valorizando a monogamia e defendendo o casamento. Essa concepção da prática, no entanto, não é recente. Conforme Fontoura Jr. (2013), mesmo na década de 1970, os praticantes já eram definidos como “um grupo conservador, defensores da família e do casamento, e que condenavam o adultério, algo que, segundo a sua visão, era o oposto do que praticavam” (p. 3).

O ponto de vista dos autores vai ao encontro do que é descrito sobre a prática. Desde seu surgimento, a manutenção da monogamia entre os pares se faz presente no discurso dos praticantes de *swing*, que estabelecem uma separação entre sexo e amor. Estudo realizado por Silvério (2014), em Lisboa, mostra que os praticantes afirmam viver uma relação de exclusividade amorosa com seus parceiros, embora sejam sexualmente polígamos. De acordo com a autora, para manutenção dessa “monogamia amorosa” quando se vive uma “poligamia sexual”, normalmente os adeptos do *swing* estabelecem regras: é importante que ambos participem da escolha do casal ou pessoa que irão se relacionar; é importante que os dois estejam presentes no momento da relação sexual; não é autorizado que um dos parceiros se envolva amorosamente com outra pessoa. Vale ressaltar, ainda segundo Silvério, que na década de 1970 eram os homens que escolhiam os casais para se relacionar, não importando a desaprovação da esposa, uma vez que esta não tinha poder de veto. Conforme os estudos de Von der Weid (2006, 2009), é comum que as mulheres tenham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, na ocasião do *swing*, o que não ocorre entre os homens. A autora comenta que essa exigência é estabelecida pelo próprio homem, e não pela mulher. Para eles, além do medo de parecerem *gays*, existe a necessidade de se afirmarem enquanto “machos”, os ativos na relação.

Com base nesta caracterização, pode-se observar o quanto a prática é fundamentada por padrões tradicionais, como a manutenção do casamento. Além disso, um elemento típico do patriarcalismo é visível: a mulher subjugada pelo marido, o “chefe da família”. Ainda assim,

atividade sexual com terceiros. Dois casais podem escolher transar em um mesmo ambiente, por exemplo, sem que os participantes interajam fisicamente, desfrutando, apenas, em se olhar. Também é bastante comum que as mulheres tenham algum tipo de relação sexual umas com as outras sem se relacionarem com o marido da outra.

os “swingueiros” afirmam que a troca de casais beneficia seus casamentos, uma vez que a possibilidade de realizar fantasias aumenta a liberdade e a intimidade do casal. Para os praticantes, “respeito, admiração, cuidado com o outro, conhecimento do próprio prazer e uma melhor relação sexual do casal são ganhos [...] da prática do *swing*” (VON DER WEID, 2006, p. 792).

Por essas perspectivas, nota-se que há um embate entre novos e velhos princípios. Entendido por muitos como uma forma libertária e inovadora de se relacionar – uma tentativa moderna de viver um casamento –, pode ser entendido por outros como um movimento machista de dominação masculina e submissão feminina. A liberdade não parece se afirmar quando uma série de regras é estabelecida para a autorização da prática. Embora exista a possibilidade de se relacionar sexualmente com outras pessoas, uma série de amarras e aprisionamentos parecem se manifestar. Von der Weid (2006, 2009), em pesquisa realizada com treze casais que frequentavam casas de *swing*, na cidade do Rio de Janeiro, mostra que as mulheres apresentam concepções diferentes sobre a prática. A possibilidade de desejar, fantasiar e realizar desejos e fantasias, por tanto tempo negado ao universo feminino, parece ser, para algumas, o grande incentivador para que busquem tal prática. As mulheres declararam que o autoconhecimento e as potencialidades do seu corpo, a autoestima e a confiança aumentaram depois que começaram esse tipo de interação. No entanto, outras mulheres revelaram que a entrada no universo do *swing* aconteceu por iniciativa e incentivo do marido e que elas se submeteram à prática com medo de que eles as deixassem.

É interessante observar que, embora praticantes do *swing* estabeleçam uma relação amorosa sem preocupação com a exclusividade sexual, os swingueiros acreditam na existência de um único amor, isto é, em se tratando de um casal, o sentimento de amor só é dirigido ao companheiro(a). Para Mirian Goldenberg (2013a), em nossa cultura, o sentimento de amor é fundamental para a manutenção do casamento, assim como a fidelidade. Os casais que praticam *swing* não se consideram infiéis. Von der Weid aponta que eles estabelecem regras do que é ou não assentido ao outro e exigem que não haja nenhum tipo de envolvimento amoroso com alguém que não seja o seu parceiro(a). A infidelidade acontece quando este contrato é quebrado.

Atualmente, inúmeros são os *sites* e comunidades de internet que falam sobre o *swing*. Os interessados têm acesso às informações sobre troca de casais, tomam conhecimento sobre as regras estabelecidas para essa prática, podem acessar salas de bate-papo e conhecer adeptos.

As novas tecnologias e o desenvolvimento da mídia facilitaram o contato entre os participantes e aqueles que desejam conhecer este universo, o que fez aumentar o número de seguidores. *E-mails* e celulares ajudam a preservar o sigilo dos que desejam permanecer no anonimato, embora muitos não vejam problema em se revelar. Festas particulares ainda são realizadas para promover o encontro dos casais. Contudo, existem inúmeras casas de *swing* espalhadas por cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, sempre apresentando convites sedutores aos frequentadores e aos novos participantes. Vale acrescentar que nem todas as pessoas que buscam os clubes de *swing* querem ter relações sexuais com outras pessoas. O voyeurismo e o exibicionismo são fetiches comuns de muitos frequentadores.

A prática do relacionamento aberto

O Relacionamento Aberto (RA) também é um tipo de relação estabelecida entre os casais que aceitam que seus integrantes tenham relações sexuais fora da relação conjugal. De acordo com alguns estudos, como Pilão (2012) e Pilão e Goldenberg (2012), a prática se assemelha ao *swing*, uma vez que seus participantes possuam um único amor, ou seja, embora o relacionamento sexual com outras pessoas seja múltiplo, não deve ser amoroso. A liberdade sexual é consentida, mas o sentimento deve ser restrito ao parceiro (PILÃO, 2012). Nesse sentido, “enquanto a monogamia é caracterizada como uma ‘prisão’ – já que há uma única relação legítima por vez –, o *swing* e o ‘relacionamento aberto’ são considerados mais livres do que a monogamia, apesar de menos livres que o poliamor” (PILÃO, 2012, p. 68). Em pesquisa realizada por Pilão (2012) com brasileiros, discutindo sobre o poliamor, o autor questiona os relacionamentos abertos sob a perspectiva dos participantes de sua pesquisa. Uma das entrevistadas fala de algumas regras comuns para o relacionamento aberto. São essas: (1) não ficar com as mesmas pessoas; (2) não escolher pessoas do próprio círculo social e (3) obter a aprovação do parceiro e relatar suas saídas.

Ora, ainda que os estudos façam tal descrição, ela pode e deve ser interrogada. A presença ou ausência de sentimentos é retratada de forma mecânica, como se fosse possível ao indivíduo impedir de ser atravessado pelo sentimento. Assim como a prática *swing*, observa-se a presença de amarras e tensões presentes nas regras estabelecidas, desvelando que não se trata de uma relação “livre”, mas cerceada por uma série de enquadramentos. Assim, Pilão (2012) mostra que, ainda que os praticantes do relacionamento aberto defendam a liberdade e a autonomia das partes na relação, ela não se estabelece, necessariamente. O medo de que o outro

não se envolva amorosamente com um terceiro pode ocasionar ciúme, mesmo quando haja honestidade entre as partes. Isso expressa uma ambiguidade existente nos desejos do casal, pois, ao mesmo tempo que defendem a autonomia, também anseiam o controle do outro (PILÃO, 2012). Para Tatiane Costa e Marcos César Belmino (2015), esses relacionamentos podem ser, então, pautados por aspectos como possessividade, renúncia e lutas pelo poder.

Não se trata, contudo, de afirmar que os relacionamentos abertos são uma falácia, no que diz respeito às ideias de autonomia e liberdade. O casal pode, de fato, estabelecer uma relação mais livre. No entanto, vale salientar que, assim como foi pontuado ao tratar do *swing*, a prática não engendra, necessariamente, tais valores. O sexo com terceiros pode não significar liberdade, mas uma maneira de estabelecer outro tipo de conjugalidade, também atravessado por tradicionalismos.

A prática do poliamor

O poliamor é outra modalidade específica de relações fora do casamento. Porém, diferentemente do que é descrito pelo *swing* e pelo relacionamento aberto, que visam apenas à possibilidade de se estabelecer relações sexuais fora do casamento, mesmo que isso não seja uma garantia, o poliamor não se atém às práticas sexuais, mas aos relacionamentos amorosos.

Apresentado na década de 1990 como outra forma de relacionamento amoroso, o poliamor é um tipo de relação que acredita ser possível e aceitável amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo, diferentemente do “*swing*” e do “relacionamento aberto”, e manter com elas um envolvimento amoroso com o consentimento das partes envolvidas (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009; PILÃO; GOLDENBERG, 2012; PILÃO, 2012, 2015; COSTA; BELMINO, 2015).

Para os adeptos dessa prática, o poliamor vem desafiar os discursos vigentes de monogamia e infidelidade (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009) fundamentados pelo amor romântico. Conforme Pilão (2012, 2015), os praticantes do poliamor consideram que esse tipo de relacionamento seja o “outro absoluto” da monogamia.

De acordo com alguns estudos, tal modalidade amorosa pode ser dividida em três diferentes arranjos: a “relação de grupo”, a “rede de relacionamentos interconectados” e a “relação mono/poli”. No primeiro arranjo, todos os participantes do grupo têm relacionamentos sexuais. No segundo arranjo, cada membro tem relacionamentos poliamoristas distintos daquele do parceiro. Já no terceiro, um dos parceiros é poliamorista e o outro, por opção, não o

é. Os modelos ainda podem se dividir em “abertos” e “fechados” (PILÃO, 2012, 2015). Enquanto para o primeiro é dada a possibilidade de novos amores, para o segundo, o poliamor apresenta uma característica marcante: a “polifidelidade”. Esse princípio baseia-se no comprometimento das pessoas que fazem parte do relacionamento de ter relações sexuais apenas com aqueles que fazem parte do grupo (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009; PILÃO, 2012, 2015).

A crítica central deste tipo de relacionamento está voltada para a monogamia, que, para os poliamoristas, se fundamenta em mentira, ciúme, competição, controle, posse e falta de liberdade para amar mais de uma pessoa. Para os poliamoristas, a honestidade e o consenso são ordens primárias para que se estabeleça esse tipo de relação. Comunicação, negociação, autorresponsabilidade, emoção e intimidade também são elementos centrais ligados à honestidade (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009).

Comparado aos outros arranjos conjugais citados anteriormente – o *swing* e o relacionamento aberto –, os poliamoristas se definem como praticantes de uma modalidade amorosa mais evoluída, estando a monogamia no estágio menos desenvolvido (PILÃO; GOLDENBERG, 2012). Aqueles que elegem esse tipo de relação entendem que no poliamor há uma “valorização da diferença, podendo ser representados como superiores, ‘libertadores’ da humanidade da moral religiosa” (PILÃO, 2012, p. 40). Todavia, sendo ainda um grupo minoritário, encontrar parceiros para viver esse tipo de relação ainda é um desafio para os poliamoristas.

Segundo Féres-Carneiro e Ziviani (2009), tal movimento busca quebrar regras de padrão, surgindo para desafiar os discursos vigentes da monogamia e da infidelidade “e para revelar a natureza construída da ‘heterossexualidade compulsória’” (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009, p. 98). Ainda segundo os autores, seus adeptos consideram a honestidade e o consenso como temas fundamentais para se consolidar esse tipo de relação, configurando, assim, o seu caráter ético. Importante ressaltar que a valorização da sinceridade e da autonomia não estabelece o compartilhamento com o parceiro de tudo aquilo que acontece com o terceiro. A exposição ou a privacidade acaba sendo uma regra estabelecida no contrato firmado entre o casal (PILÃO, 2012).

No que diz respeito à vida sexual dos parceiros poliamoristas, no poliamor, a ênfase no amor geralmente vem acompanhada por uma diminuição da atividade sexual. Os

poliamoristas estão menos preocupados com as práticas sexuais, voltando sua atenção para a amizade dos envolvidos na relação (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009).

Da mesma forma que o *swing* e o relacionamento aberto, para se viver a experiência poliamorista deve-se obedecer a certas regras. Assim como as outras práticas citadas, a questão da liberdade pode, então, ser interrogada.

Ao que parece, tais práticas sexuais compreendem que a autorização à extraconjugalidade se traduz em liberdade. Porém, pode-se observar, em todas elas, a presença de elementos tradicionais e conservadores que caminham na contramão do que elas querem afirmar. Porém, sem dúvida nenhuma, essas experiências apontam mudanças importantes nos relacionamentos, assim como certa ruptura com o modelo hegemônico da monogamia nas relações conjugais, além de legitimar os ideais hedonistas e individualistas.

Sobre as relações extraconjugais e a (in)fidelidade

As relações extraconjugais e a ideia de infidelidade são questões que sempre estiverem presentes nas relações conjugais. Obviamente, ao reafirmar que o indivíduo é reflexo de uma cultura, pode-se concluir que ambas sofreram modificações ao longo do tempo. No entanto, no processo de rupturas e transformações existe uma forte tendência de que alguns valores permaneçam, mesmo que com o passar dos anos eles ganhem uma nova roupagem. Por este motivo, assim como na seção anterior, para tratar das relações extraconjugais e da infidelidade na contemporaneidade, optou-se por percorrer um caminho histórico, em busca de demonstrar mudanças e continuidades na atualidade.

Conforme vem sendo descrito ao longo do capítulo, na Pós-Modernidade a constituição da conjugalidade se alicerça em princípios que valorizam o bem-estar de cada sujeito, uma vez que tem o indivíduo como referência primária. Desse modo, a liberdade individual é supervalorizada e os relacionamentos amorosos, que têm por base ideais “modernos”, perduram na medida em que garantam para cada um dos parceiros um índice de satisfação pessoal. Trata-se, portanto, de estabelecer uma relação conjugal que assegure, em primeiro lugar, prazeres, desejos e necessidades individuais.

No entanto, a possibilidade de se dar relevância aos próprios desejos é bastante recente. Começou a se delinear no momento em que o sentimento de amor se tornou fundamental para a constituição do casal.

Breve panorama histórico referente a algumas transformações do casamento

A primeira tentativa de pensar uma relação amorosa mútua entre homens e mulheres ocorre por volta do século XII, com a difusão do amor cortês. Até então, o sentimento de amor ainda não era o princípio por meio do qual as uniões dos pares se pautavam; os casamentos eram firmados por motivos de sobrevivência política e econômica. Nesse sentido, alguns estudos, como os realizados por Maria de Fátima Araújo (2002), Claudete Carvalho Canezin (2004) e Anthony Giddens (2007), mostram que, em um primeiro momento, os casamentos tinham por finalidade a reprodução, em busca de gerar descendentes-herdeiros legítimos. Por esta razão, a exclusividade sexual da mulher precisava ser garantida. De acordo com Araújo (2002), “A fecundidade era indispensável ao casamento, assim como a fidelidade absoluta da mulher, de modo que o adultério feminino implicava o abandono ou mesmo a morte da esposa transgressora” (s/p). O mesmo, todavia, não era aplicado aos homens, e as chances de eles se envolverem em relações extraconjugais eram numerosas (GIDDENS, 1993).

No entanto, mesmo após o casamento ser sacramentado pela Igreja Católica, o que ocorre entre os séculos XII e XIII, a reprodução ainda era visada, mantendo os ditames econômicos de outrora. Conforme Araújo e Marilena Chauí (1991), a instituição matrimonial seria o lugar legítimo para o uso dos prazeres, desde que estivessem voltados à procriação. O sentimento de amor entre os cônjuges ainda não era o motivo pelo qual se estabelecia um casamento. A Igreja via a prática sexual como uma ferramenta que servia apenas para a reprodução dos filhos, na intenção de perpetuar a espécie e os princípios religiosos. O prazer da carne e o desejo sexual passam a ser configurados como pecado. Como mostra Suane Felipe Soares (2013), tinham peso maior se estivessem voltados para outra pessoa e não para o cônjuge, uma vez que “filhos ilegítimos não podem suceder os pais em sua missão de propagar a fé e de herdar posição social da família” (SOARES, 2013, p. 27). Consequentemente, a Igreja passou a normatizar a vida do casal em todas as esferas, estabelecendo regras de controle aos consortes: o casamento tornou-se indissolúvel, a monogamia foi transformada em regra divina e a bigamia punida com a excomunhão. Com relação à punição ao adultério, Bruna Suruagy do Amaral Dantas (2010) relata que, cumprindo exigências da Igreja, os cônjuges passaram a ter uma dívida conjugal que consistia em assentir o ato sexual sempre que uma das partes solicitasse, preservando, dessa forma, a não concupiscência e o adultério. Ainda assim, a extraconjugalidade continuava a ser uma prática, principalmente para os homens, que sofriam

punições bem mais brandas que as mulheres (ARIÈS, 1985; VAINFAS, 1986; CANEZIN, 2004).

Assim, uma vez que o amor era destituído do casamento, como citado acima, a partir do século XII, o sentimento passou a se manifestar por meio das relações ilícitas (VAINFAS, 1986; JABLOSKI, 1998; GIDDENS, 1993, ARAÚJO, 2002). O amor cortês, que trazia tendências emergentes de sensibilidade, era sempre adúltero, retendo, dessa forma, uma oposição radical entre o casamento e o que acontecia do casamento.

Conforme ressalta Giddens (1993), amor cortês deu origem ao amor romântico, que começou a marcar presença no final do século XVIII, dando início à ideia de uma narrativa para uma vida individual. Segundo o autor, foi o amor romântico que pela primeira vez vinculou o amor à liberdade, uma vez que, a partir desse momento, os casais, fundamentados pelo amor, poderiam escolher seus parceiros. O apaixonamento, o desejo e a veneração pelo ser amado eram marcas do amor romântico, associados às ideias do casal “para sempre” e “único”. Desse modo, o amor foi deixando de estar presente apenas nas relações extraconjugais, passando a fazer parte dos casamentos (BOZON, 2004). A família passou a ser mais valorizada e a satisfação da mulher foi vinculada ao casamento, aos cuidados da casa e à criação de filhos (ARAÚJO, 2002).

Segundo Giddens (1993), o amor romântico, fundamentado pela monogamia, era essencialmente um amor feminilizado. “As ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (p. 54). Os homens faziam uma separação entre o conforto doméstico vivido com as esposas da sexualidade da amante ou da prostituta. Consequentemente, coloca o autor, o cinismo masculino em relação ao amor romântico foi amparado por essa divisão, apesar de aceitar implicitamente a feminilidade do amor “respeitável”.

Como mostrado no início do capítulo, do século XIX até a metade do século XX, um discurso disciplinador foi utilizado para suprimir as sexualidades, caso elas não estivessem voltadas para a reprodução (ARAÚJO, 2002; BOZON, 2004). Como mostra Bozon (2004), homens e mulheres passam a ser entendidos como opostos não apenas biologicamente, mas psicologicamente. O pudor, a continência sexual, a moderação e ausência de desejo seriam qualidades naturais das mulheres, enquanto o desejo e a agressividade seriam atributos dos homens.

Mas, na segunda metade do século XX, essa perspectiva quanto aos papéis de homens e mulheres novamente passa por transformações. Uma série de tabus foi quebrada, fazendo com que as “boas maneiras” de outrora fossem “deixadas de lado” para que a possibilidade de satisfação de desejos e prazeres ganhasse espaço. De acordo com Bozon, na França, ocorreu uma mudança paradoxal, entre 1970 e 1990, muito marcante para as mulheres e pouco para os homens, no que diz respeito às normas relativas à fidelidade e às relações extraconjugais. Se na década de 1970 a maioria das mulheres e dos homens considerava a infidelidade conjugal do homem casado uma coisa perdoável, as mulheres, nos anos 1990, consideram esse comportamento inaceitável. No momento em que fica mais fácil para mulheres interromper a relação, elevam-se suas exigências. O uso da camisinha entre os jovens também aumenta, mostrando um comportamento “responsável para os dois”. Os contextos relacionais passam a ser mais valorizados que os princípios absolutos.

Infidelidade e gênero: um recorte imprescindível

Thaysa Viegas e João Manuel Moreira (2013), versando sobre a infidelidade, apontam que “a investigação sobre esta temática e sobre as concepções de infidelidade [...] tem sido muito limitada, o que se remete no próprio modo como o conceito é operacionalizado na maioria dos estudos” (p. 412). Já Crístopher Batista Costa e Cláudia Maria Bosetto Cenci (2014) ressaltam que, embora a literatura apresente conceitos de infidelidade que variam, eles são hegemônicos quanto à violação do contrato conjugal.

Esses últimos autores falam de dois tipos de infidelidade: a infidelidade sexual e a infidelidade emocional. Enquanto a primeira está relacionada à atividade sexual, a segunda pressupõe a existência de alguma conexão emocional que pode levar a uma aproximação mais íntima, evoluindo para um apaixonamento. Para Viegas e Moreira (2013), a monogamia pressupõe tanto a fidelidade sexual quanto a emocional, o que para maioria dos casais é uma norma da relação.

A monogamia, hegemonicamente, ainda é considerada o tipo de relacionamento mais aceito nas sociedades ocidentais (MALCHER, 2002). Para Costa e Belmino (2015), pessoas que vivem seus relacionamentos pautados na monogamia e no amor romântico partem do princípio de que, quando um dos parceiros tem um relacionamento fora desta relação, estão sendo infiéis e cometendo uma traição. Nas relações monogâmicas, aponta Ana Maria Fonseca

Zampieri (2004), em concordância com os autores recém-citados, a infidelidade é “uma quebra de confiança e o rompimento do acordo conjugal sobre a exclusividade sexual no relacionamento” (p. 155). Assim, pode ser considerado um ato contra o casamento. Costa e Ceci (2014) consideram que a infidelidade pode ser um indicativo de que o sentimento que uniu os parceiros deixou de existir ou se desgastou a ponto de a insatisfação conjugal prevalecer sobre o prazer de estar juntos.

Estudos e pesquisas realizados por Goldenberg (2006, 2013a, 2013b) mostram que dentro das relações monogâmicas a fidelidade é considerada um dos fatores mais importantes para a felicidade do casal. Segundo Almeida (2012), ela opera como uma forma de buscar segurança e estabilidade emocional. Quando essa segurança é colocada em jogo, o sentimento de ciúme pode ser fazer presente. Por ser uma reação diante da ameaça de uma terceira pessoa, mesmo quando a traição não é confirmada, o ciúme pode levar à perda da qualidade da relação ou até mesmo à sua ruptura. A falta da qualidade nos relacionamentos monogâmicos, assim como os conflitos, pode ser gerada por outros sentimentos comuns na monogamia, além do ciúme.

Peggy Vaughan (1989), Goldenberg (2006, 2013a, 2013b), Viegas e Moreira (2013), Costa e Cenci (2014) têm mostrado que infidelidade é um problema difícil para o casal, podendo ser percebida como um sintoma de que o casamento apresenta crises ou problemas sérios. A exclusividade sexual é vista como necessária para a sobrevivência dos pares e como um desejo natural de quem ama e quer preservar a relação acima de tudo. As literaturas citadas apresentam, então, justificativas para a relação extraconjugal. Goldenberg, em seu livro “Por que homens e mulheres traem” (2013b), realizou uma pesquisa com 444 homens e 835 mulheres, ambos das camadas médias do Rio de Janeiro, buscando compreender os motivos para a traição. No que diz respeito aos homens, a autora apresentou 53 itens mais mencionados pelos participantes como razões para que um homem seja infiel. Dentre estas razões, nove são explicadas cientificamente, em sua maioria com base na fisiologia. São essas: natureza masculina, essência masculina, poligâmico por natureza, hormônios, testosterona, genética, índole, instinto e personalidade. Indo ao encontro da pesquisa de Goldenberg, Rafael Luiz Marques de Abreu (2013) e Costa e Cenci (2014) consideram que existem crenças machistas e patriarcais que legitimam a traição masculina e a necessidade maior do sexo por parte dos homens, o que também justificaria as relações extraconjugais. Com relação às mulheres, nenhuma mencionou

alguma razão fisiológica como motivo para a traição feminina. Dentre os 47 itens apresentados, 10 estavam relacionados a algum tipo de sentimento, como sentir-se poderosa, desejada, valorizada, especial, e 25 itens estavam relacionados a alguma falta no relacionamento com o parceiro. Nesse sentido, as mulheres buscariam em um terceiro aquilo que não encontravam em suas relações. Sexo, atenção, companhia, carinho, paixão e elogio foram alguns dos itens citados. Para Costa e Cenci (2014), de modo geral, a mulher infiel omite a traição para não correr o risco de sofrer represálias da sociedade.

Goldenberg (2006, 2013a, 2013b), com base em depoimentos masculinos, encontrou em suas pesquisas o que chamou de “fidelidade paradoxal”. O que ela percebeu como paradoxo foi o valor dado à fidelidade, mesmo quando os indivíduos pesquisados eram infiéis, e a necessidade de fazer a parceira acreditar na sua fidelidade, mesmo que não exista. Segundo a autora, a fidelidade é um valor essencial para os relacionamentos. A mentira, então, aparece como um elemento fundamental para “preservar” a fidelidade do casamento. A ideia de monogamia para aqueles que se envolvem em relações extraconjugais, sejam eles homens ou mulheres, também é um paradoxo na medida em que escolhem um modelo de casamento e não cumprem com suas normas.

Até aqui, as noções sobre a infidelidade foram desenvolvidas com base no amor monogâmico. No entanto, dentro de outros arranjos conjugais como o *swing*, o relacionamento aberto e o poliamor, o termo pode ganhar outra roupagem. Para os que vivem esses tipos de relações, a infidelidade não está relacionada com a atividade sexual com outra pessoa, mas com a quebra do contrato estabelecido entre o casal. Trata-se, neste sentido, de uma questão de lealdade.

Pesquisa realizada por Von der Weid (2010) com casais *swingers* mostra que esse grupo não entende como traição o fato de o parceiro(a) relacionar-se sexualmente com outras pessoas; contudo, essa relação só pode acontecer com o consentimento do seu parceiro(a) oficial. “Ser infiel, para eles, é quebrar o acordo existente, é fazer algo fora do previsto, mentir ou esconder do parceiro. A infidelidade, portanto, seria a ‘traição da confiança, do combinado’” (p. 805). A relação com outra pessoa em uma casa de *swing* é estritamente sexual, sem a presença do envolvimento afetivo. A traição ocorre justamente quando a afetividade pelo terceiro aparece. Os estudos de Bértolo (2009) e Santos (2010) corroboram os dados de Von der Weid.

Para aqueles que vivem um relacionamento aberto, a atividade sexual com um terceiro também não é entendida como infidelidade. Mas, assim como os adeptos do *swing*, o sentimento afetivo deve ser voltado apenas para o parceiro(a) (PILÃO, 2012).

Para os poliamoristas, a infidelidade ocorre quando se descumprem as exigências firmadas pela polifidelidade, em que se determina que outros parceiros só serão admitidos a participar do relacionamento a partir do consentimento de todas as partes interessadas. Infringir essa regra pode ser uma traição.

Assim, dentro dessas práticas conjugais, a exclusividade sexual imposta sai de cena para dar espaço a novas possibilidades. Não significa, porém, que essas práticas não apresentam traços relacionados aos discursos tradicionais e conservadores. E, embora a infidelidade deixe de ter uma relação direta com a exclusividade sexual, ela também pode causar sofrimento quando se trata da violação do contrato estabelecido entre o casal.

Como mostra Singly (2004), com a chegada da Pós-Modernidade, o símbolo social do território conjugal, a fidelidade, vem sendo destruído, especialmente pelos casais “modernos”. Ele se torna “o signo de uma apropriação abusiva de si pelo parceiro e da qual é preciso liberar-se”. Nesse sentido, o “dever calar” tem sido substituído pelo “dever contar”. A recusa de manter o segredo das relações extraconjugais se traduz como um comportamento que nega a autonomia, valores que parecem utópicos na conjugalidade. Apesar das novas práticas sexuais descritas, a fidelidade ainda parece um ideal em função de uma vontade de reciprocidade, revelando o quanto a liberdade de dispor de si mesmo tem fronteiras sociais, mesmo entre os casais modernos.

3. ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO: O PERCURSO TRILHADO PARA A REALIZAÇÃO DESTE ESTUDO

Este trabalho de tese tem por objetivo analisar as relações extraconjugais de mulheres casadas, em busca de desvelar o significado que essas experiências têm para elas. Com esta finalidade, a pesquisa qualitativa, pautada em uma filosofia compreensiva, usando a entrevista como técnica para a obtenção dos dados, foi eleita como estratégia metodológica apropriada para a investigação e a elaboração do estudo.

A elaboração de um trabalho científico exige do pesquisador atenção e comprometimento com a metodologia escolhida, técnicas para a coleta de dados e, sobretudo, cuidado e compromisso com os sujeitos participantes da pesquisa. De acordo com Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (2009), a metodologia é o estudo da organização e dos caminhos percorridos para se chegar ao fim proposto na investigação do objeto de pesquisa, utilizando instrumentos próprios para a sua realização.

Além da importância da metodologia utilizada em uma investigação científica, a pesquisadora desta tese se filia às ideias apresentadas por Maria Cecília de Souza Minayo (2008), ao dizer que, para se realizar um estudo científico, teoria e método devem estar integrados. Conforme Minayo, a discussão epistemológica pode ser entendida como uma forma de estabelecer o “caminho de pensamento” que o objeto de investigação requer, ou seja, serve como eixo para orientar o tratamento do material empírico. Já os instrumentos operacionais, como método, técnica e instrumentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, diz a autora, são fundamentais para que se chegue às indagações do pesquisador, além de ser um conjunto de técnicas necessárias para a aplicação da teoria.

Além dos dois componentes essenciais apresentados por Minayo, a autora ainda apresenta um terceiro elemento, não menos relevante que os dois anteriores. Trata-se da criatividade do pesquisador e da maneira pela qual ele articula teoria e prática, na intenção de responder às indagações científicas. Minayo define a criatividade do pesquisador como “experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, ao seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses” (MINAYO, 2008, p. 45). Nesse sentido, mesmo que uma investigação

parta de um mesmo objeto de pesquisa, os resultados serão diferentes. Conforme a autora, “todo processo de construção teórica é, ao mesmo tempo, uma dialética de subjetivação e de objetivação” (p. 46).

Por essa vereda, Minayo mostra que, se o endeusamento teórico pode reduzir a realidade empírica, menosprezando a dinâmica dos fatos, a atenção dada apenas ao material que foi coletado no trabalho de campo pode restringir a verdade à dimensão dos acontecimentos localizados.

Por fim, com base no objetivo proposto, foram elaborados dois capítulos teóricos que versam sobre assuntos relevantes para se estudar as relações extraconjugais, objeto deste estudo. Os capítulos a seguir, quatro e cinco, tratam dos resultados dos dados obtidos no estudo de campo e de sua análise, momento no qual teoria e método serão expostos de forma integrada. Já neste capítulo serão descritos o método e técnicas utilizados para a confecção da tese, além do processo por meio do qual o trabalho empírico foi desenvolvido.

A seguir serão detalhados os motivos dessa escolha metodológica.

A preferência pelo estudo qualitativo de natureza compreensiva para a análise dos processos psicossociais relacionados à experiência extraconjugal

Para a produção deste trabalho, elegeu-se a metodologia de abordagem qualitativa de pesquisa, desenvolvida na intenção de compreender a realidade a partir da subjetividade dos sujeitos. De acordo com Minayo (2008),

o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (p. 57).

Assim, de acordo com a autora, esse método de pesquisa permite desvelar processos pouco conhecidos referentes a grupos particulares, além de propiciar a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias, durante a investigação.

Conforme Cleiciele Albuquerque Augusto et al. (2013), as pesquisas qualitativas “têm por objetivo descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema a ser investigado” (p. 749) e proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida. Para Elisa Pereira

Gonsalves (2001), a pesquisa qualitativa está voltada para a compreensão do fenômeno que se manifesta, considerando o significado que os outros dão às suas práticas.

Para Minayo (2008), o significado e a intencionalidade são fatores fundamentais para as análises qualitativas. Partindo do mesmo pressuposto apresentado por Minayo, Augusto et al. (2013) apontam que, diferentemente da posição positivista de ciência preocupada com as causas dos fenômenos sociais, a pesquisa qualitativa visa compreender os fenômenos de acordo com os significados que lhe são conferidos pelos próprios sujeitos. Dessa forma, preza a descrição detalhada dos acontecimentos, focada na percepção dos atores sociais e nos significados transmitidos através de seus discursos. Nessa perspectiva, esse tipo de pesquisa se fundamenta em uma abordagem compreensiva que enfatiza os significados do que é trazido pelos atores da pesquisa, dando atenção aos sentidos que os fatos e as coisas têm para os sujeitos que os vivem. Minayo considera que em um estudo qualitativo de abordagem compreensiva é primário que se valorizem as concepções que os participantes da pesquisa têm das situações, a maneira como experimentam suas tensões e de que forma reagem diante delas.

O caráter definidor da ação social é o sentido. “As realidades sociais são construídas nos significados e através deles, e só podem ser identificadas na medida em que se mergulha na linguagem significativa da interação social” (MINAYO, 2008, p. 60). Nesse sentido, a subjetividade e o simbólico são partes integrantes da realidade social. Contudo, aponta Minayo, ainda que o pesquisador valorize o sentido dado pelo sujeito aos fatos e às coisas que vive, isto é, dê atenção à subjetividade do pesquisado, a objetivação é imprescindível à pesquisa qualitativa. Trata-se do processo de investigação por meio do qual se reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais. Assim, diante do material de pesquisa, pode-se teorizar, rever o problema acumulado sobre o tema, estabelecer conceitos e categorias, além de utilizar técnicas adequadas para a análise dos dados, que serão, ao mesmo tempo, específicos e contextualizados.

Antes de finalizar é importante considerar que a validade da pesquisa qualitativa não está no tamanho de sua amostra, mas na qualidade, na profundidade, no detalhamento e na contextualização dos relatos do estudo. Como na pesquisa qualitativa os dados coletados são predominantemente descritivos, o pesquisador se distancia de generalizações para concentrar-se na realidade social construída pelos sujeitos. Gerhardt e Silveira (2009) ressaltam que o resultado de uma pesquisa qualitativa é imprevisível, uma vez que ela se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados.

A técnica da entrevista

Segundo Minayo (2008), a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas no trabalho de campo. Trata-se de uma conversa entre o pesquisador e o entrevistado, em busca de se obterem informações pertinentes para o objeto da pesquisa. Através dessa conversa o pesquisador abordará temas relevantes ao trabalho que está sendo desenvolvido, na intenção de cumprir com o objetivo de seu estudo.

Nesta pesquisa de tese, as entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado, isto é, contendo perguntas abertas, dando possibilidade de o entrevistado dissertar sobre os temas em questão, sem se ater à pergunta formulada pelo entrevistado. A entrevista, como fonte de informação, traz ao pesquisador dados que se referem diretamente ao indivíduo. Como mostra Minayo, “são informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e a que os cientistas sociais costumam denominar ‘subjetivos’ e só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa” (MINAYO, 2008, p. 262).

Segundo essa autora, é importante considerar que, quando o material da pesquisa for analisado, é fundamental que a entrevista incorpore o contexto da sua produção. Dessa forma, além da fala do entrevistado, o pesquisador terá em mãos elementos que pontuam o cotidiano do sujeito da pesquisa. Além disso, conforme Jaci Alfonso Zanatta e Márcio Luis Costa (2012), o pesquisador deve estar atento à qualidade de suas perguntas, visando não apenas obter respostas, mas também criar espaço para a abertura de dúvidas que possam conduzi-lo a outros caminhos e a outras possibilidades.

Ainda na perspectiva desses autores, em consonância com Minayo (2008), quando se elege a entrevista como método de coleta de dados, é fundamental a preocupação ética por parte do pesquisador para que os participantes sejam resguardados e não corram riscos (ZANATTA; COSTA, 2012). Desse modo, é importante informar que todas as participantes desta pesquisa assinaram o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE) como forma de resguardar tanto o entrevistador quanto o entrevistado. O TCLE é o documentado apresentado aos entrevistados com o intuito de assegurar que eles “compreendam os procedimentos, riscos, desconfortos, benefícios e direitos de todos os envolvidos” (s/p) na pesquisa que está sendo realizada. Conseqüentemente, a entrevista aconteceu com o assentimento e a assinatura do documento.

Como se deu o processo de realização das cinco entrevistas

Foi realizada uma entrevista individual com cada uma das cinco mulheres participantes da pesquisa, seguindo um roteiro semiestruturado que contemplava perguntas sobre as relações conjugais, o casamento, a sexualidade e as relações extraconjugais. Embora as indagações estivessem particularmente voltadas para as experiências episódicas, uma vez que o objetivo inicial da pesquisa era investigar o significado dessas relações para mulheres em conjugalidade, observou-se que tais experiências não eram centrais nas narrativas produzidas pelas entrevistadas. O que se destacou, demasiadamente, foi a maneira pela qual as experiências extraconjugais eram articuladas à conjugalidade, isto é, a despeito das experiências fora do casamento, o foco dos relatos estava na relação conjugal “oficial”. A partir de então, a extraconjugalidade tornou-se o objeto de estudo desta tese.

Para acessar pessoas que tivessem interesse em participar do estudo foi feito contato com quinze amigas da pesquisadora, através de uma lista de transmissão do *WhatsApp*, explicando o objetivo da pesquisa. O grupo designado para fazer parte dessa lista possuía uma relação de amizade mais íntima com a pesquisadora, o que poderia facilitar a indicação de participantes. Além disso, algumas integrantes já haviam partilhado com a mesma experiências com outros homens fora de suas relações conjugais ou experiências de amigas. Vale destacar que a lista de transmissão não permite que nenhuma das endereçadas tenha acesso às outras participantes do grupo e que as respostas enviadas sejam direcionadas apenas para a administradora, isto é, à pesquisadora. Além disso, alguns critérios para a seleção daquelas que seriam entrevistadas, e que serão descritos com mais detalhes na seção posterior, foram utilizados na captação das participantes, em busca de garantir certa homogeneidade de características entre as entrevistadas.

Em função de o tema da pesquisa tratar de um assunto que poderia ser delicado para algumas mulheres, previam-se dificuldades em encontrar pessoas que se disponibilizassem a participar da pesquisa. Das quinze amigas contatadas, duas se disponibilizaram a ser entrevistadas. Uma delas disponibilizou o contato de mais duas amigas que, segundo ela, aceitariam participar; três disseram que não teriam pessoas a indicar; uma se comprometeu a indicar um contato, mas desapareceu; duas disseram ter amigas que se encaixavam nos requisitos, mas que não aceitariam dar entrevistas; duas indicaram entrevistadas – cada uma indicou uma –, sendo que uma delas destoou consideravelmente das outras participantes e, por

essa razão, não foi selecionada para fazer parte do grupo. Seis pessoas nem sequer se pronunciaram.

A partir dessas indicações e das indicações das próprias participantes, a entrevistadora fez contato via telefone com oito mulheres, para marcar o local da entrevista e agendar dia e horário. Uma das mulheres com as quais a pesquisadora fez contato, após conhecer o objetivo do trabalho, achou que não se enquadrava aos requisitos da pesquisa e, por esta razão, não concedeu a entrevista. Duas outras mulheres, apesar de terem sido entrevistadas, não tiveram seus dados usados na pesquisa, uma vez que destoaram das demais participantes. Uma delas, além de fazer parte de uma classe social diferente das outras entrevistadas (camada popular),⁹ falava de ter tido uma relação amorosa com outro homem, por um tempo prolongado, ao perceber que não havia mais amor no seu casamento. A outra, apesar de possuir muitas similaridades com as participantes da pesquisa, era de uma geração diferente das demais, o que poderia comprometer a análise do material empírico. Ao final, dentre as oito mulheres contatadas, cinco narrativas foram utilizadas na análise deste estudo de tese.

O local e o horário das entrevistas foram estabelecidos pelas participantes. Três encontros aconteceram no local de trabalho das entrevistadas e dois no consultório da entrevistadora. Nesses dois últimos casos, as participantes pediram sugestão para o local do encontro, acolhendo a proposta que foi apresentada pela pesquisadora. Apenas uma entrevista precisou ser remarcada em função do trabalho da participante.

Notas sobre a realização das entrevistas

Durante as entrevistas, a sensação foi de que todas as entrevistadas estavam bastante à vontade em prestar seus relatos. Em um caso foi necessária a omissão de um trecho da entrevista por solicitação da participante: o que foi contado constrangia a entrevistada e fazia com que ela se sentisse culpada, não desejando que sua declaração fosse revelada.

Considerando que as pesquisas científicas devem atentar às diretrizes éticas para a condução de pesquisas com seres humanos, foi perguntado a cada entrevistada se elas gostariam de usar um nome fictício, a fim de preservar suas identidades. Uma participante pareceu se divertir em assumir uma “outra identidade”, enquanto duas pediram que a própria pesquisadora

⁹ Utilizou-se como um dos critérios para a seleção do grupo entrevistado que todas as participantes fizessem parte da mesma classe social, no caso, a classe social média, o que será explicitado na próxima seção.

inventasse um nome fictício. Apenas uma entrevistada autorizou que seu nome verdadeiro fosse utilizado, contanto que o sobrenome não aparecesse na divulgação da pesquisa. Importante ressaltar que a participante em questão é uma psicóloga conhecida, que circula no contexto acadêmico e que conhece bem do que se trata essa exposição, isto é, sabe que poderia ser reconhecida por leitores que trabalham em sua área. Ainda que a autorização tenha sido feita pela própria participante, a escolha gerou uma série de questionamentos por parte da pesquisadora. Em que medida o assentimento do uso do nome da participante é suficiente para a sua divulgação? Que implicações a manutenção do nome poderia ter após a publicação da tese? Importante ressaltar que, durante a entrevista, a participante, na maior parte do tempo, clamava pela liberdade. A omissão de seu nome não iria de encontro à sua fala? A pesquisadora não suspenderia a autonomia da participante com a retirada do seu nome real?

A discussão sobre o uso dos nomes verdadeiros ou a manutenção do anonimato do entrevistado tem sido muito debatida em estudos que versam especialmente sobre crianças e violência. Sônia Kramer (2002), dialogando com alguns autores que realizaram pesquisas com crianças, traz pontuações interessantes sobre esse tema. A opção pelo uso de números ou pela primeira letra do nome pode negar a condição de sujeitos, uma vez que desconsidera a sua identidade. No entanto, a aparição dos nomes pode gerar complicações quando os relatos denunciam problemas graves vividos pelas crianças e/ou por sua família. Neste caso, o uso de nomes fictícios parece mais apropriado. Kramer ainda argumenta que o emprego apenas do primeiro nome pode ser uma saída, caso se trate de nomes mais comuns, que ouvimos com frequência, em um campo de estudo com grande número de pessoas, o que impossibilitaria o reconhecimento dos participantes da pesquisa. A autora argumenta que nesses casos, além da identidade ficar protegida, oportuniza que os entrevistados se leiam e se vejam, conservando um princípio ético coerente para resguardar os participantes da pesquisa. Nesses casos, outras informações que poderiam facilitar a identificação dos sujeitos são suprimidas, impossibilitando a identificação dos sujeitos da pesquisa.

Embora esta pesquisa de doutorado não faça alusão à violência e não seja realizada com crianças, alguns dados não podem ser ignorados. Em primeiro lugar, quando um entrevistado apresenta sua narrativa, ele desconhece a maneira pela qual sua fala será analisada. Nesse sentido, após a conclusão do trabalho, ele pode não se sentir à vontade quando percebe que seu nome está vinculado a certos tipos de análise. Além disso, assim como a pesquisadora,

a maior parte das entrevistadas é psicóloga e o trabalho se efetua em um Programa de Pós-graduação em Psicologia, o que aumenta, sobretudo, as chances de que pessoas dessa área identifiquem as entrevistadas. Por essa razão, a pesquisadora levou a sério a expressão que diz que “*o Rio de Janeiro é uma província*”, adotando nomes fictícios para todas as entrevistadas.

As entrevistas tiveram duração entre 55 minutos e 1 hora e trinta minutos cada. A gravação em áudio foi autorizada por todas as entrevistadas.

Os critérios usados para a seleção das entrevistadas e o “perfil” do grupo estudado

Para realizar a seleção das mulheres que participariam da pesquisa, foi estabelecida certa homogeneidade de características daquelas que iriam nos apresentar com suas narrativas, pois determinados critérios seriam elementos centrais do ponto de vista da análise realizada *a posteriori*. Para isso, alguns parâmetros foram predefinidos, enquanto outros foram constatados após conhecer as mulheres que se disponibilizaram a participar.

A idade era um fator importante, pois fala de uma experiência geracional. Como mostra Maria Juracy Filgueira Toneli (2012), olhar para uma geração significa apreender diferenças e/ou semelhanças nos discursos sobre sexualidade, o que permite desvelar continuidades e mudanças que evidenciam inserções particulares nas estruturas de poder. Como pontua a autora, dentre outros vetores, como classe, etnia, raça etc., as mudanças relativas ao tempo são essenciais para definir e diferenciar as posições ocupadas por homens, mulheres, crianças e idoso. Assim, em um planejamento inicial, embasada pelas relações de amizade e histórias trazidas por amigas, elegeu-se trabalhar com um recorte etário de 35 a 45 anos, uma vez que, grande parte das amigas da pesquisadora, está dentro dessa faixa etária. Desse modo, partindo da premissa de que seria mais fácil obter participantes nessa faixa etária, elegeu-se esse recorte. Mas, logo de início, as indicações de participantes não se enquadravam nesse critério. Percebendo a dificuldade em captar pessoas dentro dessa faixa etária, a pesquisadora passou a dar atenção ao grupo que surgia. Por fim, seis mulheres foram selecionadas a participar da pesquisa, no entanto, a idade de uma delas destoava do resto do grupo que se apresentava. Cinco delas eram mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1960 e que foram influenciadas pelas transformações das décadas de 1960 e 1970. Percebendo o quanto esse fator seria importante na análise dos dados, a entrevista com a participante nascida em 1977 não foi utilizada para este trabalho.

Assim, com a opção por uma faixa etária específica, o que ia ao encontro do que parecia mais conveniente à pesquisadora em função de seus contatos pessoais, foi estabelecido que as mulheres fizessem parte da mesma classe social. Como já foi explicitado, em um primeiro momento, a escolha por participantes que fizessem parte desse grupo se deu em função de a pesquisadora acreditar que teria mais facilidade de acesso às entrevistadas por meio de sua rede pessoal de amigos, também pertencentes a essa classe social. Como a maior parte das participantes pertencia à classe média, optou-se, então, por trabalhar com mulheres pertencentes a esse segmento social. No entanto, pertencer à classe média não era uma variável qualquer. Quem é legitimado a romper com certas instituições, como o casamento monogâmico, as prescrições de gênero etc.? Essas mulheres têm um repertório cultural específico para falar da conjugalidade. Como mostra Maria Luiza Heilborn (2004), a renda permite e delimita certa posição de classe. No caso das entrevistadas, todas tiveram acesso à educação superior, além de possuírem um consumo nítido de cultura. Pontua a autora que “os dados sociológicos de similaridade de inserção social passam a autorizar a postulação de uma identidade moral compartilhada” (p. 73). Além disso, o estilo de vida da classe média pode ser identificado com o “moderno”, em oposição a uma tipologia “tradicional”, mais presente na classe popular.

Cuidando sobremaneira da manutenção da homogeneidade, no que diz respeito às características das participantes da pesquisa, foi estabelecida uma padronização com relação à orientação sexual das mesmas. Assim, a heterossexualidade também foi uma especificação do grupo que seria entrevistado. Diferentemente da faixa etária e da classe social das entrevistadas, a orientação sexual foi uma característica determinada *a priori*, uma vez que a pesquisadora partia da hipótese de uma relação mais igualitária de gênero. Nesse sentido, as relações sexuais episódicas de mulheres envolvidas em relacionamentos conjugais com homens seria um dado relevante para a análise que seria realizada *a posteriori*.

A raça não foi uma categoria utilizada como critério para a captação e seleção das participantes da pesquisa. Contudo, não se pode deixar de pontuar que todas as entrevistadas eram brancas. Ainda que esse eixo não tenha sido definido *a priori* para este estudo de tese, vale destacar que gênero, raça e classe são elementos interconectados para formação das hierarquias, no sentido de pensar que são os mais privilegiados, os mais subalternizados e quem pode romper com determinadas instituições. A importância de destacar tais características tornou-se, então, elemento fundamental. Como bem pontua Helena Hirata (2014), é necessário

levarmos em conta as diversas fontes de identidade para podermos apreender a complexidade das identidades e das desigualdades por intermédio de um enfoque integrado.

Em consonância com Hirata, Luiz Mello e Eliane Gonçalves (2010) assinalam que as diferenças possuem desigualdades que se sobrepõem. Ressaltam que

[...] cada um/a de nós traz em sua bagagem: uma origem de nascimento, numa cultura particular; uma referência de classe social definida a partir da posse de bens materiais e simbólicos, posições de poder e prestígio; marcas corporais e psicológicas que podem definir se somos homens ou mulheres; uma classificação num sistema radicalizado baseado na cor da pele ou em outros fenótipos; uma orientação sexual expressa de modo público ou não; uma idade que sinaliza o que é permitido ou proibido, e assim por diante (MELLO; GONÇALVES, 2010, p. 164).

Conforme esses dois autores, os “marcadores sociais das diferenças” são construções sociais que se articulam de modo a produzir maior ou menor inclusão ou exclusão, que vão depender do quanto eles se confrontam com identidades sociais hegemônicas, isto é, nossa posição classificatória, dada de acordo com marcadores das diferenças, são subjetivantes, isto é, agem na produção dos sujeitos.

Não há dúvida de que as mulheres sofrem opressões graças ao seu gênero, no entanto, aquelas que foram entrevistadas para esta pesquisa não sofrem certos tipos de discriminação – são todas mulheres de uma classe não subalternizada, escolarizadas, heterossexuais e brancas. Nesse sentido, suas condutas e comportamentos seriam julgados de forma dessemelhante se estivéssemos entrevistando mulheres negras, lésbicas e de classe popular. São aquelas mulheres que podem romper com determinadas instituições, uma vez que são privilegiadas em função de sua raça e de sua classe.

Essa discussão faz lembrar um vídeo de Michael Kimmel (2015), em que diz que o problema da diferença pode ser entendido como um problema de privilégio. “O privilégio é invisível para aquelas que o possuem.” Nessa lógica, não se trata mais de uma questão de identidade, mas de uma questão de posições que ganham sentido quando pensadas em hierarquias, ou seja, de uma produção subjetivante que se ancora nos marcos de uma produção de hegemonia. Enquanto o homem branco, heterossexual e de classe média é dado como o soberano privilegiado, norma-padrão, a mulher, negra, pobre e não heterossexual é a figura mais vulnerável dentro de um sistema perverso de classificação. Ainda que as participantes da pesquisa fossem mulheres e que, sem dúvida, haveria inúmeras diferenças se fossem

estabelecidos critérios comparativos com os homens, eram mulheres brancas e de classe média, ou seja, bem mais privilegiadas do que mulheres negras, lésbicas e da classe popular.

Tais noções remetem ao conceito de interseccionalidade, por meio do qual se permite compreender a lógica e as consequências políticas através do entrecruzamento de eixos de subordinação (MELLO; GONÇALVEZ, 2010; HIRATA, 2014). De acordo com esse conceito, a multiplicidade dos sistemas de opressão que operam a partir de categorias como gênero, raça, classe, idade, etnia, orientação sexual, entre outros, é reconhecida. Além disso, a interseccionalidade postula sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014). Então, enfatizando, uma análise realizada com mulheres brancas, heterossexuais e pertencentes à classe social média – particularidades das entrevistadas desta tese – diferiria muito se as entrevistadas fossem mulheres negras, lésbicas e da classe popular.

Ainda apresentando os critérios adotados na seleção das mulheres que participariam da pesquisa, outro dado fundamental para a eleição das participantes, considerando que o trabalho versava sobre conjugalidade, era que as relações extraconjugais deveriam ter ocorrido quando as entrevistadas estavam envolvidas em relações conjugais mais estáveis e vivendo junto com seu parceiro. Contudo, não era uma exigência que as participantes fossem casadas formalmente. Elas também poderiam coabitar ou estar envolvidas em uniões estáveis para fazer parte do grupo pesquisado.

Assim, conforme a descrição das entrevistadas, o grupo foi composto de cinco mulheres heterossexuais, com idades entre 53 e 66 anos, de camadas médias, todas com curso superior, sendo três psicólogas, uma psiquiatra e psicanalista e uma advogada. Três são moradoras da zona sul do Rio de Janeiro e duas residentes na região oceânica de Niterói. Dentre as cinco entrevistadas, apenas uma não possui filhos, o que foi uma escolha da participante. Todas as outras possuem mais de um filho.

Com relação ao casamento, três permaneciam com seu primeiro marido até o momento da entrevista.

Ser familiar e também “estrangeira”: sobre a proximidade com as entrevistadas

Assim como o grupo pesquisado neste trabalho de tese, a pesquisadora em questão é branca, de classe média, com ensino superior completo, intelectualizada e, como diz Heilborn (2004), com uma identidade moral facilmente compartilhada. Das cinco entrevistadas, quatro

fazem parte do campo *psi*, sendo a pesquisadora também psicóloga. Embora haja uma diferença geracional significativa em termos de *éthos* cultural, havia uma familiaridade com as entrevistadas.

Ainda que este trabalho de tese não se trate de uma etnografia, a proximidade e a familiaridade com as participantes desta pesquisa fizeram lembrar Gilberto Velho (1981, 2003), dissertando sobre o trabalho do etnólogo, ao problematizar a experiência do pesquisador quando ele está próximo de seu objeto de estudo ou quando esse objeto é familiar ao universo de origem do pesquisador. Sem dúvida, parece mais fácil descobrir as diferenças naquilo que é exótico do que naquilo que parece tão familiar. Porém, como bem pontua Velho (1981), ao mostrar que, mesmo quando o investigador possui familiaridades com seu objeto de estudo, a pesquisa é exequível, “a realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, e é percebida de maneira diferenciada (p. 129).

Heilborn (2004) aponta que a familiaridade do pesquisador com o código cultural do grupo pesquisado traz certa simplificação de critérios de seleção de entrevistados. Segundo a autora, buscaram-se participantes para a pesquisa na rede de amigos e conhecidos pessoais. No entanto, “frequentemente os dados sociológicos de similaridade de inserção social passam a autorizar a postulação de uma identidade moral compartilhada” (HEILBORN, 2004, p. 73). Nesse sentido, são fascinantes as discussões apresentadas por Velho (1981), quando ele argumenta que nem tudo aquilo que é familiar é conhecido. Um grau de familiaridade não determina o conhecimento sobre o outro, ou seja, “está longe de ser homogêneo, como o de conhecimento é muito desigual” (p. 126).

Assim, da mesma forma que houve dificuldades e belezas para que a pesquisadora fizesse uma transposição do campo clínico para o social, era necessário que a mesma estivesse atenta para não se misturar com seu grupo pesquisado e pudesse estabelecer um estranhamento crítico, como bem ressalta Velho (2003). São oportunas aqui, portanto, as palavras de Rubem Alves, ao dizer que

o ato de ouvir exige humildade de quem ouve. E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos. Mas isso, admitir que o outro vê coisas que nós não vemos, implica reconhecer que somos meio cegos... Vemos pouco, vemos torto, vemos errado (RUBEM ALVES, 2014).

O método proposto de análise das entrevistas

Para a produção deste trabalho, elegeu-se a metodologia de abordagem qualitativa de pesquisa, desenvolvida com a intenção de compreender a realidade a partir da subjetividade dos sujeitos. Como já foi explicitado ao longo do capítulo, a entrevista foi eleita como método de coleta de dados, uma vez que possibilita maior aproximação entre entrevistadora e entrevistada, permitindo que a primeira tenha acesso a uma série de variáveis que favoreçam uma melhor compreensão do problema estudado.

Para o método de análise dos dados, optou-se por trabalhar com a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (AD). Como bem ressalta Romeu Gomes (2002), embora exista uma fase destacada do trabalho voltada para análise dos dados, vale destacar que na pesquisa qualitativa, na própria coleta de dados, já poderá ocorrer uma análise.

Fazendo referência a Maria Cecília Minayo, Gomes apresenta algumas considerações importantes da autora para que a análise dos dados seja realizada de modo eficiente. O primeiro diz respeito à ilusão do pesquisador em acreditar que as conclusões de uma pesquisa se apresentam com nitidez à primeira vista. Quanto mais familiaridade o pesquisador tiver com aquilo que está pesquisando, mais chance ele terá de cometer o equívoco de que os resultados são óbvios, numa primeira visão. Importante salientar que, a despeito da familiaridade do pesquisador com o tema da pesquisa, a vontade de confirmar uma hipótese pode ser outro elemento bastante sedutor para favorecer conclusões precipitadas.

Minayo, citada por Gomes, fala sobre o cuidado e a necessidade do pesquisador de estar bem fundamentado teoricamente para que não haja dificuldade em articular as conclusões dos dados empíricos com os conhecimentos mais amplos e abstratos, o que poderia “produzir um distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa” (GOMES, 2002, p. 69). Ainda apresentando algumas considerações de Minayo, Gomes pontua que durante a fase de análise é importante que se estabeleça uma compreensão dos dados coletados, se confirme ou não pressupostos da pesquisa e que se amplie o conhecimento sobre o assunto pesquisado, considerando o contexto cultural da qual faz parte.

A Análise de Conteúdo de Bardin (1977) pode ser dividida em dois momentos históricos. Em sua primeira fase – primeiro momento histórico –, a técnica foi inicialmente aplicada nos Estados Unidos, como um instrumento de análise das comunicações de massas, pontua Bardin. Assim, até os anos de 1950, se focava predominantemente no aspecto

quantitativo da técnica, voltado para a contagem de frequência com que determinadas características apareciam nos conteúdos das mensagens analisadas. Pensando na técnica, até a fase descrita, Cátia Cilene Farago e Eduardo Fofonca (2011) pontuam que “enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 2).

A partir dos anos de 1950, segundo momento histórico da Análise de Conteúdo, tal método de investigação passa por uma expansão das aplicações da técnica a disciplinas diversificadas, especialmente das áreas de humanas, que trazem interrogações e novas respostas no plano metodológico (BARDIN, 1977). O debate sobre a abordagem quantitativa e qualitativa é um dos pontos centrais para essas mudanças. Como foi descrito acima, enquanto na abordagem quantitativa considera-se, sobremaneira, a frequência com que certas características do conteúdo aparecem, na abordagem qualitativa o valor primordial está na presença ou ausência “de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 1977, p. 21).

Assim, pode-se dizer que, atualmente, duas funções são essenciais na aplicação da técnica. Uma delas diz respeito à verificação de hipóteses e/ou questões que estão vinculadas às afirmações que foram estabelecidas antes do trabalho de investigação; a outra função está relacionada ao que está por trás dos conteúdos manifestos, isto é, a análise não se atém ao que está sendo comunicado, ela vai além das aparências. Essas duas funções podem ser complementares e podem ser utilizadas tanto nas pesquisas quantitativas quanto nas qualitativas (GOMES, 2002). Como mostra Bardin, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (p. 14).

De acordo com Gomes (2002), para a fase de análise dos dados na Análise de Conteúdo, diferentes tipos de unidades de registros podem ser utilizados, referente aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. A palavra pode ser uma dessas unidades, focando-se em todas as palavras do texto ou, simplesmente, naquelas que se destacam por estar em consonância com a finalidade do trabalho. O mesmo pode ocorrer com as frases e orações, outros exemplos de unidades de registro. O tema, unidade mais utilizada entre aqueles que empregam a AD, se refere a uma unidade maior em torno do qual se tira uma conclusão. Os personagens de uma narrativa ou um acontecimento relatado são outras unidades

de registros típicas de uma Análise de Conteúdo. Dependendo da natureza do estudo, várias unidades podem ser utilizadas concomitantemente.

Ainda conforme Gomes, além das unidades de registro, é essencial que se considere o contexto (unidade de contexto) do qual as mensagens fazem parte. Após se optar pelas unidades de registros que serão utilizadas e pelo contexto no qual a mensagem é apresentada, parte-se para a elaboração de categorias.

Como mostra Bardin (1977), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (p. 117). Segundo o autor, essas categorias são classes que reúnem grupos de elementos (unidade de registro) sob um título genérico, sendo estes agrupamentos estabelecidos por possuírem caracteres comuns a esses elementos. O critério de categorização estabelecido pode ser semântico (categorias temáticas), sintático, léxico e expressivo. Para que estabeleça uma classificação de elementos por categorias, deve-se investigar o que cada um desses elementos tem em comum com os outros, ou seja, o que vai permitir o agrupamento é a parte comum existente.

De acordo com Gomes (2002), a análise de dados com base em categorias é um procedimento que pode ser utilizado em qualquer tipo de análise qualitativa. As categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa ou a partir dos dados coletados. Ressalta o autor que, embora a formulação de categorias a partir dos dados coletados seja complexa, isso pode ser superado com a fundamentação teórica e a experiência do pesquisador. No caso desta pesquisa, optou-se por trabalhar com categorias que fossem definidas *a posteriori*, embasadas nos relatos das entrevistadas.

Como foi dito, diferentes modalidades podem ser empregadas para se trabalhar com a Análise de Conteúdo. Nesta tese, a análise temática foi eleita como método a ser utilizado.

Para uma análise temática, trabalha-se com temas que fazem uma afirmação sobre determinado assunto. Eles encerram feixes de relações que podem ser identificados por meio de palavras ou frases. Nesse sentido, aponta Minayo que, para uma análise temática, se deve, então, descobrir os núcleos de sentidos que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência significam alguma coisa para o objeto que será analisado.

A Análise de Conteúdo pautada na análise temática abrange três fases distintas. Conforme Minayo, na primeira fase, o material é organizado para ser analisado, considerando

os objetivos e as questões do trabalho para se estabelecer a unidade de registro, a unidade de contexto, os trechos significativos da mensagem e as categorias. Com essa finalidade é fundamental que se faça uma leitura cuidadosa do material a ser analisado (leitura flutuante), assinalando as impressões da mensagem. Além das fases descritas por Minayo, Andressa Henning Silva e Maria Ivete Trevisan Frossá (2015) alertam para a formulação de indicadores que contribuirão para interpretar o material coletado.

Ainda nessa primeira fase, as três autoras citadas ressaltam que a escolha dos dados a serem analisados deve respeitar algumas regras para a seleção do *corpus* de análise:

- (1) *Exaustividade*: o material deve contemplar os aspectos levantados pelo roteiro.
- (2) *Representatividade*: o material deve conter as características essenciais do universo pretendido. Assim, havendo um número elevado de dados, pode-se estabelecer uma amostra considerando a parte que represente o material a ser analisado.
- (3) *Homogeneidade*: deve-se obedecer a critérios precisos de escolha quanto aos temas tratados, não apresentado de forma demasiada singularidades fora de critérios.
- (4) *Pertinência*: os documentos que serão analisados devem ser adequados para dar resposta ao objetivo do trabalho, ou seja, deve ser concernente com o que se propõe o estudo.

De acordo com Silva e Frossá (2015), as observações do pesquisador podem enriquecer a análise que será realizada.

A segunda fase é o momento de se aplicar o que foi definido na fase anterior. Trata-se da etapa de exploração do material, consistindo numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto. Nesse sentido, busca-se encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas no material que está sendo analisado (MINAYO, 2008). Assim, o texto deve ser recortado em análise de registros (palavras, frases, temas, personagens e acontecimentos), indicados como relevantes para a pré-análise. Desse modo, apontam Silva e Frossá, as categorias iniciais, intermediárias e finais, que possibilitam as inferências, são estabelecidas.

Já na terceira fase, em se tratando de uma análise qualitativa, o pesquisador tenta desvelar o conteúdo que está por trás do que foi manifesto. É o momento do tratamento dos

resultados obtidos e de sua interpretação. Realiza-se uma análise comparativa de todo o material coletado e, em seguida, ressaltam-se os aspectos considerados semelhantes e os aspectos que foram considerados diferentes.

São essas fases que ganharão materialidade nas páginas seguintes, em que os resultados obtidos na pesquisa de campo e a análise dos dados serão apresentados.

4. A PESQUISA DE CAMPO: O QUE FOI ENCONTRADO E PERCEBIDO

Após navegar pelos eixos teóricos que orientaram o material empírico da pesquisa e ter acesso à estratégica metodológica utilizada na produção do trabalho, é chegado o momento de apresentar os resultados encontrados no campo pesquisado, bem como o processo de análise que levou aos resultados analisados.

A apresentação dos resultados será dividida em cinco partes. Primeiramente, será apresentado um quadro contendo um resumo das características gerais das entrevistadas, algumas informações sobre o tipo de constituição conjugal estabelecido entre o casal e as ocorrências de experiências amorosas e/ou sexuais fora do casamento. Em seguida, será elaborada uma síntese com a descrição da história conjugal de cada participante da pesquisa, para que fique evidenciado o contexto e as circunstâncias de suas experiências extraconjugais. Após a apresentação desta síntese, apresenta-se um resumo com base na transcrição de cada entrevista. Em um quarto momento, as primeiras impressões da pesquisadora, sobre cada relato das participantes da pesquisa, serão apresentadas. Para finalizar, serão apontadas as considerações preliminares dos dados expostos.

Ainda que as histórias tratem da conjugalidade e da extraconjugalidade dessas mulheres, vale ressaltar que a figura dos maridos, e dos relacionamentos que aconteceram fora do casamento, se apresenta como pano de fundo, isto é, eles encerram um papel de coadjuvantes e serão mencionados a partir do discurso das entrevistadas.¹⁰

¹⁰ Neste capítulo, todas as palavras ou frases que estiverem em *itálico* ou entre *aspas* são trechos retirados das entrevistas.

Quadro 1: Caracterização do universo das mulheres entrevistadas e as experiências extraconjugais

Mulheres entrevistadas	Ano de nascimento e idade atual	Tipo de união e tempo das uniões	Tipo de relacionamento amoroso-sexual antes da experiência extraconjugual	Existência ou não de filhos	Nº. de casamentos e/ou uniões que teve até o momento	Nº de relacionamentos extraconjugais e em quais relacionamentos conjugais	Tempo de duração das relações extraconjugais (duração de cada uma delas)	Existência ou não de relacionamentos extraconjugais por parte do marido	Circunstâncias e motivação da ocorrência das experiências extraconjugais (em cada uma delas)	Sentimentos sobre as experiências extraconjugais
Débora branca, psicóloga, camada média, residente da zona sul do RJ	Nascida em 1951, no RJ, 66 anos	1º Marido: 8 anos de coabitação 2º Marido (atual): 5 anos de União Estável (relacionamento aberto)	Início dos relacionamentos amorosos: 15 anos. Perdeu a virgindade aos 17 anos com o segundo namorado.	Dois filhos do primeiro casamento. Um filho tem 36 anos e o outro, 33 anos.	Dois	Primeiro e segundo casamentos: muitas relações extraconjugais (não define a quantidade)	Variado: relacionamentos de um único encontro, relacionamentos breves e relacionamentos duradouros (3 anos em relação poliamorista)	Primeiro casamento: Sim (sem consentimento verbalizado). Segundo casamento: Sim (com consentimento verbalizado).	No primeiro casamento: as experiências extraconjugais são relatadas como algo compulsivo para provar para si mesma que não dependia do marido. Na relação atual, as experiências fazem parte do funcionamento do casal.	Relata que não havia sentimento amoroso (apaixonamento) nas relações extraconjugais. Apenas com o namorado (relação poliamorista) existe um sentimento afetivo.
Roberta branca, psiquiatra e psicanalista, camada média, residente da zona sul do RJ	Nascida em 1960, no RJ, 57 anos	1º Marido: 5 anos de coabitação + 5 anos de casamento (relação monogâmica) 2º União: 5 anos de União Estável (relação monogâmica)	Início dos relacionamentos amorosos: 14 anos. Não sabe precisar a idade que perdeu a virgindade, mas relata que foi aos 15 ou 16 anos.	Não possui filhos.	Dois	Uma relação extraconjugual no segundo casamento.	Apenas um encontro no segundo casamento.	Primeiro casamento: Sim (sem consentimento) Segundo casamento: Sim (sem consentimento).	Relata que o casamento estava muito desgastado, quando viveu a experiência extraconjugual.	Relata que não havia sentimento amoroso (apaixonamento).
Maria Beatriz branca, psicóloga, camada média, residente da região oceânica de Niterói	Nascida em 1961, no RJ, 56 anos	Casamento (civil e religioso): 30 anos (relação monogâmica)	Início dos relacionamentos amorosos: 13/14 anos. Não sabe precisar a idade que perdeu a virgindade, mas relata que foi aos 19 ou 20 anos.	Dois filhos: um de 14 anos e o outro de 24 anos.	Uma	Dois relações extraconjugais.	Relacionamentos duradouros. O primeiro relacionamento durou 9 meses. O tempo de duração do segundo não foi informado.	Não há informações.	Relata que o casamento estava ruim e sem sexo. Nos dois relacionamentos extraconjugais separou-se do marido na intenção de construir uma vida com o outro.	Relata que nos dois relacionamentos havia sentimento amoroso. Separou-se nas duas vezes para viver o relacionamento com os amantes.
Laura branca, psicóloga, camada média, residente na região oceânica de Niterói	Nascida em 1961, no RJ, 56 anos	Casamento (civil e religioso): 36 anos (relacionamento aberto)	Início dos relacionamentos amorosos: 12/13 anos. Perdeu a virgindade aos 16 anos com o homem com que casaria.	Três filhos: um menino (35 anos) e duas meninas (uma de 25 anos e outra de 23 anos).	Uma	Cinco relações extraconjugais.	Relacionamentos breves.	Sim (com consentimento).	Relata que as experiências extraconjugais foram motivadas pelo desejo de ter relações sexuais com outras pessoas; uma vez que sei tinha transado com o marido. Diz que queria testar a sua libido que estava baixa. Mudanças na personalidade do marido, que ficou mais fechado e agressivo.	Relata que não havia sentimento amoroso (apaixonamento) nas relações extraconjugais.
Giovana branca, advogada, camada média, residente da zona sul do RJ	Nascida em 1964, em MG, 53 anos	Casamento (civil e religioso): 32 anos. (relacionamento aberto)	Início dos relacionamentos amorosos: 13 anos. Não relata a idade que perdeu a virgindade, mas foi depois dos 19 anos, com o homem com que casaria.	Dois filhos: um menino (30 anos) e uma menina (28 anos)	Uma	Cerca de vinte relações extraconjugais.	Primeira relação extraconjugual longa (não define o tempo de duração); outros relacionamentos breves.	Sim. Algumas relações foram consentidas, outras não.	Relata que tinha muita curiosidade de sair com outros homens e que queria comparar, sexualmente, com o marido.	Relata que não havia sentimento amoroso (apaixonamento) nas relações extraconjugais. Apenas por uma vez se envolveu afetivamente com uma pessoa, mas a relação não teve continuidade.

A narrativa da vida conjugal e das experiências extraconjugais das participantes da pesquisa

1ª entrevistada → **Débora** – Nascida em 1951, no RJ, 66 anos – branca, psicóloga, camada média, residente da zona sul do RJ

“O motivo nunca foi sexo [...] não era motivada pelo prazer [...] era meio compulsivo”

Débora: após 2 anos de namoro, casou-se com Jorge em 1978, seu primeiro casamento, quando estava com 27 anos de idade. O marido é 8 meses mais novo que a entrevistada. Débora e Jorge tinham relações extraconjugais. A entrevistada disse que soube de algumas relações do marido, mas não relatou se ele sabia dos seus relacionamentos. Segundo Débora, o casal não falava sobre as relações extraconjugais, mas relatou que, algumas vezes, enquanto ela e Jorge brincavam, as histórias apareciam. O motivo declarado por Débora para trair o marido foi: provar que não dependia dele, transgredir e fazer alguma coisa proibida. O casamento durou 8 anos. Separou-se em 1986, aos 35 anos, envolvida em outro relacionamento que durou 3 anos. Conheceu Felipe, seu atual marido, em 1993, aos 42 anos. A relação do casal sempre foi aberta, isto é, não existe exclusividade sexual de ambas as partes, o que é acordado pelo casal. Débora e Felipe namoraram por 19 anos. Em 2012, aos 61 anos de idade, casou-se pela segunda vez, com este namorado. O casamento já tinha 5 anos de duração na época em que a entrevista foi realizada. Não há informações sobre o número de vezes que eles se envolveram com outras pessoas, nem o tempo de duração das relações extraconjugais. De acordo com a entrevistada, o motivo que a leva a sair com outros, neste casamento, é a liberdade que possuem e por ser uma aventura. Não há informações sobre a diferença de idade entre ela e o marido. Em 2014, aos 63 anos, Débora conheceu Jack, com quem namorava havia 3 anos, simultaneamente ao casamento.

O primeiro casamento e o nascimento dos filhos

Débora conheceu o pai de seus filhos quando estava com 25 anos de idade. A diferença de idade entre os dois é de 8 meses, sendo ela mais velha. Namoraram cerca de 2 anos e foram morar juntos, em um regime de coabitação. Aos 30 anos, Débora teve seu primeiro filho; aos

33, o segundo. Relatou que o marido era de uma família mais conservadora, que estranhava a sua vida por ser muito avessa aos tradicionalismos. *“A avó dele olhava pra mim e perguntava se eu tinha mãe, [...] menina solteira, que mora sozinha, mora com amiga, não com família.”* Contou que, quando foram morar juntos, fizeram festas separadas, uma para a família dele e outra para a dela, pois não queriam apresentar as famílias. Disse que se sentia uma escrava vivendo em uma época que precisa ser contrária aos tradicionalismos. *“Eu era escrava. Era uma época em que a gente era escrava, de uma coisa que não podia ser conservadora. Então, ai de quem não amamentasse um ano, ai de quem não fizesse parto normal, ai de quem fosse virgem, ai de quem chamasse o companheiro de marido! Era meio ao contrário.”*

Peculiaridades do primeiro casamento, a infidelidade do marido e suas primeiras relações extraconjugais

Débora argumentou que era de uma época em que se tinha de “manter uma certa fachada de tanta autonomia, de tanta não dependência, de tanta não carência, de tanto não controle, de tanto não nada”, o que, segundo a entrevistada, foi um grande problema. Relatou que o marido teve “milhões” de casos. Alguns ela soube, outros não. Ela também teve os seus. Para Débora, era uma condição que fazia parte da época. *“[...] era meio compulsivo, não era uma coisa muito boa não, era pra provar que não dependia dele, era pra provar que eu não precisava.”*

Segundo a entrevistada, de modo geral, suas experiências sexuais não eram motivadas pelo sexo, mas para se afirmar socialmente, para ter uma companhia, para se livrar da solidão, para ter alguém que a aceitasse incondicionalmente e, depois de casada, para não ficar dependente do marido e ter outras fontes de autoestima. As relações extraconjugais não eram divulgadas pelo casal, mas apareciam em forma de brincadeiras.

O fim do primeiro casamento e o surgimento de um novo relacionamento conjugal

Aos 35 anos Débora se separou para ficar com um professor de filosofia, 20 anos mais velho. Disse que o marido precisou correr muito para acompanhar o seu “pique”, pois ela queria se casar e ter filhos. Tempos depois, o marido, que era dentista e que depois se graduou em psicologia, acabou se casando novamente com uma ex-estagiária de Débora, fazendo, os dois – ele e a nova esposa –, parte de um mesmo grupo de estudos do qual a entrevistada tinha indicado. Declarou que é muito amiga do ex-marido. *“Eu tenho uma vida meio tribal, meu*

namorado, a ex-mulher, o marido dela, meu ex-marido, a mulher dele, somos muito amigos, viajamos juntos, fazemos milhões de eventos, jantares de família, e os filhos todos se dão, filhos de outros casamentos, então é meio tribo. Não tem nenhum tipo de problema com isso. Acho que eu tenho outro conceito de família.”

A vida conjugal após a separação

Depois da separação, a entrevistada relatou alguns relacionamentos duradouros. Com o professor de filosofia, Débora foi fiel. Disse que era apaixonada por ele, o que a acalmou. *“Eu tava tão cansada daquele esforço de ter de ser linda, de ter que ter mil amantes, de ter que criar filhos, de ter de trabalhar, de ter amigos, de ter de ganhar dinheiro, de não depender de marido... cara ... Ufa! É tão cansativo tudo que, quando eu encontrei ele, ele me deu aquele colo, aquela adoração que eu, sabe... descansei, acho que eu pude descansar disso também, que era mais um esforço pra provar alguma coisa.”* Três anos depois, ele faleceu com problemas no coração.

Cerca de dois anos depois do falecimento do filósofo, a entrevistada começou a namorar um matemático, com que também ficou por 3 anos. Contou que durante esse relacionamento saía com outros homens, o que, para ela, era uma aventura. *“O motivo nunca foi sexo, eu mal consegui aproveitar a sexualidade que eu já podia ter com meu parceiro oficial. Às vezes eu nem dava conta de tudo, às vezes nem tinha tanto prazer assim, era tudo movimento, entendeu? Assunto, aventura, um negócio meio transgressão.”* Disse que sempre foi muito correta e responsável com as coisas e que precisava fazer *“alguma coisinha proibida”*. Mas disse que, atualmente, não sente mais essa necessidade. Falou que existe um preconceito social e que os homens não paqueram mulheres velhas. Contou que um dia estava em um *show* dançando e que dois meninos, quando a viram de frente, a chamaram de *“vovó-garota”*. Disse que adorou o apelido, mas acha que ficou meio invisível para os homens.

Débora relatou que tinha uma necessidade de seduzir. Que a sedução era mais importante do que o sexo. *“A sedução era um grande trunfo e era uma companhia eterna pra mim.”* Disse que hoje não precisa mais disso para ter paz ou ter um valor.

Durante sua relação com o matemático, passou 6 meses saindo com um taxista que trabalhava em frente ao seu trabalho. Não contou para o namorado, pois, segundo a entrevistada, ele era muito frágil e que, com ele, tinha muitas barreiras. Ainda durante o namoro, Débora

conheceu “o fotógrafo”, seu marido atual, e começaram a ter um envolvimento amoroso. Contou que os filhos, na época com 10 e 13 anos, percebiam o envolvimento e pediam que a mãe terminasse com o matemático para ficar com o fotógrafo. “[...] esse matemático era chato, tinha asma, não bebia, não dançava. [...]” Na época, o pai de seus filhos pediu a ela que decidisse com quem ficaria. Ao contar para o amante sobre a conversa que teve com o pai dos filhos, ele ficou incomodado. Não admitia que o ex-marido viesse dar lição de moral e a obrigasse a largar o namorado oficial (o matemático) por causa de valores familiares. Para o fotógrafo, Débora só deveria terminar o namoro quando ela quisesse. Segundo declaração da entrevistada, por ela ser rebelde, o fato de o amante dizer que não admitia que ela terminasse com o namorado para ficar com ele, por imposição careta da família, fez com que ela terminasse o namoro com o matemático.

O segundo casamento e o contrato que prioriza o “relacionamento aberto”

Débora namorou o fotógrafo por 19 anos e há 5 anos resolveram morar juntos, estabelecendo uma união estável. Deu um prazo para os filhos saírem de casa – na época um estava com 28 e o outro com 31 anos. O casal estava junto até o momento da entrevista.

Durante toda essa relação, Débora viveu e ainda vivia na época da entrevista muitas e diferentes experiências sexuais. Frequentaram casas de *swing* e festas naturistas. Viveram experiências com outras pessoas estando juntos ou separados. Saíam para bares e festas e fingiam que não se conheciam para ver o outro com uma terceira pessoa. Contavam suas experiências para o outro. “*Ele é muito liberal e eu também sou e a gente tem uma liberdade absurda de desgrudar.*” Segundo Débora, tudo o que os outros homens achavam defeito nela, o fotógrafo achava qualidade: a rebeldia, a liberdade e a autonomia. Segundo a entrevistada, a relação não tinha os “*chavões do amor romântico*”.

Ao ser indagada sobre o que entendia por traição, Débora relatou que seu companheiro “*só se sente mal*” se ela se envolver ou estiver interessada em algum homem que ele ache interessante. “*Se for um cara, garoto, novo, eu posso ter 30 garotos novos, lindos, não tem o menor problema pra ele, ele ia até gostar, que eu me divirta. Agora se for um homem que ele ache mais inteligente que ele, mais culto que ele, mais bem-sucedido que ele, que mexa com algum ponto fraco, da autoestima dele, pode ser que ele se incomode.*” Disse que se preocuparia se o marido estivesse com alguém e a trocasse para ficar com a outra. Qualquer outra coisa que

seja “*pura diversão*” não a incomoda. Para Débora, a “*a infidelidade [...] é só mais um exercício de liberdade*”. Relatou que nessa relação cada um faz o que quer, não precisando estar juntos para satisfazer as próprias vontades. “*Então, existe um desgrude entre a gente, de liberdade, cada um faz o que quer a hora que quer, isso não abala, que a gente sabe que a gente tem um ao outro. [...] a gente sabe que a história é muito a longo prazo, que a gente vai morrer junto.*” Para Débora, nesta relação, não há um cerceamento da liberdade individual. Quanto ao sexo, a entrevistada o compreende como mais um elemento da relação, embora não seja fundamental. “*[...] você não tem que pagar esse preço pelo amor, pagar um preço de inibir o que você é, sua essência, as coisas que você quer fazer, na hora que você quer fazer.*”

Mais um relacionamento consentido: o namorado eventual inglês

Débora relatou que há 3 anos tem um namorado inglês. Contou que, quando está muito carente, o fotógrafo a incentiva a procurar pelo outro. Todos sabem do inglês: o marido, os filhos, os amigos e a esposa de Jack (namorado inglês). Relatou que todas as vezes que vai para Europa, o marido volta antes para o Brasil e ela passa mais 3 dias com o namorado. Disse que o inglês é muito rico e que ela é muito independente, conseqüentemente, a graça do relacionamento dos dois é que, com ele, ela tem “*o capricho de ser princesa*”, diz a entrevistada. Com ele, Débora frequenta os hotéis mais caros e os melhores restaurantes sem precisar pagar nada. Declarou que o sexo é legal, mas que isso não é o principal. Para ela, o principal é o fato de ele adorar sua inteligência. Contou que a relação é mais romântica que sexual.

Sobre a opinião dos filhos ante o conhecimento dos relacionamentos extraconjugais da mãe

Indagada se em algum momento o fato de viver uma relação aberta com o marido foi um problema para os filhos, ela disse que eles a respeitam e que possui uma relação de muita liberdade com os dois. Relatou que não teve uma relação de hierarquia sobre os filhos e que sempre deu segurança aos dois. Mas declarou também que o coração aperta um pouco por ter ficado pouco tempo com os filhos. “*Eu queria me divertir, eu tinha meus namorados, eu tinha que trabalhar, quando me separei, o pai foi virar jovem, estudar de novo, não tinha dinheiro, e eu tinha de sustentar as crianças, durante anos, e eu não tinha ajuda de família, então eu era muito ocupada.*” Segundo Débora, os filhos são muito caretas em suas vidas sexuais.

Sexo em si é “pobre”: a liberdade é “bem maior”

Fazendo referência ao sexo, Débora disse que achava “*esse negócio*” bem pobre e que a liberdade é maior. “*Liberdade pra mim é um bem supremo, que acho que tem que ser, tem que espalhar as ideias.*” Para Débora, a vida é muito curta para se ficar preso.

Débora ainda comentou que se envolveu com muitas mulheres, mas que acha que não se casaria com uma delas. Porém, relatou que, se ficasse sozinha e não arranjasse um namorado, talvez namorasse uma mulher. “*Eu não ia ficar sozinha de jeito nenhum, eu ia me virar, eu não tenho preconceito.*”

Impressões da pesquisadora

Fazendo uma comparação com as outras entrevistas, a narrativa de Débora é a que mais fala de “*transgressões*”. Sua liberdade é, em um determinado momento, entendida como uma escravidão, como uma norma, como uma maneira de se estabelecer no mundo.

A entrevistada tem uma educação liberal. Os pais se conheceram no Partido Comunista, tinham uma intensa vida cultural, eram intelectualizados e viviam na boemia.¹¹ Débora, que nasceu na década de 1950, é reflexo das transformações da Pós-Modernidade, vivendo em uma época que se exigia o rompimento dos tradicionalismos. A entrevistada parece ter feito isso sua vida inteira. A transgressão parece compulsória e, em alguns momentos, é possível observar elementos mais conservadores, como o namorado inglês, que a faz levar a vida de princesa, ou o namorado 20 anos mais velho, com quem ela viveu uma relação monogâmica (apenas dessa vez). A poligamia parece dar trabalho. É na relação monogâmica que ela se acalmou e viveu com mais tranquilidade – a relação monogâmica parece revelar sua dependência e fragilidade.

Quanto ao sexo, ele é usado como um negócio, isto é, como diferentes formas de se colocar no mundo. Em sua narrativa, Débora pontua o tempo todo que o sexo não era pelo

¹¹ As histórias geradas para este capítulo tinham por intenção apresentar a vida conjugal e extraconjugal das participantes. Desse modo, nem todo o material obtido através das entrevistas foi exposto no corpo do trabalho, embora, em alguns momentos, fosse fundamental para a análise dos dados. Por esta razão, poderão ser mencionados trechos inéditos ao longo do trabalho.

prazer sexual. Apenas em seu casamento atual a entrevistada fala de viver uma vida na qual tem prazer sexual.

Débora faz uma crítica à liberdade como uma fachada de autonomia, mas, ao mesmo tempo, mostra o quanto mantém a transgressão como um “*exercício de liberdade*”. O comportamento de Débora precisa ser avesso aos tradicionalismos.

2ª entrevistada → **Roberta** – Nascida em 1960, no RJ, 57 anos – branca, psiquiatra e psicanalista, camada média, residente da zona sul do RJ

“Ai eu tava lá brincando [...] e de repente me aparece aquele homem [...] eu entendo isso como uma época mais desgastada com o Paulo”

Roberta: após 10 meses de namoro, casou-se com Paulo em 1990, seu primeiro casamento, aos 30 anos de idade. Não há informações sobre a diferença de idade entre ela e o marido. O casal permaneceu junto por 10 anos. Débora não teve relacionamentos extraconjugais neste casamento. Separou-se do marido no ano 2000, aos 40 anos, após flagrá-lo com outra mulher. No mesmo ano conheceu Fernando, seu marido atual. Também não há informações sobre a diferença de idade entre ela e o marido. No início do namoro Fernando traiu Roberta. Segundo a entrevistada, por não conseguir manter uma ereção satisfatória, o marido saiu com outra mulher para saber se o mesmo aconteceria em outra relação. Depois disso, preocupado em estar com alguma doença sexualmente transmissível, contou para a entrevistada sobre a experiência extraconjugal. O casal não se separou. Neste casamento, Roberta teve uma experiência extraconjugal. Traiu o marido uma única vez. Disse que o relacionamento estava desgastado e que teve muito “*tesão*” em um homem que conheceu durante uma viagem com amigas. Não há informações sobre o ano em que essa experiência aconteceu.

Casar ou não casar? Eis a questão

Roberta disse que nunca teve a preocupação se iria se casar ou não. Dedicou-se à faculdade de medicina, envolveu-se em diversos estágios e cursos e era apaixonada pelo que fazia. Aos 29 anos se deu conta de que a maioria das amigas já tinham se casado e achou que já estava na hora de pensar nisso. “*Gente, nunca namorei por muito tempo, nem nunca casei*”, pensava. Segundo Roberta, os homens faziam parte da sua vida como prazer, como lazer, como

uma questão sexual, como companheirismo, mas o trabalho estava em primeiro lugar. A ideia de casar não passava por sua cabeça. Certa vez, um namorado comentou que, se eles se casassem, ela não poderia dar mais plantões. Roberta terminou o namoro. *“Não vai prestar... né... se nem noivou e já estamos aqui, imagina depois do casamento.”*

Enfim... casada aos 30 anos

Aos 29 anos conheceu seu primeiro marido. Estava com uma amiga em um bar quando foram interpeladas por um sujeito que parecia estar alcoolizado ou drogado. Roberta contou que nesse momento foram acudidas por um rapaz que estava no local e que era amigo de um dos sócios do bar. Começaram a conversar e acabaram *“trocando beijos”* a noite inteira. Saíram do bar às cinco da manhã e, em uma hora, Roberta teria que estar no trabalho. Suspenderam a ida ao motel e ficaram de se falar no dia seguinte. Começaram a sair e cerca de 10 meses depois foram morar juntos. Roberta contou que seus objetos pessoais ficavam distribuídos entre seu apartamento, o carro e a casa do namorado. Achou que deveriam morar juntos e fez a proposta ao namorado: *“Olha só, não aguento mais. A minha vida é uma maluquice procurando as minhas coisas, no meu quarto, ou no carro, ou aqui, entendeu? Já que vamos viver juntos, vamos resolver essa história, não tá dando mais, não aguento.”* Para o namorado era importante que ele comunicasse a decisão aos pais de Roberta. Ela achou graça. O que era importante para seus pais é que ela se casasse na igreja, mas como o namorado já tinha sido casado no religioso, não seria possível. O casamento no civil aconteceria cinco anos depois, por exigência dele. Ao todo, ficaram juntos por 10 anos.

A primeira separação: um arranjo conjugal

Roberta foi a terceira união do então namorado. Ele tinha adotado os filhos da segunda mulher. Ela e o marido não tiveram filhos. Embora não tenha deixado claro como se deu essa escolha, disse: *“Eu nunca fiz questão. Já tinha de brinde o casal de filhos dele, e é muito ruim”*. Em um primeiro momento, Roberta relatou que um dos principais motivos de sua separação foi a dificuldade de conviver com os dois filhos e a ex-mulher do marido, uma vez que algumas escolhas e decisões que foram tomadas em sua vida conjugal se davam em função da história de vida anterior do marido. *“Enquanto eu suportei o vaivém, entra filho, sai filho, entra filho, sai filho, entendeu? Ex-mulher interfere, desinterfere. [...] quando eu tentava conversar, dizer que era impossível, hora entra, hora sai, fica três meses os dois, depois fica seis meses um,*

depois troca de guarda, depois não tem ninguém, depois tem. E cada vez que os meninos saíam ele encolhia o apartamento, quando eles voltavam aumentava o apartamento.” Após a terceira mudança de apartamento, Roberta resolveu que não se mudaria mais. Segundo a entrevistada, a vida do casal era determinada pela ex-mulher do marido e, a partir da sua decisão, *“começou a confusão”* entre ela e o marido, pois a entrevistada começou a cortar as imposições da mãe de seus filhos. Contou que a ex-mulher, grávida de outro relacionamento, pedia a assistência do ex-marido quando passava mal e tinha medo de perder o bebê. Chegou do trabalho um dia e descobriu que o marido estava no hospital com a ex-mulher. Brigaram. *“Aí tem uma hora que cê começa a extrapolar, porque cê começa a ficar extremamente irritada com a situação. Vai te cansando porque é um desgaste diário com isso.”*

O fim do casamento pela traição do marido e sua luta por desforra

Nessa mesma época, o marido se encantou por uma moça que frequentava a região que eles moravam. Foi a *“gota d’água”* para Roberta. Percebendo o que estava acontecendo, falou com o marido, mas ele acabou se envolvendo naquela relação. Suspeitando que o marido estivesse com outra, ela começou a sair com um *“ex-casinho”*. Nada acontecia, mas saíam para tomar um chope, para almoçar, para jantar etc. Roberta declarou que sabia que a qualquer momento levaria um *“aguenta”*, ou seja, pelo menos um beijo aconteceria, mas enrolava o rapaz. Em um jogo da Copa do Mundo, ela, o marido e outros amigos se reuniram para assistir a um jogo na casa de um rapaz. Lá, Roberta flagrou o marido beijando a menina com quem já estava saindo. Roberta a conhecia. *“E eu não sou flor que se cheire, eu tirei o chinelo e fui de mansinho, e fui de mansinho, quando eu cheguei bem perto e falei assim ‘boa tarde’, quase matei os dois por ataque cardíaco.”* Nessa época, ela e o marido estavam hospedados na casa de sua sogra. A entrevistada não deixou que ele voltasse para casa. *“Eu tava tão puta que ele obedeceu.”* O casal se mudaria em 15 dias para outro apartamento, mas o casamento acabou se desfazendo.

O marido após a separação

A entrevistada disse que, hoje em dia, tem muita pena no ex-marido. Relatou que ele bebia bastante e que depois da separação passou a beber ainda mais. Disse que durante muito tempo ele ligava para dar notícias de alguma coisa. Depois parou. Ela contou que nunca fez esse movimento. *“Chegou um momento que fui superapaixonada por ele, mas quando acabou...”*

Eu ficava muito aflita, porque eu não tinha vontade de contar nada pra ele, essa era a questão, entendeu? Então eu usava um truque, como ele gostava muito de falar dele, ele dizia ‘ah como você está?’, eu dizia ‘estou ótima, e você?’, pronto, e ele falava, falava, falava, falava, falava, falava...’”

O segundo casamento...

Depois do casamento, Roberta começou a sair com um amigo, mas não estabeleceram um compromisso sério. *“Ele era uma pessoa ótima, mas era um desajeito absoluto, eu não gostava do beijo dele, não gostava de transar com ele, não gostava do pau dele, era um inferno.”* Segundo Roberta, os dois não combinavam, embora tivessem compatibilidade de gênios. A entrevistada relatou que na cama era um desastre. Ela dizia para o amigo: *“É um desastre. Vamos fazer uma coisa? Vamos desistir? Vai ser mais bacana, olha só, você não se estressa, eu não me estresso, vai ser uma beleza, ponto.”* Para a entrevistada, a decisão foi ótima para os dois. *“Graças a Deus, graças a Deus, galinha de marca maior, achou ótimo. Cisca em outro terreno, pelo amor de Deus, adoro, um amigão, mas...”*

É justamente esse amigo que acabou apresentando para Roberta aquele que seria seu segundo marido, quatro anos e meio depois. Segundo a entrevistada, quando eles se conheceram, ficaram, transaram e nunca mais se separaram. O casal, que está junto há 17 anos, tem um contrato de união estável. Também não tiveram filhos.

A única experiência extraconjugal

Foi nesse casamento que Roberta vivenciou uma experiência extraconjugal. Ela contou que, junto com mais três amigas, resolveu viajar para descansar. Segundo Roberta, todas disseram aos maridos que iriam para um congresso, mas, segundo a entrevistada, a desculpa foi dada para que eles não *“enchessem o saco”*. Durante a viagem, as amigas saíram um dia para dançar. Roberta relatou que adorava dançar e que o marido não dança *“nem dois para cá, nem dois para acolá”*. Declarou que não poderia dançar com outra pessoa na frente dele e que só dançava quando não estava no Rio, ou seja, quando estava longe do marido. Na viagem, Roberta acabou saindo com uma pessoa. *“Aí eu tava lá brincando, dança com um, dança com outro e de repente me aparece aquele homem, gente, uma coisa, né. Só de dançar eu pensei ‘fodeu, isso vai dar merda. Com certeza isso vai dar merda, se catucar’”*. Saíram de lá e passaram a noite juntos.

Roberta relatou que no dia seguinte se sentiu mal. Não pela relação sexual em si, pois não tinha nenhum arrependimento, mas por estar com um desconhecido, perto de uma comunidade. *“Eu fiquei muito assustada com o que eu tinha feito. Então, na verdade, eu tava assim ‘eu preciso tomar mais cuidado, eu tenho mais quinze anos pra poder colocar minha cabeça a prêmio dessa forma’.”*

Roberta contou que não disse ao marido sobre sua experiência extraconjugal e que não sabe dizer se ele já se envolveu com outra pessoa.

Foi perguntado a Roberta se, ao longo do casamento, ela quis estar com outras pessoas. A entrevistada disse que sim, mas que não queria fazer com o marido o mesmo que o ex-marido fez com ela. Para a entrevistada, o tempo de casamento não ajuda muito se não tem amizade, intimidade, laço, paixão.

A relação com o marido atual

Indagada sobre o que ela entendia daquela experiência, Roberta relatou que esta foi a única vez que saiu com outro homem e que, naquele momento, vivia uma fase desgastada com o marido. Disse que ele era uma pessoa ótima, mas que, se ela não colocasse freio, o marido era muito controlador. Contou que o marido era músico e que ficava incomodado, pois ela era a única mulher que, todas as segundas-feiras, frequentava os *shows* que ele fazia e que havia sempre muitos homens. Um dia ele disse a ela que se perdesse aquele emprego a culpa seria dela. A partir de então, Roberta disse que passou a sair para outros lugares, mas que não ficava em casa.

Sobre a vida sexual do casal, relatou que tem momentos sensacionais e outros protocolares. *“São dezessete anos juntos, né, a gente já sabe que isso vai acontecer, de uma forma ou de outra.”*

A traição do segundo marido

Indagada sobre o que ela entende por traição, Roberta divagou, falando sobre aspectos culturais. Nesse momento, declarou que houve uma fase do casamento que o marido estava com baixa autoestima e quando eles transavam ele *“broxava”*. Contou que um dia ela chegou do trabalho e que ele estava desesperado para lhe dizer que tinha transado com uma mulher e que achava que tinha contraído alguma doença. Segundo Roberta, ele não disse com quem saiu com medo de que ela fosse atrás. As únicas perguntas que ela fez foi para saber se precisava se

preocupar com sua saúde, mas acabou concluindo que não. “*Depois eu cheguei à conclusão que não, era muito mais fantasia dele, e eu fiquei chateada, mas eu não me senti exatamente traída, fiquei muito triste, mas não me senti exatamente traída, porque no fundo eu entendia o que que tava acontecendo, ele tava péssimo, ‘foi se testar’, né, mas a partir daí, foi legal*”. Fazendo uma comparação entre o primeiro e o atual marido, Roberta disse que: “*Eu não considero tudo traição, eu acho que depende da situação, do que tá acontecendo. [o primeiro marido] ele pra mim, ele me traiu. Por quê? Pela exposição, pela humilhação, a forma toda que foi, entendeu? Isso foi um desrespeito é uma... ali não tinha possibilidade de costura, de enguiço, de nada, com o tempo a mágoa, a zanga, a raiva passou.*”

Na opinião de Roberta, os homens têm muito mais dificuldade para lidar com a traição que a mulher. “*A gente quebra, joga coisa na parede, faz escândalo, arranha carro, mas...*”. Para Roberta, homens e mulheres têm desejos, a questão está em como cada um cuida desse desejo, estando em uma relação conjugal.

O acordo tácito do casal: não deve haver outras relações fora do casamento

Ao ser questionada se queria falar mais alguma coisa na entrevista, Roberta mencionou um amigo que ela acredita dar em cima dela. Falou do amigo com certo desejo, mas diz que “*por uma questão ética*” esse ela vai “*pular*”. Roberta relatou que em vários momentos se sente muito sedutora, mas que faz disso uma brincadeira. Acredita que o mesmo acontece com o marido, mas que existe um acordo tácito para que não haja outros relacionamentos. “*Não sei se é coragem do hábito, ou foi acostumado assim, né, de poder falar dessas outras coisas com seu parceiro ou sua parceira. Eu sei que têm pessoas e casais que conseguem, então acho superbacana, mas acho que [meu marido] não tem nem culturalmente, nem maturidade, nem maturidade pra isso. Eu sou um pouquinho melhor do que ele, mas também não vou muito mais longe*”.

Impressões da pesquisadora

A primeira impressão sobre Roberta é que se trata de uma mulher moderna, descolada, senhora de seus desejos, que tem o trabalho como sua grande paixão. Num primeiro momento

o casamento parece ser pouco importante – fala dos homens para a satisfação de prazeres, mas sem a necessidade de estabelecer uma relação mais estável.

Aos poucos o cenário vai mudando. A entrevistada mostra o desejo de estabelecer uma relação. O primeiro marido parece que vem para salvá-la – o homem alto, lindo, que chega para defendê-la, ao ser importunada por um bêbado/drogado.

A fala de Roberta é bastante contraditória. Enquanto tenta mostrar autonomia e independência, vai revelando certa “submissão” ao outro. O discurso moderno entra em conflito com uma prática de vida bastante conservadora. Se a todo instante apresenta um discurso da “mulher poderosa”, que “manda” e “põe limites nas relações”, ao mesmo tempo evidencia ter uma postura “conservadora” fundamentada por tradicionalismos.

Os valores de uma relação mais tradicional parecem ser facilmente identificáveis. A busca por uma relação sexual fora do casamento não evidencia, em momento algum, uma relação livre em busca de uma satisfação pessoal, mas simplesmente um acontecimento pontual em sua vida. Embora tente mostrar que tem uma “cabeça mais aberta”, Roberta mostra o valor que seu casamento e seu marido possuem para ela. Importante dizer que a entrevistada viveu duas situações em que os maridos tiveram relações extraconjugais, as quais, por diferentes circunstâncias, foram apontadas por ela como diferentes formas de traição. O marido a traiu durante uma festa, diante de outras pessoas. A “exposição” e a “humilhação” que Roberta diz ter passado com o primeiro marido são consideradas traições. No segundo casamento o marido não a expõe perante outras pessoas. Ele revela o ocorrido para Roberta, embora sua preocupação fosse ter contraído alguma doença sexualmente transmissível. Nesse episódio, Roberta não considera que foi traída e não rompe seu casamento.

3ª entrevistada → **Maria Beatriz** – Nascida em 1961, no RJ, 56 anos – branca, psicóloga, camada média, residente da região oceânica de Niterói

“Eu não tenho vida sexual [...] encontrei essa pessoa e fiquei encantada [...] encontrei o grande amor da minha vida”

Maria Beatriz: casou-se com Ricardo em 1987, aos 27 anos de idade, e o marido aos 29 anos. No ano em que a entrevista foi realizada o casal completaria 30 anos de casamento. Maria

Beatriz teve dois amantes ao longo do seu casamento. O motivo para buscar outras pessoas era a falta de sexo no casamento e a ausência de desejo por parte do marido. A primeira experiência extraconjugal de Maria Beatriz ocorreu com Ronaldo, antes de ela ter o primeiro filho (entre 1988 e 2001). Não há informações sobre a data exata de quando a experiência aconteceu. Na época da traição, a entrevistada se separou do marido, pois o casamento estava muito ruim. Ficou namorando com Ronaldo por 2 meses, quando ele viajou a trabalho para outro país. Maria Beatriz relatou que, quando ele voltou de viagem, a relação tinha esfriado. Ela, então, reatou o casamento. Em 2012 se envolveu em outra relação extraconjugal com Mário, também casado. Após 5 meses de relacionamento com o amante, a entrevistada se separou do marido, na expectativa de que ela e Mário ficassem juntos. O casal permaneceu o relacionamento por mais 4 meses, mas Mário não se separou da esposa. Maria Beatriz acabou reatando o casamento novamente.

O casamento e o nascimento dos filhos

A entrevistada casou-se aos 27 anos de idade e está perto de completar 30 anos de casamento. O marido é dois anos mais velho que ela. Realizaram cerimônias tanto no civil quanto no religioso, muito mais para realizar um sonho da mãe, relatou a entrevistada. “*Casei até mais por conta dela [...], numa cerimônia supersimples, só os amigos e os cumprimentos na Igreja.*”

O casal possui dois filhos: um menino de 14 e o outro de 24 anos. Indagada sobre a vida sexual do casal, Maria Beatriz mencionou que não possuem uma vida sexual. Relatou que nesses 30 anos de casamento a vida sexual foi muito ruim. Contou que logo no início do namoro, ainda nos primeiros contatos, ele não conseguia ter uma ereção. Segundo a entrevistada, naquela época o marido ficou muito mal com o que tinha acontecido, pois era jovem, muito mulherengo, bonito e muito assediado. A entrevistada acredita que na empolgação ele não conseguia ter ereções e, por isso, ficou muito mal. Após algum tempo as ereções começaram a acontecer. Em resposta a uma pergunta, Maria Beatriz relatou que nunca teve uma vida sexual satisfatória com o marido e que eles ficavam cerca de 5 ou 6 meses sem ter relações sexuais. “*Depois que o tempo passa, e você tem outras experiências, você vê que não foi satisfatório, né? E assim, a gente ficava meses sem ter relação.*” Disse que cobrava o marido. Perguntava o que acontecia, pois acreditava que era culpada por não fazer com que o marido sentisse “*tesão*” por ela.

“Porque tem casal que às vezes não tem oportunidade, tá muito cansado... não é uma regra, mas assim, pelo menos uma vez por semana, tenta. Mas passavam-se meses e meses e aí melhorava, mas não se sustentava isso.” Em alguns momentos, *lingerie* e filmes pornô foram formas de excitar o marido; em outros momentos, Maria se masturbava às vezes sozinha, às vezes com ele. Fazendo referência à masturbação, ela disse: *“Eu também pedia a ele. Como eu via que não funcionava, ele não tinha ereção suficiente pra gente ter alguma coisa, eu pedia”*. Nesse momento, a entrevistada declarou que hoje se permite ter outras relações.

Histórias de relações extraconjugais e a primeira separação

Contou que a primeira vez que se envolveu com outra pessoa foi em sua fase de namoro. Disse que não foi tão bom, mas que gostava da atenção e do desejo do outro para com ela. O relacionamento durou pouco tempo. Durante esta fala, Maria se recordou de outro relacionamento que teve, depois de casada, com um homem casado. *“Sabe aquela coisa de você ser bem comida e você gostar?”* Disse que o conheceu durante um curso em que ela lecionou. Sentia que ele a olhava diferente, mas nada aconteceu. Anos depois, em 2012, ele acabou fazendo contato, pedindo a indicação de um psicólogo. Disse que isso era desculpa e que ele queria uma aproximação com ela. Certo dia combinou de sair. Maria Beatriz relatou que foi muito bom e muito intenso. Contou que ficou encantada com a maneira com que ele a tratava, pelo sexo e pelo desejo que ele sentia por ela. Relata que seu casamento estava uma *“merda”* e que ela resolveu se separar na intenção de ficar com esse homem. Ao total, ficaram juntos por nove meses. No entanto, tratava-se de uma expectativa que não se concretizou. *“Existia uma expectativa minha, que não era dele, em nenhum momento ele falava, eu que criei essa expectativa e não rolou, entendeu, não rolou. E aí eu fui percebendo isso, que na verdade era apenas sexo da parte dele, mais nada. Ele tinha um desejo por mim, ele em nenhum momento ia se separar, ia tomar um outro rumo na vida dele.”* Após quatro meses separados, resolveu reatar com o marido, mas, segundo a entrevistada, o problema do sexo permanecia.

Maria ainda relatou que eles mantiveram contato por mensagens, embora não se encontrassem. Mas, no ano de 2017, ela o chamou para sair. Disse que se sentia desejada e que queria sexo. Ainda declarou que naquele momento encontrou o *“lugar daquele homem”*: fazer com que ela se sentisse desejada e que pudesse ter uma vida sexual satisfatória. Ao ser indagada se pensava novamente em se separar, a entrevistada negou veementemente. Contou que a

experiência foi muito ruim, que ela não conseguiu sustentar a separação e que não quer passar por isso novamente. Na época da entrevista, ainda vivendo esse relacionamento, Maria apresentou certa tensão em sua fala. Disse que ele estava deprimido e que suas mensagens eram cheias de “reticências”. *“As mensagens dele sempre com reticências, mas quando tá comigo fala que eu sou a terapia dele, que ele queria me ter mais vezes, mas não sustenta, não sustenta. Tem alguma questão aí, que não sustenta.”*

Opiniões sobre a extraconjugalidade

Ao ser indagada sobre o que pensa sobre relações extraconjugais, Maria Beatriz citou um livro que fala sobre essa temática. Com base nesta leitura, acredita que uma terceira pessoa na relação pode incrementá-la ou dar um “up” na mesma. Então, comentou que, se tivesse uma pessoa para manter seu casamento, seria ótimo. Ao mesmo tempo em que Maria acredita que o marido pediria o divórcio se soubesse, declarou que ele talvez saiba de alguma coisa. Indagada sobre se sentir culpada em trair o marido, a entrevistada disse que não sentia mais culpa. Relatou que se sentiu culpada quando traiu o marido ainda na fase de namoro, mas que em outros momentos não. *“Quando eu comecei a me envolver com essa pessoa, eu quis me separar, né? Eu acho que assim, quando eu vi que eu estava muito intensa na relação, eu quis porque não tava boa, não tava bem no meu casamento e a gente brigava muito. Vivendo essa expectativa, ah... encontrei o grande amor da minha vida. ‘Agora vou ser feliz’, fantasiava. Mas hoje, depois de ter passado, não me sinto traindo não, não sinto assim.”* Para Maria Beatriz, o fato de não ter uma “cama satisfatória” justifica que ela busque outras relações. Acredita que seria infiel ao marido se eles tivessem uma vida sexual satisfatória e ela procurasse outras relações.

Mais de uma separação

De repente, Maria Beatriz pareceu levar um susto. Fazendo referência à intensidade de sua relação com o homem com quem se envolveu, lembrou-se de que essa tinha sido sua segunda separação. Na juventude, antes de se envolver com o marido, namorou por 5 anos e chegou a ficar noiva, mas o noivado não perdurou. Antes de 2012 reencontrou com o ex-noivo. *“Eu reencontrei, meu noivo [...] ele ainda morava aqui e eu tava casada. Nossa! Como eu esqueci desse detalhe! Eu estava casada, ele estava solteiro. Ele um dia me procurou, a gente saiu, fomos tomar um chope, a gente acabou indo pro motel. Tinha esquecido dele, esqueci dele.”*

Maria Beatriz ainda não tinha filhos. Pediu a separação para ficar com o ex-noivo. Declarou novamente que o casamento estava uma “*merda*” e que se separou para viver o outro romance. Ficaram juntos por dois meses, quando o namorado viajou para Indonésia a trabalho. Relatou que, quando ele voltou de viagem, a relação tinha “*esfriado*” por parte dele. Naquela época o marido a procurou e, então, resolveu reatar a relação.

Quem é o pai da criança?

Maria contou, logo em seguida, que descobriu que estava grávida e que não sabe dizer, ainda hoje, se o filho é do marido ou do ex-noivo. Porém, diz que o filho é muito bonito e que parece com o marido. Naquele momento, a entrevistada relatou que voltou a ter contato com o ex-noivo, mas que ele residia em outro Estado. Disse que ele comentou que seria “*a maior felicidade da vida dele*” se ele descobrisse que era o pai de seu primeiro filho. Comentou que a “*retomada*” com o ex-noivo está mexendo muito com ela. “*Eu descobro que sou a grande paixão da vida dele e isso mexeu muito comigo. É uma pessoa que não me sai da cabeça, óbvio hoje, né, uma pessoa querida e ele também, não sai da cabeça dele, mas...*” Na época da entrevista, o ex-noivo tinha se separado da esposa e cobrava uma posição de Maria Beatriz.

A entrevistada, no entanto, dizia que não pensava em se separar. “*Meu marido tem uma marca que não sei. Ao mesmo tempo nesses momentos que eu tô com ele, em casa, eu só brinco, faço carinho, eu tento ajudá-lo. Então tem uma coisa forte ali, que eu não sei o que é. Se eu pensar nas marcas que ficam por conta de outras vidas... não sei*”

Últimas declarações

Ao ser questionada se gostaria de fazer mais algum comentário antes de encerramos a entrevista, Maria Beatriz declarou que muitas coisas ainda ficavam “*nebulosas*” em sua cabeça. A ideia de viver um novo relacionamento com o ex-noivo, até o momento da entrevista, fazia parte das fantasias de Maria Beatriz.

Impressões da pesquisadora

Maria Beatriz é uma entrevistada que, na verdade, não tem experiências de relações casuais para contar. Ela começa um relacionamento com o marido e a vida sexual era muito

insatisfatória. Maria se envolve com um amigo, em sua fase de namoro, mas, ainda assim, decide se casar. No decorrer da entrevista o marido é citado, algumas vezes, como um bom marido: é uma pessoa de “*bom coração*”, um “*bom pai*”, um “*bom amigo*”, que ajuda nas despesas de casa. São as funções deste marido. No entanto, o sexo e a intimidade parecem inexistir nesse casamento.

Os envolvimento fora do casamento, descritos pela entrevistada, parecem uma busca pelo grande amor. Maria Beatriz se separa duas vezes para investir em outro relacionamento. O casamento não vai bem, ela se envolve com outra pessoa e se separa para investir naquela história. Ela se frustra duas vezes. Na primeira, sente que o amante “*esfriou*” com ela e, ao ser interpelada pelo ex-marido, resolve reatar o casamento. No segundo, ela acreditava que o amante, também casado, se separaria para ficar com ela, embora eles não tivessem acordado isso em momento algum. Depois de quatro meses separada e envolvida num relacionamento intenso, como ela descreve, Maria Beatriz entende que não haveria a separação por parte do amante. É justamente nesse momento que ela resolve, novamente, voltar com o ex-marido.

Ao mesmo tempo que busca o grande amor, Maria Beatriz parece ter medo de ficar sozinha e, talvez por isso, não se separe. Ao longo de 30 anos de casamento, dois grandes envolvimento fora da relação conjugal. Duas separações para viver essas relações. Duas frustrações por não “*casar*” novamente.

Os filhos não parecem ter sido um dificultador para as separações da entrevistada, visto que ela se separa sem ter filhos na primeira vez e já com filhos na segunda.

4ª entrevistada → **Laura** – Nascida em 1961, no RJ, 56 anos – branca, psicóloga, camada média, residente na região oceânica de Niterói

“Ah, pelo sexo [...] como eu me casei nova [...] ter uma relação com outra pessoa seria natural”

Laura: após 5 anos de namoro, casou-se com Júlio em 1981, aos 20 anos de idade e o marido aos 24 anos. No ano em que a entrevista foi realizada o casal tinha 36 anos de casamento. Ao longo do casamento se envolveu em 5 experiências extraconjugais. Com a primeira pessoa que se envolveu saiu duas ou três vezes. O marido sabia desse envolvimento. Nas outras quatro

experiências saiu uma única vez com cada uma das pessoas. O marido não sabe desses outros encontros. Segundo a entrevistada, o marido só teve uma experiência extraconjugal. Não há informações sobre o ano em que essas experiências aconteceram. Laura disse, em um primeiro momento, que o motivo que a incentivou a se envolver com outras pessoas foi o sexo. Depois declarou que, quando entrou no climatério e teve uma diminuição da libido, sentia menos desejo sexual e foi buscar relações fora para saber o que sentia. Nessa mesma época, o casamento estava estremecido.

O casamento e o nascimento dos filhos

A entrevistada casou-se aos 21 anos, no civil e no religioso, após 5 anos de namoro, e completou 36 anos de casamento em 2017. Relatou que ele foi seu primeiro namorado sério, seu primeiro homem. Com ele, perdeu a virgindade. A diferença de idade entre ela e o marido é de 4 anos, sendo ele mais velho. Possuem 3 filhos: a mais nova tem 23, a do meio 25 e o mais velho vai fazer 35.

Indagada sobre o seu casamento, ela começou a contar que eles começaram a namorar e que *“muito rapidamente”* tiveram relações sexuais. Disse que naquela época não era muito comum ter relação, e que, atualmente, as relações já começam no motel. *“Eu acho que naquela época a gente teve uns cinco meses, quatro meses, ainda de namoro só e depois é que a gente teve a primeira relação.”* Relatou que eles sempre se deram muito bem sexualmente e que o marido sempre se preocupou em satisfazê-la e que, desde novo, era capaz de segurar o gozo para que ela tivesse satisfação. Novamente pontuou que eles sempre se deram muito bem sexualmente e que tinham relações sexuais frequentemente.

Comentou que o marido tem uma cabeça *“superaberta”* e que não é preconceituoso. Em sequência, declarou que o marido era muito ciumento. Explicou, então, que ele teve dois momentos. O primeiro momento durou até ele ter uma internação por um problema cardíaco. Até ali, tratava-se do marido com a *“cabeça aberta”*. Depois dessa internação, a personalidade dele mudou. Essa mudança ocorreu há 5 anos, mais ou menos. Desde então, acha que ele ficou deprimido, tornando-se uma pessoa mais ciumenta, *“mais cobrador, mais agressivo, coisa que ele nunca foi”*. Segundo Laura, a agressividade do marido não é física, mas ele ficou intolerante com as coisas e respondão. Para a entrevistada, o marido viu a *“morte meio de perto”* e, justamente na época, o pai faleceu. Laura contou que o sogro era uma pessoa maravilhosa, um

segundo pai. Da mesma forma que se refere ao marido, também disse que o sogro era uma pessoa “*superaberta*”. Acredita que com a morte do sogro o marido se tornou uma pessoa mais fechada e que antes era uma pessoa brincalhona e afetuosa, muito parecido com o pai.

Laura casou grávida do primeiro filho, aos 20 anos. Indagada se o casamento ocorreu em função da gravidez, ela disse que não e que já pretendiam se casar. No entanto, logo em seguida comentou que acha que o casamento foi antecipado em função da gravidez; que inconscientemente eles apressaram o processo. “*A gente já tava junto há cinco anos, a gente falava já em casar, já tava pensando em qual data, como que a gente vai fazer.*”

A vida sexual do casal e a proposta de viver um “relacionamento aberto”

Laura relatou que a vida sexual do casal mudou muito após a internação do marido, mas acredita que em função dela, não dele. Relatou que depois que entrou na menopausa ficou uma pessoa mais afastada e que o marido cobra o seu afastamento, pois, ainda hoje, é uma pessoa muito ativa sexualmente.

Indagada se existe alguma regra no casamento e na relação sexual do casal, Laura respondeu que não há regra nenhum e que “*tudo é permitido*”, isto é, “[...] *qualquer posição, qualquer fantasia, tudo pode ser trazido pra relação*”. Para Laura, eles sempre tiveram liberdade para falar sobre tudo.

Laura contou que a decisão de sair com outras pessoas aconteceu de modo muito “*natural*”, uma vez que eles sempre falavam um para o outro de suas vontades. No entanto, relatou que essa experiência não era uma coisa corriqueira. Disse que aconteceu apenas uma vez com uma pessoa conhecida do casal, que tinha mais intimidade com Laura do que com o marido. O acordo firmado era que ambos contassem ao outro quando acontecesse tais experiências.

Ao perguntar a Laura se eles já se relacionaram com outras pessoas, ela disse que sim, mas não juntos. “*Acho que ele não se incomodaria não, pelo que ele fala, mas uma coisa é falar, outra coisa é fazer. O fazer eu não sei se ele se sentiria tão à vontade, eu acredito que sim, entendeu, mas hoje eu já tenho um pouco de medo. Porque, como ele tá muito possessivo, meio diferente, eu já me questiono se ele não ficaria num acesso de ciúme, sabe? Mas isso sempre foi falado, e permitido, se quisesse.*”

Ao ser questionada sobre o que a motivava a estar com outras pessoas, a entrevistada respondeu que o interesse era pelo “*sexo*”. Disse que casou muito nova que só havia tido experiências com o marido. Acredita que o marido sempre compreendeu isso e que ele não se opôs que ela tivesse outras experiências.

Sobre as experiências extraconjugais e alguns segredos

Laura relatou que se relacionou com esse outro homem umas três vezes e que isso abriu a possibilidade de experimentar novas experiências com outras pessoas. Contou que teve cinco experiências fora do seu casamento e declarou que sabe de apenas uma experiência do marido. Ao ser indagada se o marido soube de todas as outras relações, ela disse que não. Não soube explicar porque não contou, mas disse que era uma coisa dela e não do casal. Segundo Laura, sua intenção sempre foi apenas sexo e que nunca se envolveu afetivamente com outro homem, nem nunca pensou em se separar. “*Acabar casamento, viver com outra pessoa, separar? Não tem nada a ver, nada mesmo... excepcional mesmo, aquela coisa da atração.*”

A primeira relação da qual o marido não teve conhecimento ocorreu com uma pessoa do trabalho. Ele a convidou para sair e ela aceitou. A segunda pessoa tinha escritório no mesmo prédio em que ela trabalhava. Disse que eles se encontravam no elevador, se olhavam e que rolava uma sedução. Em um dia de chuva, se encontraram e ele ofereceu carona até o metrô. Trocaram telefone e marcaram de almoçar. A coisa foi “*rolando*” até que saíram e transaram. Relatou que, com exceção do homem que o marido tem conhecimento, com todos os outros homens transou apenas uma vez.

Algumas opiniões

Laura comentou que achava mais difícil que as mulheres se envolvessem com outra pessoa pelo sexo e, por isso, acha que tem uma cabeça de homem. “*Eu acho que tenho cabeça de homem, porque o que eu vejo, eu não consigo entender por que se relaciona e tem que se apaixonar, entendeu? E a mulher tem muito isso.*” Ao ser questionada se ela acha possível sexo sem amor, respondeu que com “*certeza absoluta*”. “*São coisas independentes, entendeu? Agora acho que isso é um pensamento, uma forma de pensar que eu acho que é muito do homem.*”

Os filhos que sabem de “tudo”

Laura relata que os filhos não sabem das experiências dos pais, embora saibam que a relação do casal é muito “aberta”. Relatou que a filha é muito conservadora. “*A minha filha mais nova é muito conservadora. Muito! (risos) É até de dar arrepios. O marido dela diz que ela é velha, que ela nasceu velha.*” Comentou que a filha repreende o pai quando Laura e o marido brincam falando sobre pessoas bonitas na rua.

Acredita que, se os filhos soubessem, apenas a mais nova se incomodaria, ficando magoada e achando um absurdo. “*Ela vê muita coisa como injustiça. Ela não lidaria bem com a situação, não, nem de um, nem de outro.*”

A entrevistada comentou que a filha perguntou se ela já tinha traído o pai. Como uma boa psicanalista, diz a entrevistada, devolveu a pergunta à filha: “*O que você entende por traição?*” Laura relatou que a filha começou a falar de questões pessoais dela e do marido. “*Então na hora que eu voltei, ela entrou muito na questão que era dela, voltou pra mim e eu consegui sair ilesa.*”

Falando sobre traição

A mesma pergunta que Laura fez à filha foi feita a Laura, pela entrevistadora. A entrevistada entende que traiu o marido quando saiu com outras pessoas e manteve segredo. Para Laura, traição não é se relacionar com outra pessoa, mas quebrar a regra que foi estabelecida entre os dois. “*Eu acho que eu traí, não porque eu tenha saído com outras pessoas, mas porque eu saí e eu tinha liberdade de contar e não contei.*”

Questionada se isso afetaria o seu casamento hoje, Laura disse que acha que afetaria, mas que há alguns anos seria diferente. Falando do momento atual ela disse: “*Ele se sentiria muito magoado, exatamente por a gente ter uma liberdade tão grande e eu não ter contado.*” Comentou que o marido sempre falou muito sobre não se incomodar com a traição, mas com a deslealdade. “*Acho que isso aí ele não perdoaria, não. Não a traição que eu tô dizendo, não sair com outras pessoas, mas principalmente não abrir isso pra ele.*”

Indagada sobre o que fez com que ela traísse o marido, ela respondeu que acha que foi a mudança dele após a internação. Laura comentou que as pessoas com as quais se relacionou sem que o marido soubesse aconteceram depois dessa mudança. Em seguida, falou de sua menopausa: “*Eu não me senti confortável de levar isso pra ele, não me senti mesmo. E eu acho*

que ele tava passando por um momento... e eu acho que eu até fui muito nessa coisa de me testar, por conta dessa baixa da libido, dessa coisa da menopausa, de achar que tinha alguma coisa errada comigo. Acho que tentei me testar pra ver se era relacionada a ele, se era relacionada a mim mesma, entendeu? Eu acho que foi muito por aí. Eu me sinto desconfortável de não ter contado, não ter conversado com ele.”

Questionada se se sentiu culpada, a entrevistada argumentou que acredita que uma pessoa se sente culpada quando se acha muito responsável por aquilo. Ela acha que o que aconteceu deve-se às circunstâncias e que não foi culpa de ninguém. Disse que tudo o que aconteceu foi ótimo e que fez melhorar a relação com o marido. Para a entrevistada, o problema era dela e não do marido.

Laura acredita que o sexo seja fundamental em uma relação, que ficaria “capenga” sem sexo, tornando-se amizade. Acredita que a partir de uma determinada idade o companheirismo da relação torna-se maior e que o sexo diminui, mas não pode faltar.

Uma opinião sobre as relações extraconjugais nas relações abertas

Foi perguntado a Laura como ela entendia suas experiências com outros homens na vigência de seu casamento. Ela respondeu que essas experiências não deixam de ser relações extraconjugais. No entanto, acredita que se há um acordo preestabelecido e é algo permitido pelos dois, tais experiências só podem somar. “*Eu acho que não é extra, eu acho que é ‘intra’, faz parte.*” Para Laura, uma relação extraconjugal com envolvimento afetivo é diferente e considerou que, nesses casos, é uma traição. Indagada se é possível controlar o envolvimento afetivo, ela respondeu que não sabe dizer e que sempre foi muito apaixonada pelo marido. Reafirmou que tem cabeça de homem. Comentou que sempre viu a relação dela e do marido como completa, inteira, e que nunca se apaixonou por ninguém.

A relação do casal na atualidade

Laura comentou que ela e o marido são muito parceiros, mas que estão estremecidos por ele estar diferente. Segundo Laura, o marido está deprimido em função das situações que ocorreram em sua vida. Novamente comentou que ele ficou mais fechado e que, de vez em quando, eles se estremecem, ficam sem se falar. Comentou que uma das coisas legais que conseguiram hoje é dormir em quartos separados, mas que isso não ocorreu pela questão sexual.

Relatou que o problema é que ela gosta de dormir no escuro e no “*silêncio absoluto*” e que o marido sofre de insônias “*brabas*”, ficando acordado até as 3 ou 4 horas da manhã.

A televisão ligada durante a noite sempre foi motivo de brigas constantes. Com três filhos em casa, comentou Laura, não havia o que ser feito. Relatou que depois que a última filha se casou, sugeriu ao marido que dormissem em quartos separados. Contou que a ideia surgiu de um programa de televisão. Laura, então, reproduziu o diálogo dela com o marido: Ele: “*Pô, que você acha... hum... ele ia resolver parte dos nossos problemas*”. Ela: “*Jesus Amado, nem acredito. Você se incomoda?*” Ele: “*Eu não, você não vai me encher mais o saco, nem eu*”. Ela: “*Vamos! (risos) e quando a gente quiser...*”. Laura relatou que a filha se casou em abril de 2017 e que a partir de agora, quando eles querem, se “*encontram*” no apartamento.

Mesmo quando transam, relatou Laura, cada um dorme no seu próprio quarto. Disse que no quarto dela não tem televisão e que por isso o marido volta para o quarto dele. “*Ele acaba levantando, dá um beijinho aqui e.... fui.*” Laura passou algum tempo dizendo que entende o problema da insônia do marido. “*Quem tem insônia, quer poder estar no seu quarto, deitado, com a sua televisão.*” Segundo Laura, o fato de dormirem em quartos separados melhorou a relação.

Impressões da pesquisadora

Laura casou-se grávida, aos 20 anos. Diz que a gravidez acelerou o casamento, mas que isso já era um desejo do casal. Fala de ser apaixonada pelo marido e que a vida sexual dos dois sempre foi muito satisfatória. Começa a entrevista dizendo que o marido sempre teve uma cabeça aberta e que não tinha preconceitos, mas em seguida diz que ele era ciumento. Fala de duas fases díspares no casamento. É na primeira fase que ela comenta que o marido é mais aberto. Na segunda fase, quando o marido passa por um problema de saúde, aponta uma forte mudança no comportamento dele. Segundo Laura, o marido fica mais agressivo, “*reclamão*” e ciumento. Embora comente sobre a mudança no gênio do marido, se culpa por estar afastada dele – seria por razão da sua menopausa.

Embora não use a expressão “*relacionamento aberto*”, a entrevistada disse que ela e o marido viviam uma relação em que os dois podiam se relacionar com outras pessoas e que isso deveria ser comunicado. Ela tem relações com um homem e depois com a esposa desse mesmo

homem. O marido sabe sobre esses encontros. No entanto, Laura fala de outras quatro relações que o marido não soube, o que ela considerada uma traição, pois vai de encontro ao acordo estabelecido entre os dois. Ao todo, saiu com quatro pessoas sem que o marido soubesse. Acredita que isso seria uma decepção para o marido, não pela infidelidade, mas pela falta de lealdade. Porém, não fica claro o motivo de ter guardado algumas relações em segredo.

Laura diz que os filhos são mais reservados, no entanto, ela e o marido não contam sobre o acordo dela e do marido. Comenta que o casal dorme em quartos separados. Ainda que diga que essa escolha melhorou o relacionamento do casal, só tomaram essa atitude depois que os 3 filhos saíram de casa.

Importante ressaltar que, embora a entrevistada diga que a relação do marido era de muita liberdade, ao mesmo tempo ela fala das regras estabelecidas para a “relação aberta”. Comenta que o marido vai contra um comentário dela ao mostrar um homem interessante, ainda que tenha feito isso de forma sutil. Sem contar as vezes que sai com outros homens sem que o marido saiba.

5ª entrevistada → **Giovana** – Nascida em 1964, em MG, 53 anos – branca, advogada, camada média, residente da zona sul do RJ

“Era uma relação de curiosidade [...] todas foram ruins [...] pura sedução”

Giovana: após 2 anos de namoro, casou-se com Leandro em 1985, aos 21 anos de idade e o marido aos 25 anos. No ano em que a entrevista foi realizada o casal tinha 32 anos de casamento. Começou a se envolver em experiências extraconjugais mais ou menos 8 anos após o casamento (por volta de 1993, aos 29 anos de idade). Entre 1993 e 2004 se envolveu com cerca de 20 pessoas fora do casamento. O marido tem conhecimento de pelo menos 5 casos de Giovana. O marido também viveu relações extraconjugais. De acordo com a entrevistada, o motivo que levou a sair com outras pessoas foi: fazer uma comparação entre o sexo com outros homens e

o sexo com o marido, curiosidade, sentir-se desejada, sentir-se poderosa em virtude de sua sedução.

O casamento

Ela e o marido se casaram com 21 e 25 anos, respectivamente, e têm 32 anos de casamento. Tiveram dois filhos: um menino em 1987 e uma menina em 1989. Mudou-se para o Rio de Janeiro no ano de 1985. Relatou que cerca de 8 anos depois começou a ter curiosidade em ter uma relação extraconjugal. Contou que uma amiga do trabalho vivia essas experiências frequentemente e que as partilhava com Giovana. O assunto era corriqueiro na conversa das amigas, aguçando ainda mais a curiosidade da entrevistada.

A primeira experiência extraconjugal: por curiosidade

A primeira experiência extraconjugal de Giovana ocorreu em uma fase em que ela sentia-se “*exuberante*”. Contou que já tinha os dois filhos, que não queria outros. No mesmo período de tempo se envolveu com duas pessoas: um colega de trabalho e um professor. Com o colega, a experiência foi um “*fracasso*”. Já com o professor, o relacionamento se alongou por um tempo. Indagada se havia um apaixonamento, a entrevistada disse que não. Declarou que ele ocupava um cargo de poder e que isso a seduzia. Ao mesmo tempo, sentia-se desejada e admirada. Contou, no entanto, que não sentia muito prazer na cama. Ao ser questionada se a relação entre ela e o marido era boa, Giovana disse que era muito boa e que “*precisava ter certeza disso*”. “*Cada vez que eu experimentava, eu dizia: ‘Nossa! O meu é bom mesmo, né?’ Então, eu voltava pra casa, assim: ‘Nossa! É muito melhor!’ Ao longo do tempo, enquanto eu tô naquele processo de me sentir a mulher, a gostosa, a desejada, manter a relação sexual paralela me deixava bem com meu ego.*”

Na época em que estava com o professor, Giovana e outra amiga, que também vivia experiências extraconjugais, conversavam muito sobre suas experimentações. Os casais tornaram-se amigos e, quando saíam, o assunto “*traição*” costumava vir à tona. “*A gente meio que tava numa proposta libertária, sabe? Tipo assim: ‘Vamos experimentar uma relação extraconjugal aberta? Vamos experimentar a troca de casais entre a gente?’ E a gente evoluiu pra isso.*” Mas antes que os casais passassem juntos por essa experiência, o marido de Giovana descobriu que ela estava tendo um caso com o professor.

A descoberta do marido

De acordo com Giovana, suspeitando da traição, o marido começou a investigá-la. Em um primeiro momento, seguiu a esposa e a viu com o professor. Nessa época, eles ainda não tinham um caso, mas o marido não ficou muito convencido quando a esposa disse que não tinham nada. *“Ele ficou com a pulga atrás da orelha. E aí eu acho que ele deve ter me vigiado mais tempo, ele deve ter ficado desconfiado ao longo do tempo.”* Ainda desconfiado, o marido armou um flagrante durante uma viagem com o outro casal: *“Aí num final de semana [...] ele estimulou essa minha amiga e eu a sairmos pra comprar bebida, só nós duas. Botou um gravador dentro do carro. Acho que ele imaginou que ele ia flagrar e deu certinho porque a gente só falou disso”*. Quando o marido perguntou novamente a Giovana se eles tinham um caso, ela mais uma vez negou. Quando o marido mostrou a gravação, Giovana não tinha como argumentar. *“Então, já que você gravou... Você chegou aí a um ponto que agora a decisão é sua. Eu tô nas suas mãos. Não tenho nada pra te propor.”* Quando o marido perguntou se eles se separariam, Giovana falou sobre a curiosidade de estar com outros homens e o desejo de permanecer com o marido. *“A decisão é sua. Se perguntar se eu quero, eu não quero me separar de você. Ao contrário, eu nunca pensei em me separar de você. Nunca quis estar com essas pessoas. Esse professor, eu nunca amei esse cara nem pensei estar com ele. Nunca pensei em abrir mão do nosso casamento. Era uma relação de curiosidade.”* O marido decidiu que ficariam juntos e assumiu para Giovana que também tinha relações extraconjugais e, então, ficou *“elas por elas”*.

O relacionamento aberto: experiências, pactos e atravessamentos

Giovana contou que foi uma fase muito sofrida para os dois, mas, ao mesmo tempo, declarou que a relação ficou mais apimentada. *“Opa! Então, ele pode querer outra mulher. Eu achava que não, que ele era só meu e que eu nunca o perderia.”* Conversaram sobre o acontecido e decidiram experimentar um relacionamento aberto, estabelecendo um pacto: ambos contariam ao outro quando saíssem com alguém.

Giovana relatou que o professor chegou a sugerir que tivessem um filho, mas ela não tinha a intenção de se envolver com ele. *“Eu tô muito bem com o meu marido. Isso aqui é sexo.”* Em um dado momento, fala em se sentir atraída por homens que tinham poder.

Indagada se ela e o marido viveram relações com outras pessoas, disse que sim. Tiveram experiências de *swing* com o casal que conversavam sobre relacionamento aberto.

Disse que foi ruim, pois odiou se relacionar sexualmente com o marido da amiga e achou que ela adorou a experiência com seu marido. *“Foi uma vez, mas eu morri de ciúme, morri!”* Giovana descreveu várias outras experiências que viveu com o marido: fazer sexo no mesmo ambiente que o casal, mas sem haver troca entre os pares; fazer sexo junto com o casal e uma menina da faculdade que era apaixonada por ela; frequentar casas de *swing*, sendo o marido mais *voyeur* e ela sem ser penetrada. Contou que nunca transou com o marido e outras mulheres. Relatou que o marido gostava de ver, mas que acha que ele não ficava muito à vontade. *“Percebi, ao longo desse tempo, que [ele] era puramente um voyeur. É um voyeur. Ele é muito melhor comigo sozinha do que em qualquer ambiente. Ele fica tímido. Ele não tem uma ereção legal. Entendeu? Ele não tem um gozo gostoso. Ele demora ou às vezes não goza. Ele curti a ver.”* Às vezes saíam dali sem se relacionar sexualmente com ninguém, deixando para fazer isso quando chegavam em casa.

Giovana declarou que ela e o marido combinaram que não repetiriam as relações com outras pessoas: seria apenas uma saída. Para eles significava uma maneira de não se apaixonarem e de perderem o outro. No entanto, disse que não cumpriu o acordo.

Giovana relatou que tinha vivido essas experiências sem viver nenhum momento de paixão, mas acabou citando um caso com uma pessoa de outro estado que ela teve vontade de estar junto. *“Pra não te dizer que não teve nenhum momento de paixão, eu tive um relacionamento à distância com um sujeito de Vitória que... é... eu, eu cheguei a ter, assim, muita vontade de tá com ele. Fiquei um pouco encantada por ele. Mas também durou pouco. Durou pouco porque não houve reciprocidade. A nossa... Eu acho que aí ele queria de mim mais o sexo e eu queria dele um pouco mais. E, aí, infelizmente, havia uma distância e isso não evoluiu.”* Disse que nos outros relacionamentos era muita fria, de uma forma *“muito masculina”*: *“Era sexo, não amor. E eu pregava isso.”*

Giovana declarou que tinha muita curiosidade de estar com outros homens e que queria comparar com o marido. Mas, a todo instante, declarou que o sexo com outras pessoas era ruim.

Os segredos

Foi perguntado a Giovana se ela viveu outras experiências sem que o marido soubesse. Segundo a entrevistada, mais de vinte relações: cerca de dez casos antes de estabelecer o relacionamento aberto e mais uns dez casos depois que resolveram ter o relacionamento aberto.

“Eu, eu achava, assim, eu tinha um número de experiências que me envergonhava contar pra ele. Então, eu escolhia o que eu ia contar. Eu não contava todas.” A entrevistada relatou que o marido soube apenas de cinco casos.

Traição e infidelidade

Indagada sobre como entendia a traição e a infidelidade, disse que a primeira estava no campo dos sentimentos. Não queria que o marido se envolvesse em outros relacionamentos, mesmo sem amor, mas não terminaria o casamento em função de uma relação extraconjugal. *“Eu não me sentiria traída nesse aspecto. E ele é uma pessoa tão disponível e dedicado a mim, tão apaixonado, e que eu, eu acho que pra ele isso é muito claro. Não creio que ele tenha amado alguma outra pessoa que não eu. Ele, ele não me deixa espaço pra, pra achar isso. E olha que eu me, eu me considero uma pessoa atenta, sagaz.”* Acredita que tenha traído o marido com o cara do outro estado, com quem se envolveu afetivamente, mas que nunca pensou em se separar.

O que os filhos pensariam?

Indagada se os filhos sabiam do acordo dos pais, ela respondeu veementemente: *“Nunca! Não!”* Para Giovana, seria um problema se eles soubessem hoje, mas acha que um dia poderá contar. *“Eu acho que é o desencanto. Não sei se estão maduros pra isso. Eu acho que eu poderia contar quando eles vivessem uma experiência parecida e tivessem alguma dificuldade e abrisse pra mim. Eu ia diminuir o sofrimento deles dizendo: ‘Olhe, isso é supercomum, normal’.”* De acordo com a entrevistada, apenas nessa situação ela contaria. Mas declarou que diz aos filhos que jamais se separaria do pai se *“ele a traísse”*.

A opinião sobre as relações monogâmicas

Foi perguntado a Giovana o que ela pensava sobre as relações monogâmicas. Em um primeiro momento ela respondeu que são hipócritas. Então refaz o raciocínio dizendo que hoje vive uma relação monogâmica. *“Eu acho que eu tirei todas as minhas dúvidas, não é? Eu vivi todas essas experiências que me trouxeram para uma certeza no meu relacionamento. Felizmente meu casamento não acabou por isso.”*

Para Giovana os homens são muito menos monogâmicos e achava que isso é machismo. *“Pode ser também um preconceito meu. Porque eu não consigo medir isso. [...] Eu observo a mulher, mais casta. A mulher olhando pra essa coisa do sexo com amor, né?, da*

cobrança. E eu, eu não vivi isso. E eu acho que isso tem a ver com a minha formação familiar. Eu acho que isso tem a ver com essa característica de vir de uma família de um monte de homens. E homens mulherengos. Homens que podem ter várias mulheres.”

Renovando o contrato

A entrevistada declarou que atualmente não tem vontade de se envolver com outras pessoas e que, ao longo do tempo, percebeu que não precisava mais viver aquilo e que era em casa que ela tinha o que procurava. *“Eu não preciso disso, né? A minha, a minha realização tá em casa. É aqui que eu encontro o que eu busco. E eu não preciso de um pênis maior ou de um sujeito que exerça poder. Hoje, né? Eu olho pra trás eu vejo isso.”* Contou que em um determinado momento decidiu que não queria mais lidar com o relacionamento aberto e que o pacto com o marido mudou: *“Olha, o negócio é o seguinte: a partir de hoje, se você tiver que fazer, não me conta. Não quero mais saber. Então, faça o que você quiser, mas nunca me conte, nem me deixe saber. Saiba fazer.”*

Giovana disse que viveu todos os relacionamentos que quis, que tirou suas dúvidas e que também conheceu o lado ruim dessa história. Para Giovana, *“seduzir dá muito trabalho”*. *“Seduzir dá muito trabalho. E aí você trai... pô, você tem que tá com a calcinha legal, depiladinha. Eu já passei dessa fase. Não tenho mais saco pra isso.”* Para a entrevistada é muito chato precisar ficar escondendo as coisas. Disse que ainda hoje é muito cantada, mas que *“não dá bola”*, pois não tem mais vontade de estar na cama com outras pessoas. Declarou que entrou no climatério e que a libido diminuiu, mas que desde os 40 anos não saía com outras pessoas.

A mágoa e a culpa

Giovana contou que o marido teve muita mágoa ao saber do envolvimento dela com o professor, pois tinha medo de perdê-la. Foi um relacionamento longo, além de ter sido a pessoa com quem Giovana o tinha traído. A entrevistada contou que naquela época o marido ficou mal, foi fazer terapia, os cabelos embranqueceram *“de uma hora para a outra”*. Sentiu-se culpada. *“E aí eu falei: ‘Meu Deus do céu! Se esse homem adoecer, tiver um câncer, a culpa vai ser minha, por causa disso’. Vivi um pouco de drama com isso. Com medo de ser a causadora de algum mal na vida dele.”* Esse foi o único episódio em que Giovana confessou se sentir culpada.

Últimas declarações

Ao ser questionada se queria dizer mais alguma outra coisa, ela relatou outra experiência fora do casamento, durante uma viagem para um congresso. Contou que cruzou com um homem, fora do hotel, e se olharam. Ao voltar para a hospedagem viu que o rapaz estava sentado na recepção – ambos estavam no mesmo hotel. Novamente se olharam e ela subiu para o quarto. Poucos minutos depois a campainha tocou. Ela abriu a porta nua. Ele a fez ter prazer, sem penetração, e depois disso ela o colocou para fora do quarto. *“Não deixei. Não deu conta. Nem me penetrou. Acho que a gente ficou ali só numa, numa masturbação e tal. Ele, sim, me tocou e me chupou. E aí eu gozei. E aí ele foi embora.”* Giovana dizia ao rapaz que estava morrendo de vergonha: *“Não. Tô morrendo de vergonha! É, não, isso nunca me aconteceu antes. Não, vai embora. Eu tô suja. Vou tomar banho’. E aí ele saiu”*. Relatou que foi *“má”* e que *“abusou do cara”*. *“Eu usei o sujeito. Isso me aconteceu algumas vezes, assim, de encarar essa relação extraconjugal, também, como um desejo de usar o homem. É muito curioso isso que tá me vindo à tona. Muitas vezes: ‘Não, vou usar mesmo’. Quando o cara vier, não quero mais não.”* Para Giovana, era uma *“revanche”*. Se os homens usavam as mulheres, ela poderia fazer o mesmo.

Impressões da pesquisadora

No momento da entrevista Giovana estava casada há 32 anos. É uma mulher que faz o tipo *“poderosa”*, tem uma boa condição de vida e parece ser a grande matriarca. Vinda de uma família machista, como ela mesma pontua, a entrevistada não vive uma relação em que se sujeita ao outro. Depois de oito anos de casamento, teve curiosidade de viver relações fora do casamento. Comenta que tinha uma ótima relação com o marido e que tinha curiosidade de saber se ele era um bom *“comedor”*.

O trabalho de Giovana faz com que ela tenha contato com homens poderosos e esse poder a atraía. Não para ser subalterna ao homem de poder, mas para saber o quanto era poderosa também. De todas as relações fora do casamento, disse que nunca teve prazer sexual com ninguém; no entanto, fazia com que os homens a desejassem e a procurassem. Teve afeto apenas por um deles, mas não foi recíproco. Poderia ter se encantado justamente por não conseguir seduzi-lo? Diz que usou muitos homens – era uma revanche.

Embora diga que o marido é tudo o que queria, coloca o relacionamento em jogo. O marido também tinha relações com outras mulheres, mas isso praticamente não aparece na entrevista. Ela é poderosa, que sai com outros homens – uns 20, segundo ela. Acredita que o marido não tenha tido muitas relações.

Em um dado momento, fala de como fez o marido sofrer quando se envolveu por mais tempo com um homem. O sofrimento, segundo ela, não estava na traição, mas no medo que ele tinha de perdê-la.

A mulher liberal, poderosa, despojada, mostra suas amarras em alguns momentos: quando disse que os filhos ficariam desencantados caso soubessem da história dos pais, quando disse que não podia contar para o marido a quantidade de relações que teve, pois o número era muito alto, quando sente vergonha pela maneira com que se relacionou com um homem num congresso.

Considerações preliminares

Conforme pode ser observado no Quadro 1, e a partir das sínteses e das narrativas das cinco mulheres entrevistadas, algumas considerações são importantes para o processo de análise.

A pesquisa se fundamentou em entrevistas realizadas com cinco mulheres, brancas, com idades entre 53 e 66 anos, sendo quatro nascidas na década de 1960 e, apenas uma, no início da década de 1950. Três eram residentes da Zona Sul do Rio de Janeiro e duas eram residentes da região oceânica de Niterói. Todas as entrevistadas faziam parte da classe média e possuíam ensino superior, sendo três delas psicólogas, uma médica psiquiatra e psicanalista e uma advogada. Todas as entrevistadas trabalhavam, atuando em sua área de formação.

No momento da entrevista, todas as participantes estavam casadas.¹² Três entrevistadas, Maria Beatriz, Laura e Giovana, permaneciam casadas com o primeiro marido. As três casaram no civil e no religioso. Maria Beatriz se casou aos 27 anos e estava próximo de completar 30 anos de casamento. Não há informação sobre quanto tempo o casal namorou antes de casar. Laura se casou aos 20 anos, depois de 4 anos de namoro. Estavam casados há 36 anos. Giovana, aos 21 anos, se casou após 2 anos de namoro. O casal permanecia junto há 32 anos.

¹² As expressões “casada” ou “casamento”, que serão utilizadas neste capítulo, não fazem menção a uma união judicial ou religiosa, mas às relações conjugais estáveis das entrevistadas, vivendo com os parceiros.

Débora e Roberta tiveram dois casamentos. No caso de Débora, o primeiro casamento aconteceu quando ela estava com 27 anos. O casal viveu um regime de coabitação por 8 anos, indo morar juntos após dois anos de namoro. Aos 61 anos, Débora foi morar com um namorado com quem estava há 19 anos. Na época da entrevista, viviam há 5 anos sob o regime da união estável. Já Roberta, casou-se pela primeira vez aos 30 anos, após 10 meses de namoro. Quando completaram 5 anos morando juntos, o casal oficializou o casamento no civil. O segundo casamento ocorreu quando a entrevistada estava com 40 anos. Não há informações sobre o tempo de namoro antes de o casal morar junto. Vale ressaltar que, além de Débora e Roberta, que se separaram de seus primeiros maridos e se casaram pela segunda vez, Maria Beatriz se separou duas vezes do marido, embora tenha reatado o casamento, permanecendo em matrimonialidade até o momento da entrevista.

Quanto à diferença de idade entre os casais, observa-se que todos os maridos eram mais velhos que as mulheres, com exceção de Débora, em seu primeiro casamento, sendo ela oito meses mais velha que o ex-marido. Não há informações sobre seu segundo casamento, assim como não há informações sobre Roberta. A diferença de idade entre Maria Beatriz e o marido é de 2 anos. Tanto para Laura quanto para Giovana, a diferença é de 4 anos.

A idade que as mulheres tinham quando iniciaram seus primeiros relacionamentos amorosos se assemelham, embora duas entrevistadas não sejam precisas em suas informações: Giovana, 13 anos, Laura, 12 ou 13 anos, Maria Beatriz, 13 ou 14 anos, Roberta, 14 anos e Débora, 15 anos. Com relação à idade que tinham quando perderam a virgindade, Giovana disse que perdeu com 13 anos, com o marido; Laura perdeu aos 16 anos, com o marido; Maria Beatriz perdeu com 19 ou 20 anos, com um namorado; Roberta perdeu com 15 ou 16 anos, com um namorado; Denise perdeu aos 17 anos, com um namorado. Todas já tinham perdido a virgindade quando casaram.

Das cinco entrevistadas, apenas Roberta não teve filhos. Seus dois maridos já tinham passado por outro(s) casamento(s) antes de se casarem com ela, e ambos já tinham filhos. Apesar de dizer que não faria diferença ter filhos, Roberta não relata o motivo por não ter engravidado. Débora, Maria Beatriz e Giovana tiveram dois filhos e Laura, 3 filhos. Embora Laura tenha casado grávida do primeiro filho (o filho nasceu quando ela estava com 21 anos de idade), com exceção dessa primeira gravidez, ela, Maria Beatriz e Débora tiveram filhos entre 30 e 33 anos. Maria Beatriz teve seu segundo filho depois dos 40 anos. Já Giovana teve seus dois filhos em idade mais nova: o primeiro com 23 anos e o segundo com 25 anos.

No que diz respeito aos envolvimento fora do casamento, Débora, Roberta, Laura e Giovana relataram experiências sem a presença de envolvimento afetivo. Roberta foi a única, dentre as quatro citadas, que viveu apenas uma experiência, durante uma viagem. Débora e Giovana foram as duas que relataram mais experiências sexuais fora do casamento. Ambas falam de relações breves, algumas com apenas um único encontro, e relações mais duradoras. Mesmo nestes casos, em momento algum falam de um apaixonamento nessas relações. Diferentemente de Débora e Giovana, todas as relações que Laura teve fora do casamento foram muito breves. Apenas em um dos casos ela declarou três encontros. Todos os outros foi de apenas um encontro. De modo distinto das outras entrevistadas, Maria Beatriz relatou que teve duas experiências extraconjugais durante seu casamento. No entanto, nas duas relações houve um apaixonamento por parte da entrevistada e o desejo de estabelecer uma união mais estável com os amantes. Nos dois casos, a entrevistada se separou do marido em busca de viver uma nova história. No entanto, nas duas tentativas, as relações não foram adiante e ela acabou reatando com o marido.

Ao verificar o Quadro 1 apresentado, observa-se que as participantes podem ser divididas em dois grupos distintos: aquelas que fazem parte de uma relação em que se estabelece um contrato que autoriza que as partes envolvidas vivenciem experiências extraconjugais e as relações nas quais não existe um contrato e que a exclusividade sexual parece ser estabelecida de maneira tácita. Débora, Laura e Giovana fazem parte do primeiro grupo, enquanto Roberta e Maria Beatriz, do segundo.

No caso das participantes do segundo grupo, as experiências extraconjugais não são expostas para os maridos. Essa discussão nem sequer aparece durante as entrevistas, uma vez que, implicitamente falando, o contrato de casamento era de relação monogâmica. Para as participantes que fazem parte do primeiro grupo, nota-se que, mesmo após o estabelecimento de um “relacionamento aberto”, as três entrevistadas admitem que os maridos não sabem de todas as vezes que saíram com outras pessoas, ainda que a divulgação do fato fizesse parte do contrato.

Ao longo das entrevistas, as participantes declararam fatos que as motivaram a se envolverem em encontros extraconjugais. Débora, ao longo de toda a entrevista, fala de liberdade e autonomia. No primeiro casamento, entretanto, segundo a entrevistada, as relações fora do casamento funcionavam como algo compulsivo, na intenção de provar para si mesma que não dependia do marido. Quanto ao segundo casamento, as relações extraconjugais faziam parte do acordo estabelecido entre o casal. No caso de Roberta, a entrevistada declarou que seu

relacionamento estava desgastado e que o marido era controlador. Maria Beatriz relatou a abstinência de sexo com o marido e que sentia falta de se sentir desejada, embora tenha comentado que o marido era uma boa pessoa e um bom pai. Disse que, nos dois casos em que se envolveu, a relação no casamento estava ruim. Quanto a Laura, a relação extraconjugal acontecia pelo desejo de estar sexualmente com outras pessoas. Porém, nos últimos cinco anos, ela relatou mudanças na personalidade do marido, gerando conflito entre as partes, além de ter entrado na menopausa e, por isso, queria testar sua libido. Para Giovana, a curiosidade em se relacionar sexualmente com outros homens era uma maneira de compará-los com o marido. Tanto Débora quanto Laura e Giovana, que estabeleceram com os maridos que teriam um “relacionamento aberto”, declararam possuir uma ótima relação com os maridos.

Após a apresentação dos resultados obtidos por meio das entrevistas, no próximo capítulo será realizada a análise dos resultados.

5. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Com base nos resultados apresentados no capítulo precedente, foi realizada a análise de dados, em busca de desvelar os conteúdos das narrativas das participantes. Essa análise se alicerçou na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin e foi produzida a partir do diálogo entre o material empírico e a teoria descrita nos capítulos anteriores.

Por meio de uma comparação contrastiva do material coletado em cada entrevista, semelhanças e diferenças foram ressaltadas. O conteúdo foi então dividido em duas categorias principais, contendo os dados mais relevantes para o estudo desta tese: as experiências extraconjugais no interior da conjugalidade – sentidos, contextos de ocorrência e distinções de gênero; relações extraconjugais – a permanência de valores de gênero conservadores e sua materialização nas práticas amorosas e sexuais. As duas categorias se subdividem em subcategorias de análise. Dessa forma, foi possível estabelecer uma maior compreensão dos sentidos e significados por trás das experiências extraconjugais vividas pelas mulheres que participaram da pesquisa.¹³

Por fim, antes de discorrer sobre a análise dos dados expostos no capítulo anterior, com a finalidade de produção de mais uma importante síntese dos eventos representativos das histórias conjugais, bem como o momento de sua ocorrência nas histórias conjugais, será apresentado a seguir o Quadro 2, no qual se pode observar a reunião dos dados concretos e datas dos eventos das experiências extraconjugais.

¹³ Assim como no capítulo anterior, neste capítulo, todas as palavras ou frases que estiverem em itálico ou entre aspas são trechos retirados das entrevistas.

Quadro 2: Histórias das experiências extraconjugais no âmbito dos relacionamentos duradouros

Débora	Roberta	Maria Beatriz	Laura	Giovana
1º Casamento	1º Casamento	Um único casamento	Um único casamento	Um único casamento
<p>Marido: Jorge Ano: 1978 Idade dela: 27 anos Idade dele: 27 anos Diferença de idade: 8 meses (ela é mais velha) Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: não informado Nº de vezes: não informado Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: não informado Nº de vezes: não informado Motivo dela: provar que não dependia do marido, transgredir, fazer alguma coisa proibida Duração do relacionamento: 8 anos Ano da separação: 1986 Idade dela quando se separou: 35 anos</p>	<p>Marido: Paulo Ano: 1990 Idade dela: 30 anos Idade dele: não informado Diferença de idade: não informado Relações extraconjugais dela: não Nº de pessoas: não se aplica Nº de vezes: não se aplica Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: 1 pessoa Nº de vezes: não informado Motivo dela: não se aplica Duração do relacionamento: 10 anos Ano da separação: 2000 Idade dela quando se separou: 40 anos</p>	<p>Marido: Ricardo Ano: 1987 Idade dela: 27 anos Idade dele: 29 anos Diferença de idade: 2 anos Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: 2 pessoas Nº de vezes: não informado Relações extraconjugais dele: não Nº de pessoas: não se aplica Nº de vezes: não se aplica Motivo dela: ausência de sexo no casamento e marido não tem desejo sexual Duração do relacionamento: 30 anos Ano da separação: se separaram por duas vezes, mas reataram o casamento Ano da primeira separação: 2001 Tempo de separação: 4 meses Ano da segunda separação: 2012 Tempo de separação: não informado</p>	<p>Marido: Júlio Ano: 1981 Idade dela: 20 anos Idade dele: 24 anos Diferença de idade: 4 anos Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: cinco Nº de vezes: na primeira relação, de 2 a 3 encontros. Em todas as outras, apenas um encontro Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: 1 pessoa Nº de vezes: não informado Motivo dela: sexo, diminuição da libido, estremecimento com o marido Duração do relacionamento: 36 anos Ano da separação: não se aplica. Continuavam casados até 2017</p>	<p>Marido: Leandro Ano: 1985 Idade dela: 21 anos Idade dele: 25 anos Diferença de idade: 4 anos Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: cerca de vinte pessoas Nº de vezes: não informado Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: não informado Nº de vezes: não informado Motivo dela: fazer uma comparação sexual entre os outros homens e o marido, curiosidade, sentir-se desejada, seduzir o outro Duração do relacionamento: 32 anos Ano da separação: não se aplica. Continuavam casados até 2017</p>
2º Casamento	2º Casamento			
<p>Marido: Felipe Ano: 2012 Idade dela: 61 anos Idade dele: não informado Diferença de idade: não informado Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: não informado Nº de vezes: não informado Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: não informado Nº de vezes: não informado Motivo dela: aventura e liberdade entre o casal Duração do relacionamento: 24 anos (19 anos de namoro e 5 de casamento) Ano da separação: Não se aplica. Continuavam casados até 2017 Idade dela quando se separou: não se aplica</p>	<p>Marido: Felipe Ano: 2004 Idade dela: 44 anos Idade dele: não informado Diferença de idade: não informado Relações extraconjugais dela: sim Nº de pessoas: 1 pessoa Nº de vezes: uma única vez Relações extraconjugais dele: sim Nº de pessoas: 1 pessoa Nº de vezes: não informado Motivo dela: casamento desgastado e “tesão” Duração do relacionamento: 17 anos (4 anos de namoro e 13 de casamento) Ano da separação: não houve separação. Continuavam casados até 2017 Idade dela quando se separou: não se aplica</p>			

As experiências extraconjugais no interior da conjugalidade: sentidos, contextos de ocorrência e distinções de gênero

Motivos condutores da experiência extraconjugal

Um levantamento realizado por Mirian Goldenberg (2006, 2011) mostrou que 47% das mulheres pesquisadas já haviam vivenciado relações fora de seus relacionamentos conjugais. Já os homens apresentam um percentual de 60% entre os pesquisados. A diferença é pequena, especialmente se for comparado com épocas passadas, anteriores ao século XX, nas quais as mulheres eram punidas severamente por suas relações extraconjugais (CHAUÍ, 1991; ARAUJO, 2002; GIDDENS, 2003; DANTAS, 2010; SOARES, 2013).

Goldenberg relata que os motivos que levam homens e mulheres a trair são bastante diferentes. Se os homens traem para provar sua virilidade ou que são “homens de verdade”, apresentando uma dissociação entre afeto e conjugalidade, as mulheres pesquisadas pela autora, de modo geral, declararam certas ausências na relação, como a insatisfação com o parceiro, a falta de romance e a ausência de desejo. Segundo Goldenberg, algumas entrevistadas ainda alegaram que buscavam elevar a autoestima.

Comparando os dados apresentados por Goldenberg e os resultados desta pesquisa, observam-se elementos semelhantes, embora outros sejam diferentes dos descritos pela autora.¹⁴ Importante ressaltar que a pesquisa de Goldenberg apontou motivos que fomentaram a traição por parte das mulheres. No caso desta pesquisa, trata-se também de mulheres que viveram relações fora do casamento, embora, para três delas, tais relações extraconjugais eram uma possibilidade acordada com os maridos, o que não configuraria, necessariamente, uma traição, na concepção de tais mulheres.

Assim como na pesquisa citada, Maria Beatriz falou sobre a vontade de se sentir desejada. Além de achar que o marido não tinha por ela tão sentimento, a ausência do sexo foi outro fator importante para que se envolvesse em relações extraconjugais. Maria Luiza Heilborn (2004) considera que o “tesão” é um valor, um bem na conjugalidade. Sua ausência pode significar o excesso de intimidade entre o casal, fazendo com que o relacionamento assuma um

¹⁴ Uma vez que este estudo de tese não tem os homens como sujeitos da pesquisa, neste momento só será discutido o que concerne às mulheres entrevistadas.

caráter mais fraternal, podendo ocasionar sua ruptura. Em consonância com Heilborn, Michel Bozon (2004) expressa que, na contemporaneidade, a sexualidade não só tem a função de unir os casais mas também de mantê-los juntos. Para o autor, se a sexualidade um dia foi concebida como o “toque final” do casamento, hoje é encarada como elemento central nos relacionamentos, sejam eles amorosos ou não.

No caso de Débora e Giovana, o desejo do outro também foi declarado como elemento fundamental para a relação com terceiros. No entanto, diferentemente dos dados de Goldenberg, para tais entrevistadas a questão do desejo não estava vinculada à ausência de tal sentimento nos maridos, mas pelo prazer de se sentir desejada pelo outro.

Durante a entrevista, Débora declarou que a sexualidade não era um fator que a motivava a buscar por outras relações. Para a entrevistada, o ato de seduzir o outro e de sentir-se desejada era algo que a estimulava. Segundo ela, as relações sexuais fora do casamento eram fundamentadas em fatores diversos que, ao longo de sua vida, foram ganhando diferentes configurações. Desse modo, além do prazer de se sentir desejada pelo outro, a entrevistada buscou outras relações por ser uma aventura, para fazer algo proibido e para transgredir, uma vez que viveu em um momento que a quebra de valores tradicionais conservadores era exigida.

No caso de Giovana, ainda fazendo menção à questão do desejo, a entrevistada contou que era muito desejada pelos homens e que dava espaço para que eles se aproximassem. “*Eu queria ser admirada e desejada*”, declarou a entrevistada. Assim como Débora, Giovana também fala da sedução. Disse que na época em que começou a se envolver com outros homens, se sentia exuberante. Além disso, a vontade de elevar a autoestima, citada por Goldenberg, também apareceu na fala de Giovana. Segundo a entrevistada, as relações extraconjugais faziam “*bem para o seu ego*”, visto que se sentia “*gostosa*” e “*desejada*”. Sentir-se no poder era outro fator que a motivava. Ao se relacionar com homens poderosos, ela também se sentia poderosa. Em busca de manter essa posição, Giovana contou que desprezava e abusava de alguns homens. Nessa lógica, declarou que as relações extraconjugais foram uma forma de “*usar*” os homens, e ainda que se sentia bem com isso. “*Os homens usam. [...] Eu também vou usar.*” Além disso, Giovana reconheceu que tinha curiosidade de manter relações sexuais com outras pessoas. Sua intenção era comparar os outros homens com seu esposo, para saber se tinha um bom “*comedor*” em casa.

Já para Laura, o sexo era o motor primário que a motivava a ter relações com outros homens. Por ter-se casado cedo e se envolvido sexualmente apenas com o marido, relatou que queria ter outras experiências sexuais. Segundo a entrevistada, o marido sempre compreendeu tal fato e não via problemas de ela transar com outras pessoas. Para Laura, o sexo é um elemento essencial do casamento. De acordo com a entrevistada, embora essa atividade tenha diminuído com o tempo, ao longo dos anos, defendeu que o sexo “*não pode faltar*”. A fala da entrevistada vai ao encontro do que diz Bozon (2003, 2004) sobre as “relações nascentes” e as “relações estabilizadas”. Segundo o autor, se na fase inicial os relacionamentos conjugais são marcados pela frequência da atividade sexual, com o passar dos anos e a estabilização do casal a regularidade de tal atividade tende a diminuir. Laura também mencionou que, ao entrar no climatério, percebeu a diminuição de sua libido e que se sentia responsável pela redução do sexo em seu casamento. Foi um período que novamente se envolveu em relações extraconjugais, para saber se o “problema” era com ela. No entanto, declarou que nessa mesma fase estava estremecida com o marido. A entrevistada falou de uma insatisfação com o esposo, o que está de acordo com os resultados apresentados por Goldenberg.

De todas as mulheres que participaram da pesquisa, Roberta foi a única que vivenciou apenas uma experiência extraconjugal. Embora não aponte com clareza suas motivações, declarou que o casamento estava desgastado quando o episódio aconteceu. Do mesmo modo que Laura, Roberta também fez menção a um período de insatisfação no casamento. Goldenberg (2006), citando Reich, aponta que, em uniões duradouras, sem dependência econômica, como é o caso de Roberta, as relações consideradas “acidentais”, que não rivalizam com a relação existente, podem fazer com que o casamento seja fortalecido. Embora Roberta não faça comentários de como ficou sua relação conjugal após a experiência extraconjugal, a entrevistada é a única, dentre as cinco participantes da pesquisa, que não menciona uma busca por outras relações ou um desejo aparente em realizar tais experiências. Ao discorrer sobre o episódio com outro homem, Roberta mencionou, por várias vezes, que tinha ficado chocada quando se deu conta do que tinha acontecido, na manhã seguinte. Algumas contradições aparecem na fala de Roberta. Em primeiro lugar, a entrevistada declarou que não se arrependia do acontecimento e que não sentia nenhum mal-estar por ter “*transado*” com outro homem. No entanto, fez pontuações que, na concepção da entrevistada, podiam ter colocado “*sua vida em risco*”: estava com uma pessoa estranha, um oficial ativo da polícia, em um apartamento perto

de uma comunidade. Roberta ainda fez questão de declarar que tinha sido uma atitude impensada, embora não estivesse bêbada. Segundo a entrevistada, ela tinha se entregado a um desejo “*puto*”, “*ao fogo*” e “*tesão*” que sentia. Em outro momento, mencionou que as relações extraconjugais não eram autorizadas no seu casamento. Acredita que homens e mulheres possuem o desejo de estar com outras pessoas fora do casamento, mas “*o que faz e aonde vai colocar ele [...] é uma outra conversa*”. Ao final da entrevista, mencionou que já teve desejo com outros homens, mas que não sucumbiu à tentação. As palavras proferidas por Roberta parecem corroborar o que diz Anthony Giddens (1993) sobre a divisão que é feita entre as “virtuosas” e as “perdidas”. Enquanto as primeiras seriam aquelas que se definem pela recusa à tentação sexual, as perdidas estariam à margem de uma sociedade respeitável.

Com exceção de Maria Beatriz, quatro participantes relataram ausência de afeto nas relações extraconjugais. Diferentemente do que foi discutido por Goldenberg sobre a dissociação que os homens fazem entre a conjugalidade e a afetividade, tais mulheres não falaram da presença de afeto nas relações extraconjugais. Duas entrevistadas, Laura e Giovana, comentando que não sentiam nenhum tipo de sentimento amoroso pelos seus “casos”, descreveram que tinham “*cabeça de homem*”. Pode-se observar que a ideia de que homens fazem sexo e mulheres fazem amor é, para essas mulheres, um mito. Como mostra Luciana Zucco, Amanda Frazão (2011) e Maria das Graças Melo Fernandes (2009), do século XVIII ao século XX, criou-se uma concepção essencialista que diz respeito a um determinismo biológico que deliberaria uma essência feminina e uma essência masculina, demarcando habilidades fundamentais inatas e próprias de homens e mulheres. As condutas e os comportamentos de cada sexo se respaldariam em uma ordem natural. Com base nessas ideias, era “possível” justificar a diferença entre os sexos. Mas, mesmo a partir dos pressupostos culturalistas que marcaram o século XX, defendendo que somos uma construção social atravessada pela cultura (FERNANDES, 2009; MISKOLCI, 2005; HEILBORN, 1994), o princípio de essência permanece no imaginário social (MALCHER, 2002). Goldenberg (2006), comparando pessoas “monogâmicas” e “poligâmicas”, parte do princípio de que as poligâmicas têm mais facilidade de separar o sexo do afeto. Vale ainda ressaltar que, para Giddens (1993), a ideia de que as mulheres só fazem sexo por amor tem por base os ideais do amor romântico que, segundo o autor, era altamente feminilizado. O apaixonamento dos homens pelas mulheres estaria vinculado à possibilidade de ter acesso à mulher, o que só ocorreria por meio do casamento.

Nesse sentido, o amor romântico acabava sendo desvinculado da intimidade entre o casal, entrando em conflito com as regras da sedução. Conseqüentemente, os homens se tornaram hábeis em seduzir as mulheres e conquistá-las sem que o sentimento de afeto esteja presente (GIDDENS, 1993). Por esses motivos, a especialidade em fazer “sexo pelo sexo” é, ainda na atualidade, compreendida como uma especialidade dos homens. Em pesquisa realizada por Goldenberg (2006), investigando sobre a infidelidade de homens e mulheres, as respostas mais frequentes entre os homens foram as de que os principais motivos para ter relações fora do casamento estavam relacionados à atração sexual por outra mulher ou às circunstâncias favoráveis – o que não tinha a ver com o amor ou o envolvimento afetivo.

Outro fator importante para se pensar nos motivos pelos quais as entrevistadas viveram relações extraconjugais pode estar vinculado à concepção de uma liberdade individual supervalorizada, com o indivíduo voltado para o bem-estar pessoal, presente na Pós-Modernidade (BAUMAN, 2004; HEILBORN, 2004, VIEIRA; STENGEL, 2010). Apesar de suas relações conjugais, todas as entrevistadas dão atenção às suas escolhas pessoais. A vontade de estar com outros homens, independentemente da motivação, aparece como um dado relevante para tais mulheres, mesmo que isso pudesse colocar a sua relação em risco. Como disse Giovana, “*meu casamento não acabou por isso, mas podia ter acabado*”. No entanto, à medida que os casamentos foram ameaçados, os comportamentos foram revistos.

Diferentemente das outras participantes, Maria Beatriz falou sobre a procura por um “*grande amor*”. Suas duas experiências extraconjugais foram alicerçadas pelo sentimento de apaixonamento pelo outro. Por duas vezes, a entrevistada separou-se do marido em busca de estabelecer outra relação. Contudo, frustrando-se nessas tentativas, reatou o casamento. Como mostra Goldenberg (2006, 2013), para muitas mulheres ter um marido é um valor fundamental. De acordo com a autora, o medo da solidão pode estar associado à vergonha ou ao fracasso. Além disso, pode significar insegurança, sobretudo economicamente. Importante ressaltar que Maria Beatriz tem dois filhos, sendo um deles menor de idade. Ambos moram com o casal. Uma separação pode significar um aumento considerável de gastos financeiros e, mesmo que o casal participe de tais gastos, aquele que fica com a guarda das crianças geralmente possui maiores despesas. No mais, embora não tenha aparecido no relato da entrevistada, a ideia de que a separação dos pais pode ser danosa para os filhos é uma perspectiva bastante comum nas famílias brasileiras.

Fazendo referência ao fato de uma pessoa ter uma relação paralela ao casamento, Maria Beatriz declarou que acredita que um relacionamento com outra pessoa poderia dar um “*up*” na relação. Nessa perspectiva, o envolvimento paralelo com alguém que satisfaça o que não é encontrado no casamento parece ser uma alternativa favorável para aquelas que desejam permanecer casadas. Contudo, em nenhum momento a entrevistada relatou que seu casamento havia melhorado nos momentos em que esteve com outra pessoa. Pelo contrário, nas duas vezes em que a entrevistada se separou, sua intenção era estabelecer outra relação. Enquanto Goldenberg aponta que a insatisfação na relação conjugal pode provocar a traição, François Singly (2007) acrescenta que a insatisfação nos compromissos dos casais é uma das origens para o divórcio. Atormentada pelo que faltava no seu casamento, sexo e desejo, Maria Beatriz parece procurar uma relação que preencha tais lacunas.

De modo geral, as relações extraconjugais são apontadas com base em princípios que motivam a experiência fora do casamento. Embora não se trate de estabelecer padrões de causalidade para tais experiências, em todas as entrevistas são evidenciadas razões que justifiquem a procura por terceiros. Especialmente nas relações monogâmicas, fundamentadas em valores tradicionais, as relações extraconjugais parecem ser usadas como uma espécie de “desculpa”, uma vez que infringe as regras da relação.

Se em outros momentos da nossa história os homens foram autorizados a vivenciar todos os seus prazeres, o que não era autorizado às mulheres (BOZON, 2004), a autonomia e independência feminina, assim como sua luta por direitos e igualdade entre os gêneros, permitiram que elas se engajassem para satisfazer seus desejos, necessidades e prazeres. A dissociação entre a sexualidade e a procriação, descrita por Bozon (2004), assim como a invenção de contraceptivos eficientes, podem ser entendidos como facilitadores para que a porcentagem de relações extraconjugais de mulheres aumente consideravelmente. Ainda com base no autor, pode-se dizer que as relações sexuais destinadas à procriação passaram a ser pensadas como uma realidade muito diferente das relações não destinadas à procriação.

A imposição da “exclusividade sexual” no âmbito dos diferentes regimes de casamento e sua “contrapartida”

As entrevistas revelaram a presença de dois grupos distintos, no que diz respeito às experiências sexuais/amorosas fora do casamento: aquele formado por mulheres que viviam um regime monogâmico de casamento, isto é, havia um acordo tácito pela exclusividade sexual

entre os parceiros; e aquele formado por mulheres que em seus casamentos decidiram ter uma relação mais aberta, na qual o sexo fora do casamento era aceito pelas partes. Dentre as participantes da pesquisa, Roberta e Maria Beatriz faziam parte do primeiro grupo, enquanto Débora, Laura e Giovana, do segundo.

Para as duas entrevistadas do primeiro grupo, Maria Beatriz e Roberta, o casamento tem o formato do modelo amoroso de monogamia, no qual a exclusividade sexual é vista como valor essencial. Mesmo com as mudanças da Pós-Modernidade, o casamento monogâmico ainda é hegemônico nas sociedades ocidentais. Não significa, no entanto, que a exclusividade sexual seja, de fato, consumada. Por este motivo, grupos que praticam outros tipos de relações conjugais “não monogâmicas” vêm aquele tipo de casamento como uma prisão, uma modalidade amorosa pouco evoluída. Segundo os estudos de Teresinha Féres-Carneiro e Cilio Ziviani (2009), praticantes do poliamor defendem que, por não haver liberdade, os adeptos da “exclusividade sexual” possuem uma relação baseada na mentira, no ciúme, na competição, no controle e na posse do parceiro. Não se pode dizer, no entanto, que todas as relações monogâmicas possuam tais características. Giovana, que por muitos anos viveu um relacionamento aberto com o marido, hoje experimenta uma relação monogâmica. Segundo a entrevistada, trata-se de uma escolha. Após ter outras experiências sexuais, concretizar todos os seus desejos sexuais e saciar sua curiosidade de estar com outras pessoas, não desejava mais estar com outros homens. Todavia, declarou que a ausência da exclusividade sexual, por parte do marido, não acarretaria a separação.

Tanto para Maria Beatriz como para Roberta, a autorização das relações extraconjugais não faz parte do contrato de casamento. Já Débora, Laura e Giovana estabeleceram uma relação conjugal embasada por outra perspectiva. As três entrevistadas viveram relacionamentos abertos,¹⁵ embora duas delas, Laura e Giovana, não saíssem com outras pessoas havia algum tempo, na época das entrevistas.

Para as três entrevistadas, o relacionamento aberto possibilitou que elas pudessem ter relações extraconjugais com outras pessoas com o conhecimento do marido. Para todas as três, esse tipo de relação se embasa em uma proposta mais libertária de conjugalidade. Estudos

¹⁵ A expressão “relacionamento aberto”, utilizada pela pesquisadora para fazer referência às três participantes citadas, não tem a intenção de enquadrar as entrevistadas em um modelo de prática sexual, como foi descrito no segundo capítulo, mas apenas de apontar que não havia uma exclusividade sexual.

realizados por Antônio Cerdeira Pilão (2002, 2005), Olivia Von der Weid (2006, 2009, 2010), Sônia Rodrigue Bértolo (2009), Marcos Alves Silva (2013), Pilão e Mirian Goldenberg (2012), Antônio Fontoura Jr. (2013) e Maria Silvério (2014) apontam que os modelos de relacionamento que aprovam a ausência da exclusividade sexual privilegiam a satisfação da vida sexual dos parceiros que integram a relação.

De modo geral, esses modelos de conjugalidade se apoiam em regras estabelecidas entre o casal. É o caso de Laura e Giovana. Ambas relataram que, para firmar esse tipo de “contrato” com os maridos, foi feito um acordo no qual as experiências extraconjugais deveriam ser reveladas quando cada um deles saísse com alguém. No caso de Giovana, o casal ainda acordou que eles não poderiam repetir as relações, ou seja, só poderiam sair com a outra pessoa apenas uma vez. Embora Laura não tenha relatado que esta também era uma regra no acordo estabelecido entre ela e o marido, a entrevistada declarou que dentre as pessoas que saiu, após instituir o casamento aberto, apenas com uma delas saiu por mais de uma vez. Em todos os outros casos, tratou-se de um único encontro. Esse tipo de pacto pode significar uma tentativa de impedir ou dificultar que os parceiros se envolvam afetivamente por outra pessoa.

Os acordos estabelecidos nesses dois casos corroboram o que os estudos têm mostrado sobre esses modelos de conjugalidade. O *swing*, o relacionamento aberto e o poliamor, descritos no segundo capítulo, são exemplos que mostram que regras são estabelecidas entre o casal. De acordo com Giddens (1993), o respeito pelo contrato instituído é um elemento fundamental para o sucesso do contrato. O autor considera que a liberdade e a confiança são elementos fundamentais nessas formas de relação.

No caso de Débora, não foi relatada a elaboração de normas verbalizadas para que o casal pudesse vivenciar o relacionamento sem a exclusividade sexual; no entanto, a entrevistada declarou que a presença de afeto nas relações extraconjugais, indicando a possibilidade do fim do relacionamento, seria um problema para os dois. Vale ressaltar que, na época da entrevista, Débora relatou que estava namorando uma terceira pessoa havia 3 anos e que isso não era um problema para sua relação conjugal. O namorado de Débora morava em outro país. Independentemente da distância e da presença do sentimento afetivo, a relação extraconjugal não era interpretada pelo casal como uma ameaça para o casamento.

Das três mulheres que viviam uma relação aberta, duas declararam que o sexo com outras pessoas não se limitava a encontros sem a presença dos maridos. Além de sair com outras

pessoas, sem a presença do parceiro, Débora e Giovana experimentaram outras práticas sexuais em parceria com os maridos, como frequentar casas de *swing*, sexo a três ou sexo em grupos.

Em relação ao homem a quem se uniu: a presença do sentimento de amor e ternura

Das cinco entrevistadas, quatro declararam que possuíam uma boa relação com os maridos, a despeito das relações extraconjugais. São elas: Débora, Roberta, Laura e Giovana. O sentimento de apaixonamento é mencionado pelas três entrevistadas, que constituíram suas relações conjugais fundamentadas na não exclusividade sexual (Débora, Laura e Giovana). Roberta, que não faz parte desse grupo, embora não use a expressão “apaixonada” para descrever a relação com o marido, declarou que o marido “*é ótimo*”.

Em contradição com Roberta, para as outras três participantes citadas, as relações extraconjugais não foram mencionadas como uma possibilidade de separação. Pelo contrário, todas as três ressaltaram a vontade de permanecer com os maridos. Laura declarou: “*Nunca me apaixonei, nunca nem cogitei... Nossa! Acabar com o casamento, viver com outra pessoa, separar? Não tem nada a ver*”. Ao ser questionada como era possível não se envolver afetivamente com outra pessoa, a entrevistada mencionou que sempre foi tão apaixonada pelo marido que não via possibilidade disso acontecer. Com relação a Giovana, a entrevistada relatou que toda vez que saía com outro homem constatava que o marido “*era muito melhor*”: “*Opa! Eu não preciso disso [...], minha realização está em casa. É aqui que eu encontro o que eu busco*”. Mesmo diante das diferenças com o marido, o que para a entrevistada fazia parte de uma relação de longo prazo, Giovana nunca pensou na possibilidade de se separar. No caso de Débora, a entrevistada fala do marido com exaltação: “*Esse eu não vou desgrudar, não. Ele é um gato, muito lindo, 1,90 metros, olho verde, é estiloso. Tem um estilo de pessoa, um estilo de vida, de bom gosto de estética, de me dar liberdade. Esse cara que, quando eu conheci, tudo o que os outros achavam defeito em mim ele achava qualidade*”.

O apaixonamento das entrevistadas pelos maridos não pode ser compreendido como um impeditivo para não se apaixonarem por outras pessoas. Na medida em que vivenciam outras relações, podem ser tomadas por sentimentos amorosos. O controle de seus corpos não pode determinar o controle de seus sentimentos.

A experiência extraconjugal de Roberta parece ter sido uma causalidade. No caso das outras três mulheres, ainda que as entrevistadas tenham declarado que viviam uma boa relação

conjugal e que não pensem em se separar, os relacionamentos não foram esporádicos. Mesmo que Laura tenha mencionado que seus relacionamentos extraconjugais não eram corriqueiros, a entrevistada relatou ter vivido cinco experiências fora do casamento e ainda acredita que possa acontecer outras vezes. No entanto, pontuou que, atualmente, crê que o marido não ficaria a vontade se soubesse que ela sai com outros homens. Nesse sentido, pode-se pensar que, à medida que o casamento é ameaçado, as relações deixam de existir.

Para Giovana e Débora, as relações extraconjugais ocorreram com uma frequência bastante superior. Para a primeira, que relatou ter saído com mais de vinte pessoas no decorrer do casamento, o pacto do relacionamento aberto foi reestabelecido. Após declarar o sofrimento que sentia ao imaginar que o marido estava com outras mulheres e a possibilidade de perdê-lo, fez com que ela repensasse sobre o relacionamento aberto. A entrada no climatério, segundo a entrevistada, também fez com que a sua libido diminuísse e que não desejasse estar com outros homens. Giovana declarou que estar com outros homens “*dá trabalho*”, visto que, segundo a entrevistada, é preciso cuidar da aparência para seduzir o outro. Havia 13 anos que Giovana não saía com outros homens.

Para Débora, que até o momento da entrevista ainda se relacionava com outras pessoas, a “*liberdade é um bem supremo*”.

O comportamento de Laura, Débora e Giovana parece ir ao encontro da ideologia individualista que ganha força na Pós-Modernidade. Conforme Heilborn (2004), a liberdade do exercício da sexualidade, para os dois sexos, fora dos parâmetros da união estável, é uma das marcas dessa ideologia. Para a autora, com base nos princípios individualistas que têm por base a igualdade e a liberdade, a fidelidade começa a ser revista. Como diz a autora, “não só as relações sexuais extraconjugais são admitidas para ambos os parceiros, dissolvendo por completo a ideia de um ‘duplo padrão de moralidade’, como o entendimento do que constitui a fidelidade altera-se” (HEILBORN, 2004, p. 111). No entanto, também mostra que existe uma tensão entre a tendência de preservar a identidade individual nas relações conjugais e a presença de uma simbiose nessas relações. Nos casamentos atuais a posse do outro já não pode ser traduzida por direito, controle e fidelidade sexual dos parceiros; observa-se, contudo, uma “*tarefa instável de possuir a alma do outro*” (p. 133). Nesse sentido, as autorizações que se instauram em alguns relacionamentos conjugais parecem uma maneira de se preservar a manutenção da conjugalidade.

As concepções de infidelidade e a experiência de traição para o grupo pesquisado

Para quatro participantes que fizeram parte da pesquisa, a infidelidade está diretamente ligada ao sentimento afetivo. São elas: Débora, Roberta, Laura e Giovana. Para tais mulheres, é a partir do momento em que o afeto passa a fazer parte dos relacionamentos extraconjugais que se instaura a infidelidade. Não se trata simplesmente da dileção pelo outro; a infidelidade se estabelece, sobretudo, quando o sentimento pelo outro afeta o casamento e/ou ameaça a estabilidade da relação conjugal. A infidelidade não é concebida, então, como ausência de exclusividade sexual na relação.

Essa lógica de não conceber a infidelidade como ausência de exclusividade sexual é coerente para as mulheres que optaram pelo relacionamento aberto. Para duas entrevistadas que fazem parte desse grupo, Laura e Giovana, e que estabeleceram regras para esse tipo de relacionamento, a infidelidade não está apenas voltada para a presença do sentimento afetivo, mas para a quebra do contrato que foi estabelecido entre o casal. Ambas admitiram, então, que traíram seus maridos quando transgrediram o contrato que o casal havia estipulado para viver o casamento aberto. Nos dois casos, foi acordado entre as partes que as experiências extraconjugais deveriam ser divulgadas entre o casal. Porém, das cinco pessoas com quem Laura se relacionou fora do casamento, o marido tem conhecimento de apenas uma delas. Embora a entrevistada tenha relatado que em sua relação “*tudo é permitido*”, confessou que não se sentiu a vontade de revelar para o esposo que havia saído com outras pessoas. Nesse sentido, a traição, para Laura, estava no fato de ter transgredido o acordo firmado com o marido.

Assim como Laura, Giovana e o esposo decidiram ter um relacionamento aberto. No entanto, antes de tomarem essa decisão, a entrevistada já havia tido algumas relações extraconjugais. Uma delas foi descoberta pelo marido. Foi a partir dessa descoberta que o casal decidiu mudar o modelo da relação conjugal. Contudo, assim como Laura, a entrevistada relatou inúmeros casos que não foram divulgados para o marido, mesmo depois de ter aberto a relação. Para Regina Navarro Lins (1997), quanto mais as pessoas transgridem, diversificando suas vidas sexuais, mais coragem têm para experimentar outras experiências e questionar determinados valores. Todavia, por mais que estas duas entrevistadas tenham vivido diferentes experiências sexuais, ainda não se sentiam à vontade para assumir suas escolhas, apesar de afirmarem que no casamento tais relações eram permitidas. O que se pode observar é que a traição ocorre independentemente do modelo de conjugalidade que se estabeleça.

Para aquelas que estabelecem uma relação conjugal na qual a atividade sexual fora do casamento é autorizada, a infidelidade é traduzida como ausência de lealdade. Da mesma maneira que a ausência de fidelidade sexual tende a gerar a quebra de confiança entre os parceiros, especialmente nas relações monogâmicas, o rompimento do acordo firmado entre os casais é encarado como um comportamento desleal, o que pode ocasionar conflitos entre os pares e a quebra da confiança. A honestidade e consenso são atributos essenciais para estas modalidades de relacionamento (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009; BÉRTELO, 2009; VON DER WEID, 2010; SANTOS, 2010; PILÃO, 2012).

No caso de Maria Beatriz e Roberta, cujos casamentos são monogâmicos, a traição pode ser identificada com a infração nas próprias regras do casamento. No entanto, nenhuma das duas considera que traíram os seus maridos. Para Maria Beatriz, a ausência de sexo no casamento a “autorizou” a ter relações extraconjugais. A entrevistada declarou que se tivesse uma “*cama satisfatória*” não precisaria sair com outros homens. Já Roberta, defende que sua única relação extraconjugal era destituída de afeto; por esse motivo, não considera que tenha cometido traição. A ideia de que “a culpa é sempre do outro” parece uma prerrogativa para tais mulheres.

Roberta, que em seus dois casamentos estabeleceu uma relação monogâmica, contou que foi traída pelos dois maridos. Referindo-se ao seu primeiro casamento, relatou que a traição do marido foi o motivo principal para que o casal se divorciasse. Para a entrevistada, o problema não foi a experiência extraconjugal, em si, que fez com que ela se separasse, mas a maneira como o marido a expôs – ela sentiu-se “*humilhada*”. Com base nesse episódio, a infidelidade para a entrevistada está associada à exposição do outro. De acordo com pesquisa realizada por Goldenberg (2006), 30% dos traídos terminam a relação.

Contudo, com relação ao segundo casamento, Roberta não encarou a conduta do marido como traição. Alega que no início do relacionamento o marido estava “*broxando*” e que por isso foi “*se testar*”. Foi ele quem contou a ela o que havia acontecido. Para a entrevistada, o fato de não ter sido exposta pelo parceiro, de ele alegar um problema e ter contado a ela sobre a experiência, não configurou uma traição. Além disso, para a entrevistada, o episódio vivenciado pelo marido não ameaçava sua relação. Durante a entrevista, Roberta fez questão de salientar que o episódio foi bem no começo da relação e que o marido confessou o que havia acontecido.

Estudos de Goldenberg (2006, 2013a, 2013b) mostraram que, de modo geral, os homens se intitulam infiéis por natureza. Com base em depoimentos masculinos, encontrou em suas pesquisas o que ela chamou de “fidelidade paradoxal”. O que ela percebeu como paradoxo foi o valor dado à fidelidade, mesmo quando os indivíduos pesquisados eram infiéis, e a necessidade de fazer a parceira acreditar na sua fidelidade, mesmo que ela não exista. Nestes casos, a mentira aparece como um elemento fundamental para “preservar” a fidelidade do casamento. Com base em pesquisas realizadas na França, Bozon (2004) mostrou que, se as mulheres na década de 1970 relevavam com mais frequência a infidelidade masculina, já nos anos 1990 esse comportamento não era mais tão aceito.

Outra pesquisa realizada por Goldenberg (2011) mostra que, para muitas de suas entrevistadas, a traição é menos valorizada que a mentira. A lógica da confissão parece ter sido um dos motivos importantes para que Roberta desculpasse o marido. Ainda segundo as entrevistadas de Goldenberg, as mulheres têm mais facilidade de perdoar uma traição do que os homens. Apesar do que Bozon apontou sobre as mulheres da década de 1990, não é possível falar de uma ruptura total de não aceitação das mulheres ante a infidelidade masculina. No entanto, a independência financeira e a emancipação feminina são fatores que, sem dúvida, favoreceram que as mulheres não mais aceitem determinadas posturas masculinas (LINS, 1997). Nenhuma das cinco entrevistadas declarou que se sentia culpada pelas suas experiências extraconjugais.

Thaysa Viegas e João Manuel Moreira (2013) realizaram uma pesquisa em busca de desvelar o que as pessoas entendem por infidelidade e quais são as características que a torna mais ou menos grave. Os autores consideram que a grande dificuldade nos trabalhos que versam sobre essa temática está no fato de não se esclarecer, com clareza, o sentido que lhe é atribuído. De modo geral, os estudos sobre a infidelidade dizem respeito à ausência de exclusividade sexual; no entanto, diferentes cenários podem ser compreendidos como infidelidade conjugal. Alguns exigem contato físico, outros não. As próprias fantasias ou sentimentos, como, por exemplo, o apaixonamento, podem ser considerados como uma modalidade de infidelidade. Nessa lógica, a insuficiência e as incertezas na definição dos conceitos, consideram os autores, podem gerar resultados variados e pouco esclarecedores sobre essa temática. De modo geral, os estudos sobre a infidelidade tendem a considerar, de forma exclusiva, o envolvimento sexual como critério para infidelidade.

Partindo do critério do envolvimento sexual, a literatura estudada para o desenvolvimento desta tese tem mostrado que a infidelidade é considerada um dos grandes problemas das relações conjugais e que pode sinalizar crises e a presença de situações difíceis no casamento (VAUGHAN, 1989; GOLDENBERG, 2006, 2013a, 2013b; VIEGAS; MOREIRA, 2013; COSTA; CENCI, 2014). A exclusividade sexual é vista como necessária para a sobrevivência do casal, e como um desejo natural de quem ama e quer preservar a relação acima de tudo, isto é, a fidelidade é um valor essencial para os relacionamentos monogâmicos, apontam Vieira e Moreira (2013). Ainda conforme estes autores, a fidelidade é articulada ao sentimento de confiança; sua violação tende a abalar a estabilidade e a segurança que estão na base dos compromissos. Conforme foi visto na primeira categoria de análise apresentada neste capítulo, na seção onde foi discutido o que motivou as entrevistadas a terem relações extraconjugais, três participantes relataram que havia problemas no casamento, os quais foram apontados como facilitadores para as experiências extraconjugais.

Relações extraconjugais: a permanência de valores de gênero conservadores e sua materialização nas práticas amorosas e sexuais

Quando a traição põe em xeque a retórica do uso da liberdade

Todas as participantes da pesquisa possuem uma relação conjugal híbrida, isto é, embora sejam mulheres da Pós-Modernidade, são atravessadas por valores tradicionais que transparecem por meio da conjugalidade. Suas falas, no entanto, mesmo que de forma inconsciente, intentam aparentar certa liberdade e autonomia que, na verdade, parecem tentar afrouxar as amarras que se evidenciam e que repousam sobre concepções tradicionalistas.

Se a Pós-Modernidade é marcada por um individualismo exaltado, no qual a liberdade e a igualdade são elementos centrais (VIEIRA; STENGEL, 2010, 2012), o grupo pesquisado revelou que tais imperativos não são dominantes em suas relações conjugais. Essas mulheres não são livres. Valores tradicionais destacam-se no modo como elas operam seus relacionamentos, ainda que eles também sejam atravessados por outros elementos mais modernos.

Isso fica evidente nos condicionamentos que aparecem entre as entrevistadas que possuem regimes abertos de casamento (Débora, Laura e Giovana), isto é, que podem se lançar

às relações extraconjugais. Essas mulheres podem ter relações sexuais com outros homens, mas fica acordado com os maridos que seja apenas por uma vez. Elas podem ter experiências extraconjugais, contanto que o marido saiba. Elas podem sair com quantas pessoas quiserem, mas não podem se envolver afetivamente. Mas o controle do corpo passa pelo controle das emoções?

O tipo de prática conjugal que possuem e as autorizações que elas experimentam em seus relacionamentos podem promover a ideia de que tais relações são mais democráticas. Mas isso é uma falácia. Embora as experiências extraconjugais possam remeter à ideia de que tais mulheres fazem o que querem de seus corpos, suas emoções ainda são vigiadas, cerceadas pelos regramentos impostos pelas relações conjugais, seja pelas regras que são estabelecidas nos relacionamentos abertos, seja pelo regime de casamento monogâmico que reivindica a exclusividade sexual.

Inspirada por Louis Dumont (1993), Maria Luiza Heilborn (2004), Érico Douglas Vieira e Márcia Stengel, pode-se averiguar que a identidade dessas mulheres é construída pela sua posição social na família, sendo ordenada hierarquicamente, o que mostra a maneira pela qual tais mulheres se colocam no sistema social. Como discutem esses autores, nas sociedades tradicionais a hierarquia domina o plano ideológico. A noção de valor, apresentada por Dumont e discutido por Heilborn (2004), é o elemento que engendra as diferenças no interior das relações hierárquicas.

Nenhuma entrevistada relatou o desejo de se separar para viver livremente todas as relações que desejasse. À medida que o casamento é posto em xeque, os comportamentos são repensados. Nesse sentido, o amor no casamento parece ser mais importante do que a realização dos desejos sexuais. Ainda que Bozon (2004) pontue que o que distingue o casal contemporâneo não é apenas a presença do sentimento amoroso, mas a importância da preservação dos interesses individuais dos cônjuges, as entrevistadas parecem valorizar, sobremaneira, seus casamentos, a despeito dos prazeres da carne.

As relações extraconjugais, entendidas por algumas entrevistadas como um comportamento libertário, aparecem, em alguns momentos, como uma “transgressão” compulsória. É o caso de Débora e Giovana.

Para a primeira entrevistada, a necessidade de provar que era livre em seu primeiro casamento foi atribuída a uma época em que os valores conservadores precisavam ser

refutados.¹⁶ Débora se sentia como uma “escrava”, uma vez que precisava, necessariamente, contestar as exigências tradicionais vigentes. A participante relatou que tinha que manter “*uma fachada de tanta autonomia, de tanta não dependência, de tanta não caretice, de tanto não controle, de tanto não nada*”. Acredita que tinha que viver uma “*coisa meio louca*”. Embora tenha tido vários casos, Débora afirma que não se sentia bem e que tal comportamento era meio “*compulsivo*”. Segundo a entrevistada, ela precisava provar para si mesma que não dependia nem precisava do marido. As relações extraconjugais não eram, então, motivadas pelo prazer, mas para se afirmar socialmente.

Importante ressaltar que o grupo entrevistado que fez parte desta pesquisa foi formado por mulheres, heterossexuais, brancas, da classe média. Todas possuem ensino superior completo e trabalham na área na qual se formaram. Com exceção de Débora, que nasceu no início da década de 1950, todas as outras quatro entrevistadas nasceram na primeira metade dos anos 1960, sendo elas reflexos das transformações da Pós-Modernidade.

Para fazer referência às pessoas que viveram os anos de 1960, Heilborn (2004) usou a expressão “geração do desbunde”. A autora entende por “desbunde” um comportamento libertino e estilo de vida alternativo, gerado nesse período. No Brasil, além da emancipação feminina, os anos de 1960 e 1970 podem ser considerados como um momento de liberdade: dos costumes, das drogas, do sexo. É um tempo em que se instaura uma nova mentalidade, a qual se alicerça em um compromisso com os valores da modernidade. O caráter contestatório desses anos pode ser entendido como uma ojeriza radical pela autoridade, pontua a autora. Tudo é rejeitado.

O caso de Giovana é similar ao da entrevistada recém-citada, no que diz respeito às relações extraconjugais que também parecem compulsórias, mas difere quanto aos movimentos e ideais da contracultura. Sendo 13 anos mais nova do que Débora, e nascida no interior de Minas Gerais, Giovana não viveu o calor das reivindicações da década de 1960, das quais Débora faz referência.

Vindo de uma família “machista”, na qual a opressão às mulheres era muito presente e os valores eram muitos conservadores, a entrevistada relatou que lutou para se afastar dos preconceitos que presenciou ao longo de sua infância e adolescência. Ao falar de suas

¹⁶ Vale ressaltar que Débora foi criada em uma família liberal, sendo os pais militantes esquerdistas, o que fez com que a entrevistada fosse criada nesse meio.

experiências extraconjugais, confessou que nunca teve prazer em nenhuma delas, embora tenha se envolvido em mais de vinte relações. Mesmo após ter saciado a curiosidade de estar com outros homens, a entrevistada declarou que tinha a necessidade de ser admirada pelos homens e de se sentir poderosa. Ainda que não tenha mencionado, o comportamento de Giovana parece uma forma de contestar os valores conservadores e comprovar uma igualdade de gênero: ela queria fazer aquilo que os homens fazem. Para dar sentido a este processo analítico, é importante esclarecer que Giovana saiu do interior de Minas Gerais e se tornou advogada na capital do Rio de Janeiro. Suas relações sociais, como as amigas do trabalho, provocavam na entrevistada o desejo de experimentar relações mais libertárias, como aquelas diziam viver.

Com base no que foi descrito sobre Débora e Giovana, a pesquisadora desta tese recorre ao trabalho de Bozon (2004) sobre os *scripts* sexuais. Para o autor, não existe um estado natural da sexualidade; todas as experiências sexuais decorrem de aprendizados sociais. Os *scripts* sexuais descreverão os cenários de uma sexualidade possível.

Ainda que constituam o pano de fundo simbólico do sexual, os cenários culturais só funcionam como objeto de interpretação (no sentido teatral) dos atores sociais, por um lado, no plano intrapsíquico e, por outro, no plano interpessoal no momento da negociação das condutas. A atividade intrapsíquica implica reformulações e improvisações feitas pelos indivíduos, que se apropriam, à sua maneira, de conteúdos culturais cujo ritmo de transformação histórica pode ser muito lento. A elaboração interpessoal é comandada pelas condições sociais de interação: com poderes e recursos desiguais, os atores nem sempre compartilham o consenso que, aparentemente, existe no plano cultural, mas fazem concordar suas condutas sobre um fundamento de ritualidade social (p. 131).

Para o autor, a contribuição das diferentes categorias de *scripts*, para estruturar a sexualidade, dependerá dos elementos históricos e sociais que os indivíduos fazem parte.

A presença do medo da solidão por parte das mulheres entrevistadas

O medo da solidão é outro fator que aparece nas entrevistas. Maria Beatriz, por exemplo, não buscava saciar o desejo e a ausência de sexo que não encontrava em seu casamento: ela buscava outro casamento. Mas, enquanto não encontrava outro “*grande amor*”, como bem ressaltou a entrevistada, ela permaneceu em sua relação conjugal. Embora o marido não a satisfaça sexualmente, ele é uma pessoa “*boa*”, tem “*bom coração*”, “*muito tranquila, no sentido de conviver*”, “*não tem maldade*”, é “*ingênuo*”, é “*amigo*”, “*é o pai que ajuda nas despesas da casa*”.

Maria Beatriz almejava encontrar outro marido. Em suas duas relações extraconjugais, idealizou ter encontrado o seu “*grande amor*”. Ainda que não se satisfaça sexualmente com o marido, não procura relações para saciar seu desejo por sexo. Por duas vezes teve relacionamentos longos fora do casamento, sempre na expectativa de estabelecer uma nova relação.

Embora Roberta não tenha falado sobre solidão explicitamente, em seu primeiro casamento, mesmo sabendo que estava sendo traída pelo marido, precisou ser “*exposta*”, “*humilhada*”, para que tomasse a decisão do divórcio. Roberta começou a namorar o primeiro marido aos 29 anos. De acordo com a entrevistada, a maioria de suas amigas já estava casada, então ela concluiu: “*acho que tá na hora de começar a pensar nisso*”. Nitidamente, houve uma pressão de Roberta para que os dois fossem morar juntos. Por essa perspectiva, pode-se pensar que a ideia do divórcio não fosse a mais interessante.

Nesses dois casos, parece que estar “mal acompanhadas” é menos doloroso que viver na ausência de um parceiro.

Já Débora mencionou a solidão em dois momentos diferentes. No primeiro momento, fez alusão ao seu primeiro casamento que, dentre outros motivos, servia para a entrevistada não estar sozinha. Em um segundo momento, comentando sobre as amigas que se separavam e ficavam sozinhas, a entrevistada disse: “*se eu me visse sozinha durante alguns anos, não arranjasse um namorado interessante, [...] eu certamente não ficaria sozinha, acho muito sem graça, talvez eu namorasse uma mulher*”.

Conforme Priscila Souza Vicente Penna e Jacqueline de Oliveira Moreira (2010), “nas sociedades tradicionais, a concepção de identidade, entendida por nós como continuidade de nossas experiências concretas, é inconcebível” (p. 55). Para as autoras, assim como para Velho (1981), Dumont (1993), Heilborn (2004) e Vieira e Stengel (2010, 2012), a modernidade privilegia a valorização da autonomia individual. Penna e Moreira apontam que na Pós-Modernidade, que, como foi mencionado, exalta a individualidade, assiste-se a um convite para o aprisionamento do eu e, portanto, da solidão. Na sociedade Pós-Moderna, o enfraquecimento dos vínculos sociais, como já dizia Zygmunt Bauman (2004), pode ser traduzido pela superficialidade e falta de compromisso com o outro. Nesse sentido, para Penna e Moreira, as características narcisistas da sociedade contemporânea acabam se manifestando no medo intenso de se estar sozinho na velhice e na morte.

O longo tempo de união

A despeito do tipo de regime conjugal do qual as entrevistadas faziam parte na época das entrevistas, todas possuíam relacionamentos duradouros – de 17 a 36 anos de união.

Três entrevistadas permaneciam casadas com seu primeiro marido no momento da entrevista. São elas: Maria Beatriz, Laura e Giovana. Casaram-se no civil e no religioso e são, justamente elas, que possuem os casamentos mais longos, respectivamente, 30 anos, 36 anos e 32 anos. Contudo, embora elas tenham se casado na Igreja, nenhuma associa o seu tempo de casamento com a religião. Já Débora e Roberta passaram por recasamentos – se casaram por duas vezes – e viviam suas relações atuais sob o regime da união estável.

Duas questões devem entrar em pauta para se analisar esses dados. A primeira diz respeito à fragilidade dos laços conjugais, descritos por Bauman (2004). É verdade: Bauman não parece se equivocar quando declara que a definição romântica de “até que a morte nos separe” esteja fora de moda. No entanto, para Laura e Giovana, o casamento é traduzido pelas entrevistadas por apaixonamento. As relações extraconjugais dessas mulheres não parecem uma alternativa para encontrar felicidade fora de casa, para aliviar angústias e problemas da relação. Lúcio Andrade Silva, Fábio Scorsolini-Comin e Manuel Antônio dos Santos (2017) já diziam que as crises e os conflitos são inerentes ao processo relacional. Nesse sentido, e com base no que foi apresentado pelas participantes, as relações extraconjugais não podem ser compreendidas como um recurso por meio do qual se busca um bem-estar, ausente nas relações. A ideia de liquidez e de fragilidade dos laços conjugais de Bauman não se aplica nesses casamentos.

Fazendo uma brincadeira com o que o autor citado fala sobre as relações que estão fora de moda, o casamento de Maria Beatriz parece antiquado. Uma característica crucial dos relacionamentos contemporâneos é que a relação do casal não é mais concebível sem a atividade sexual entre os cônjuges, pontua Bozon (2004). Assim, vivendo uma relação em que a atividade sexual inexistente, Maria Beatriz encontra nas relações extraconjugais uma maneira de saciar os seus desejos. O relacionamento com o marido parece possuir um caráter mais fraternal do que conjugal.

Tanto para Roberta quanto para Débora, as relações conjugais se assemelham às de Laura e Giovana. Seus casamentos, no entanto, não são uniões formais. Como foi mencionado, trata-se de uma união estável. Porém, não se pode partir dos pressupostos de que a escolha por

este regime de casamento signifique uma facilidade para a ruptura dos laços. No Brasil, a facilidade para a dissolução das uniões se aplica para qualquer regime conjugal.

Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2017) discutem que o romance de um casamento de longa duração não vai, necessariamente, minguando. Os cônjuges podem manter a intensidade, o engajamento e o interesse sexual mútuo. Para os autores, tais elementos podem inspirar os casais a promover mudanças em busca de melhorar a qualidade do casal. Nessa perspectiva, a atenção dada para as individualidades dos parceiros é reconhecida pelos autores como um meio fundamental para manter a relação. Pode-se considerar que para as mulheres que acordaram pelo relacionamento aberto (Débora, Laura e Giovana), vivenciar as relações extraconjugais, em conformidade com os maridos, talvez tenha sido uma maneira de preservar seus interesses pessoais.

As “veladas” travessias conjugais

Durante as entrevistas foi possível identificar alguns segredos preservados por parte de quatro entrevistadas, no que diz respeito às experiências extraconjugais.

Para falar sobre segredo a pesquisadora adotou como ponto de partida o artigo “O Segredo”, de Georg Simmel (1999). De acordo com o autor, o segredo é umas das maiores realizações humanas. Ele oculta realidades, por meio positivos ou negativos, daquilo que não pode ser publicizado. Nessa lógica, o segredo pode ser concebido como algo eticamente visto como negativo. Embora não precise significar algo ligado ao mal, possui com ele uma conexão imediata. O que é imoral se esconde por razões óbvias mesmo quando seu conteúdo não carregue estigma social.

Maria Beatriz e Roberta declararam a presença de segredos em suas relações conjugais, quando não revelaram aos seus maridos suas experiências fora do casamento. Tal anúncio poderia significar a ruptura do casamento e, por este motivo, as histórias não foram divulgadas. De acordo com Simmel, aquilo que é velado pode ser compreendido como algo vinculado à traição, isto é, no sentido de deixar de se revelar uma informação. De acordo com o autor, tal conduta pode gerar uma tensão que só será dissolvida quando houver a revelação. Nesse sentido, o indivíduo que oculta uma informação tem a consciência de que ela pode ser rompida. Todavia, pode gerar barreiras entre as pessoas ou a necessidade de uma confissão.

Tais barreiras parecem ficar evidentes diante de outro segredo apresentado por Maria Beatriz. A entrevistada revelou que engravidou de seu segundo filho numa época em que estava separada do marido, mas que, logo em seguida, reatou o casamento. Ela não sabe dizer de quem é o filho, embora acredite que seja do esposo, em virtude de suas semelhanças físicas. Embora Maria Beatriz diga que não se importa se o marido descobrir que o filho não é dele, ela nem sequer pensou em fazer um exame de DNA para amenizar as suas dúvidas. Ainda que não tenha mencionado, a descoberta da não paternidade do esposo poderia desencadear uma separação, além de outros sofrimentos.

Para Simmel, a existência de um segredo entre dois indivíduos é resultado do que caracteriza a relação entre as partes. Pode significar a proteção daquele que oculta a realidade, e, no momento em que tal proteção não é mais necessária, ele se revela. Vale salientar que nenhuma das duas entrevistadas evidenciou o desejo de confessar suas experiências para os maridos.

Laura e Giovana, embora tivessem casamentos abertos, também não expuseram para os seus esposos algumas de suas relações fora do casamento. Ainda que tivessem acordado com os mesmos que as relações extraconjugais deveriam ser partilhadas entre o casal, ambas decidiram ocultar a informação. Segundo Laura, ela não se sentiu confortável em dividir tais experiências com o marido e declarou que se incomoda pelo fato de não ter conversado com ele sobre o que havia acontecido. Já para Giovana, assumir o número de casos que teve, ao longo de seu casamento, fazia com que ela sentisse vergonha. Novamente, os valores tradicionais parecem sobressair sobre os modernos. Embora pudesse “transgredir”, a entrevistada não se sentia à vontade de confessar todas as suas experiências. Dos vinte casos que teve, Giovana anunciou apenas cinco.

De acordo com Simmel, o segredo possibilita a edificação de um segundo mundo que se entrelaça ao mundo manifesto, uma vez que este é decisivamente influenciado por aquele. A ocultação de Giovana parece revelar uma crítica a si mesma ou um comportamento aviltante para o marido.

Além dos segredos mantidos nas relações conjugais dessas duas entrevistadas, ambas declararam que os filhos não sabiam sobre seus relacionamentos abertos e, conseqüentemente, sobre suas relações extraconjugais. Para Giovana tal revelação causaria o “*desencanto*” dos filhos por ela. Por este motivo, mesmo que empregue uma educação liberal aos filhos, e os

incentive a experimentar todas as possibilidades relacionais que aparecem quando eles relatam o desejo, disse que toma muito cuidado nas colocações que faz para eles. Giovana não quer ser descoberta.

Tanto Giovana quanto Laura sustentam a ideia de que os filhos são mais conservadores. O mesmo ocorre com Débora, apesar de assumir para eles o tipo de relacionamento que tem com o marido. Todas as três acreditam que os filhos são mais “*caretas*” do que elas.

No que diz respeito a Laura e Giovana, o suposto “conservadorismo” dos filhos pode ser entendido como uma estratégia para não se exporem. Nessa lógica, o conservadorismo das próprias mães se desvela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de tese teve por intenção desvelar o sentido das relações extraconjugais de mulheres casadas que viviam em conjugalidade. A extraconjugalidade se ancora sobre os pilares da conjugalidade e da sexualidade. Ela vem sendo discutida na literatura atrelada aos temas do casamento e da infidelidade, uma vez que corresponde aos relacionamentos amorosos e/ou sexuais que ocorrem fora das relações conjugais.

A escolha de trabalhar com o tema da extraconjugalidade surgiu a partir das histórias que a pesquisadora deste trabalho – que também é psicóloga clínica – ouvia em seu consultório. Durante os últimos cinco anos, ela observou que muitas mulheres, de diferentes faixas etárias, revelavam no espaço terapêutico suas experiências extraconjugais ou o desejo de estar com outras pessoas, mesmo não mencionando a intenção de dissolver suas relações conjugais. Na maioria das vezes, quando os encontros se efetivavam, tratava-se de relacionamentos esporádicos e/ou casuais que tinham por finalidade a satisfação de um desejo sexual que, depois de saciado, era descartado. A partir dessa escuta, o interesse de analisar os processos psicossociais relacionados às experiências de mulheres casadas foi ganhando corpo.

Quando a pesquisadora foi a campo, seu objetivo era realizar uma pesquisa com mulheres que diziam ter relações sexuais episódicas. Partia da premissa de que encontraria mulheres que primavam por sua liberdade, engajadas em realizar seus desejos pessoais.

A busca por aquelas que gostariam de participar da pesquisa já mostrou dados significativos. Após divulgar o tema do trabalho para amigas de sua rede pessoal, esperando receber indicações de pessoas que pudessem partilhar suas experiências extraconjugais, a pesquisadora constatou a dificuldade de encontrar quem se disponibilizasse a participar da pesquisa. Ao final, cinco mulheres se ofereceram para participar do trabalho.

Ainda apoiada na expectativa dos resultados que encontraria na pesquisa, não foi simples para a pesquisadora apreender o que havia por trás das falas de suas participantes. Apenas após mergulhar nas entrevistas, depois de elas terem sido efetivadas, é que constatou que tais mulheres não eram tão livres assim.

Como foram demonstrados no trabalho, os resultados revelaram dois grupos distintos entre as entrevistadas: aquelas que viviam suas relações conjugais pautadas por ideais

monogâmicos de casamento e aquelas que viviam casamentos abertos e que, então, os relacionamentos extraconjugais não eram concebidos como infidelidade.

As participantes da pesquisa não eram quaisquer mulheres. Tratava-se de um grupo da classe média que fazia parte de uma geração que vivenciou os movimentos femininos e da contracultura, das décadas de 1960 e 1970, e que possuíam um capital social, cultural e simbólico que permitia que elas pudessem “transgredir”. Além disso, tinham casamentos duradouros e, em sua grande maioria, declaravam viver uma relação baseada na intimidade e na afetividade.

Entre tais mulheres, a fidelidade não é definida, primeiramente, como exclusividade sexual, mas como um princípio de lealdade. Este valor é apresentado pelas entrevistadas como um elemento fundamental para a constituição e a manutenção do casamento. O medo da quebra da lealdade está vinculado, sobremaneira, à presença de sentimentos de afeto que os integrantes da relação podem sentir por outra pessoa, e à possibilidade de uma ruptura na relação conjugal já estabelecida. A preocupação com a quebra de contratos estabelecidos entre o casal também é citada como um componente que não deve ser contrariado, mantendo, desse modo, a lealdade entre as partes.

A análise dos dados revela que a sexualidade, que a princípio parece um componente essencial para que tais mulheres busquem relações fora do casamento, não aparece como um ingrediente central.

Baseada na maneira pela qual as entrevistadas se referem à sua conjugalidade, pode-se notar o quanto elementos tradicionais e elementos mais modernos compõem os relacionamentos amorosos das participantes da pesquisa. Valores do amor líquido e do amor romântico se aglutinam nas relações conjugais das entrevistadas. A vinculação do amor com a liberdade, próprias do amor romântico, se sobressai. A “livre” escolha de tais mulheres, para realizar seus desejos pessoais, é acompanhada por uma série de tensões que revelam as amarras e os aprisionamentos presentes na relação conjugal e aos quais elas se submetem.

Nesse sentido, as relações extraconjugais que tais mulheres vivenciaram não podem ser compreendidas como a tradução da supervalorização da liberdade, presente na contemporaneidade, nem mesmo como a afirmação pela busca de satisfação pessoal, a despeito dos relacionamentos amorosos. Assim, os valores centrais da Pós-Modernidade – que tem o indivíduo como referência máxima e que exalta os princípios individualistas dos sujeitos – não

se aplicam às mulheres entrevistadas. Além disso, ainda fazendo referência aos preceitos da Pós-Modernidade, não se pode dizer que as relações de tais mulheres são frágeis e líquidas, uma vez que há um investimento significativo na formação da conjugalidade e na sua manutenção. Se as relações extraconjugais de tais mulheres forem entendidas como uma forma de satisfazer os desejos sexuais pessoais, há de considerar que isso ocorrerá tomando-se o cuidado de conservar a conjugalidade vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rafael Luiz Marques de. **Masculinidades**: posicionamentos dos homens nas relações conjugais. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, 2013.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALVES, Rubem. Sobre o ouvir. In: **Ostra feliz não faz pérola**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

AMÂNCIO, Lígia. Gênero: representações e identidades. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 14, p. 127-140, 1993.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2017.

ARIÈS, Philippe. O casamento indissolúvel. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque et al. Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BÉRTOLO, Sônia Rodrigues. A **relevância da prática do swing na conjugalidade de um casal**: estudo de caso. Mestrado Integrado em Psicologia. Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Sistêmica, 2009.

BOFF, Leonardo. Desafios das novas formas de conjugalidade. **Jornal do Brasil** [online]. 2012. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2012/11/18/desafios-das-novas-formas-de-coabitacao/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**, v. 20, p. 131-156, 2003.

_____. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRANDÃO, E. R. **Individualização e vínculo familiar em camadas médias**: um olhar através da gravidez na adolescência. (Tese de Doutorado em Saúde coletiva). Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação.

Revista Jurídica Cesumar, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em:

<<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/368>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASTELLITTI, Carolina. **Susanitas e Mafaldas**: trajetórias conjugais e rupturas segundo mulheres de camadas médias da cidade de Santa Fé, Argentina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des) conhecida. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHAVES, Jacqueline Cavalcanti. **Contextuais e pragmáticos**: os relacionamentos amorosos na Pós-Modernidade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

CORRÊA, Gustavo Figueiredo Pires. **Corpo e sexualidade na contemporaneidade**: corpos, identidade de gênero e heteronormatividade. In: **Anais do III Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá-PR, 24 a 26 de abril de 2013.

COSTA, Crístopher Batista da; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. A relação conjugal diante da infidelidade: a perspectiva do homem infiel. **Pensando Famílias**, n. 18(1), p. 19-34, jun. 2014.

COSTA, Tatiane; BELMINO, Marcus César. Poliamor: da institucionalização da monogamia à Revolução Sexual de Paul Goodman. **Revista IGT na Rede**, v. 12, n. 23, p. 411-429, 2015. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 10, p. 700-728, 3º quadrimestre de 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/pdf/v10n3a05.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin**: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. Resenha. Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60**: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo de; PROTASIO, Myriam Moreira. As expressões das singularidades e as categorias universais. **Revista da Abordagem Gestáltica**, XIV(1): 9-14, jan./jun., 2008.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, Cilio. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e família**: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

_____. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1051-1065, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 maio 2017.

FILHO, Kleber Prado; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, 19(3):14-19, 2007.

FONTOURA JR, Antonio. **O papel das representações sociais de gênero nos debates sobre a conjugalidade e o swing**: a visão das revistas masculinas durante a década de 1970. VI Congresso Internacional de História, 25 a 27 de set. de 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O método desviante. **Revista Trópico**. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2807,1.shl>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. Amor, casamento e fidelidade na cultura brasileira. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 3, jan./jun. 2013a.

_____. **De perto ninguém é normal**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

_____. **Infiel**: notas de uma antropóloga. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Por que homens e mulheres traem?** 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013b.

GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e prática. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho. O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (org.). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. 482 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. De que gênero estamos falando? In: **Sexualidade, gênero e sociedade**, CEPESC/IMS/UERJ, ano 1, n. 2, 1994.

_____. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, Denise Dourado (org.). **Feminino masculino**: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 47-57.

_____. Vida a dois: conjugalidade igualitária e identidade sexual. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 1992. v. 2, p. 143-156.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade ou consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

LIMA, Bianca de Azevedo. **Controvérsias relacionadas à união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LINS, Regina Navarro. **A cama da varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe**: a crise do casamento contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

KIMMEL, Michael. Why gender equality is good for everyone: men included. **TED: Ideas Worth Spreading**, Moterey, California, may 2015.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MALCHER, Leonardo Fabiano Souza. Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidade entre jovens de camadas médias urbanas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 3, p. 63-81, 2º sem. 2002.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN**, v. 1, n. 2, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Corpo, identidade e política**. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 17: Sexualidades, Corporalidades e Transgressões. Belo Horizonte, 31 de maio a 03 de junho de 2005.

PENNA, Priscila Souza Vicente; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. O eu e o peso da solidão: uma leitura sobre o individualismo contemporâneo. **Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath** [online], v. 7, n. 2, p. 54-64, nov. 2010. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v7_n2/o_eu_e_o_peso_da_solidao_-_uma_leitura_sobre_o_individualismo_contemporaneo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PILÃO, Antonio Cerdeira; GOLDENBERG, Mirian. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Revista Ártemis**, v. 13, p. 62-71, jan./jul. 2012.

PILÃO, Antônio Cerdeira. **Poliamor**: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012.

_____. Entre a liberdade e a igualdade: princípios e impasses da ideologia poliamorista. **Cadernos Pagu**, jan./jun., p. 391-422, 2015.

ROHDEN, Fabiola; RUSSO, Jane. Diferenças de gênero no campo da sexologia: novos contextos e velhas definições. **Revista Saúde Pública**, 45(4):722-9, 2011.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? **Educação; Realidade**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v. 26, n. 1 jan./jul. 2001.

SANTOS, M. A. **Prometo-me ser fiel no casamento e no *swing***: uma construção identitária analisada à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SILVA, Marcos Alves. Uniões simultâneas, monogamia e dever a felicidade. **IBDFAM**, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5153/Uniões+simultâneas,+monogamia+e+dever+a+fidelidade%22>>. Acesso em: 13 maio 2017.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SILVA, Lúcio Andrade, SCORSOLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manuel Antônio dos. Casamentos de longa duração: recursos pessoais como estratégias de manutenção do laço conjugal. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 323-335, maio/ago. 2017.

SILVA, Rosane Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, 16 (2): 12-19 maio/ago. 2004.

SILVÉRIO, Maria. Gênero, sexualidade e *swing*: a resignificação de valores através da troca de casais. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 18, p. 111-139, dec. 2014.

SIMMEL, Georg. O segredo. Traduzido por Simone Carneiro Maldonado. **Política e Trabalho**, João Pessoa: UFPB, n. 15, p. 221-226, 1999.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Suane Felipe. **Um estudo sobre o paradigma monogâmico e duas dissidências atuais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: UFRJ/UFF/UERJ/FIOCRUZ, 2013.

TONELI, Maria Juracy Filgueira. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (org.). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. 482 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

VAUGHAN, Peggy. **O mito da monogamia**: uma visão dos casos amorosos e como sobreviver a eles. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1989.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 121-132.

VIEGAS, Thaysa; MOREIRA, João Manuel. Julgamentos de infidelidade: um estudo exploratório dos seus determinantes. **Estudos de Psicologia**, Lisboa, n. 18(3), p. 411-418, 2013.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Individualismo, liberdade e insegurança na Pós-Modernidade. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, 2(2). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/740>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

_____. Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. **Aletheia** 32, p. 147-160, maio/ago. 2010.

VON DER WEID, Olivia. Gênero, corpo e sexualidade: um estudo antropológico sobre a troca de casais. **Revista Ártemis**, v. 5, dez. 2006.

_____. Masculino e feminino na prática *swing*. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 106-129, 2009.

_____. *Swing*, o adultério consentido. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(3):336, set./dez. 2010.

ZAMPIERI, Ana Maria Fonseca. **Erotismo, sexualidade, casamento e infidelidade**: sexualidade conjugal e prevenção do HIV e da AIDS. São Paulo: Ágora, 2004.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8266/6023>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

ZUCCO, Luciana; FRAZÃO, Amanda. “Sexo pelo sexo” para homens e “sexo por amor” para mulheres. **EM PAUTA: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 28, p. 147-164, dez. 2011.